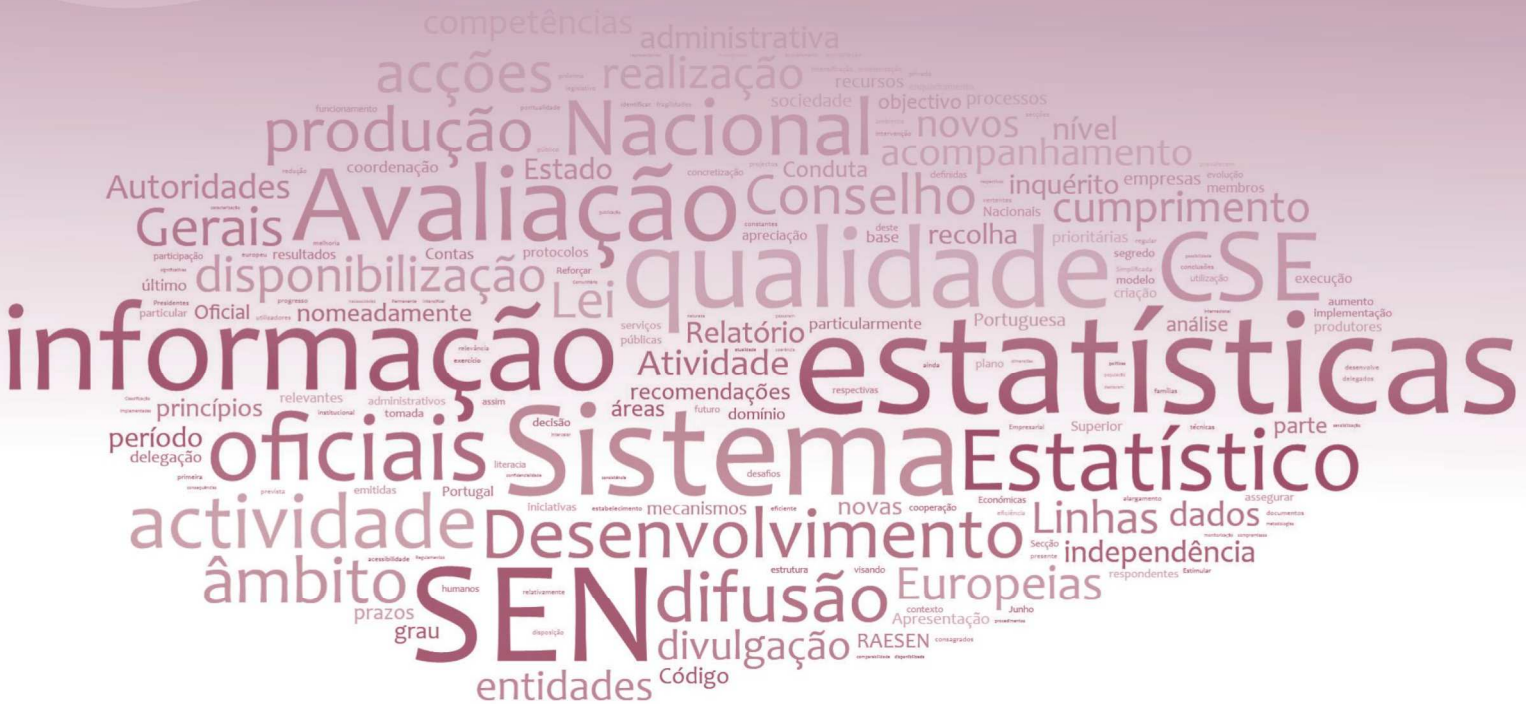
CSE

Conselho Superior de Estatística

Statistical Council

Portugal

Relatório de avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional 2012-2015



http://cse.ine.pt

ÍNDICE

Síntese 7

Capítulo A. Enquadramento 13

Capítulo B. Avaliação do Sistema Estatístico Nacional no período 2012-2015

1. Execução das recomendações emitidas no âmbito do Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional 2008-2011 17
2. Execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012 18
3. Execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 (avaliação preliminar 2013/2014/2015) 19
4. Outros aspetos relacionados com a atuação do CSE 24

Capítulo C. Ações prioritárias a desenvolver no futuro próximo no âmbito do Sistema Estatístico Nacional

1. Na atividade do Conselho Superior de Estatística 29
2. Na atividade das Autoridades Estatísticas 30

Anexos

Anexo I | Organograma do CSE 2012-2015 37

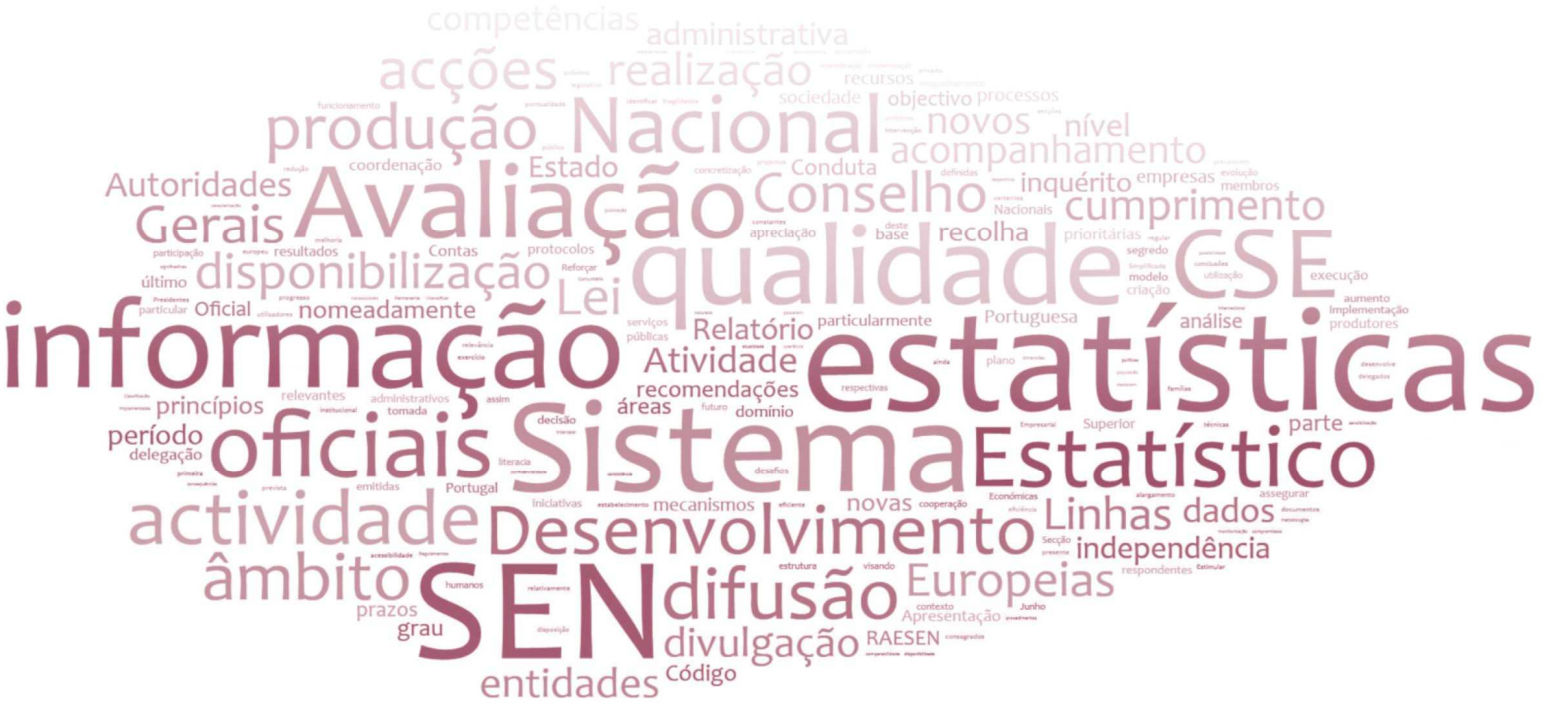
Anexo II – A e B | Membros do CSE no período 2012-2015 e participação nas reuniões do CSE 41

Anexo III | Relatório de acompanhamento das recomendações do CSE constantes do RAESEN 2008-2011 49

Anexo IV | Acompanhamento do Grau de realização das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 95

Anexo V | Principais documentos referenciados 207

Síntese


competências
administrativa
acções
realização
recursos
sociedade
objectivo
processos
produção
Nacional
novos
nível
acompanhamento
coordenação
Estado
Conduta
Autoridades
Avaliação
Conselho
inquérito
empresas
membros
Gerais
cumprimento
Nacionais
prioritárias
recolha
qualidade
CSE
Contas
protocolos
segredo
disponibilização
Lei
modelo
execução
último
Oficial
nomeadamente
criação
aumento
implementação
informação
estatísticas
Relatório
particularmente
Portuguesa
análise
produtores
Atividade
recomendações
princípios
áreas
domínio
Superior
parte
período
delegação
oficiais
Sistema
Estatístico
Portugal
mecanismos
novas
Económicas
assegurar
actividade
Desenvolvimento
Linhas
dados
independência
âmbito
SEN
difusão
Europeias
prazos
Apresentação
Junho
grau
divulgação
RAESEN
entidades
Código

Síntese

O Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional (RAESEN) relativo ao período 2012-2015 permite uma avaliação globalmente favorável do Sistema Estatístico Nacional (SEN), embora se mantenham alguns dos constrangimentos significativos apontados no relatório respeitante ao anterior período de avaliação (2008-2011).

De facto, são vários os desenvolvimentos ocorridos que são merecedores de reconhecimento pelo contributo que deram para a melhoria das estatísticas oficiais nacionais.

No ano de 2012, que correspondeu ao fecho do ciclo de planeamento estratégico 2008-2012, foram elaboradas, aprovadas e amplamente divulgadas à sociedade, pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), as Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial para o período 2013-2017 (LGAEO 2013-2017), as quais orientarão a ação do SEN ao longo desse período.

Consequentemente, a atividade desenvolvida pelo Conselho desde 2013 teve por objetivo a concretização das orientações constantes das LGAEO 2013-2017 consideradas essenciais para a modernização, desenvolvimento e consolidação do Sistema, designadamente no âmbito das metodologias, da qualidade estatística, da utilização de fontes administrativas para fins estatísticos, da cooperação entre as Autoridades Estatísticas (AE)[1] e entre estas e a Administração Pública, da partilha de boas práticas, do intercâmbio de conhecimentos, da utilização dos instrumentos técnicos de coordenação estatística aprovados pelo CSE e da literacia estatística.

Por outro lado, em 2014 o Conselho, através de secção especializada criada para o efeito, deu início à preparação de um anteprojeto de revisão da Lei do SEN, que se encontra finalizado para apreciação e aprovação pelo Plenário do Conselho.

Em janeiro de 2015 e no contexto do Sistema Estatístico Europeu realizou-se o *Peer Review* ao cumprimento do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelas Entidades com Delegação de Competências do INE, cujo Relatório foi divulgado amplamente a nível europeu e nacional e deu origem à elaboração de um Plano de Acão a executar pelas entidades competentes em resposta às recomendações formuladas.

O desempenho das Autoridades Estatísticas registou progressos assinaláveis que devem ser salientados. Assim, i) prosseguiu o esforço de modernização/racionalização dos processos de produção estatística, nomeadamente nas esferas da recolha e difusão, que permitiu concretizar com sucesso os projetos previstos nos respetivos planos de atividades; ii) consolidaram-se os progressos alcançados ao nível da qualidade das

[1] Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Portugal (BdP), Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), para as estatísticas de âmbito estritamente regional e Entidades com Delegação de Competências do INE: (Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (MAFDR), Direção-Geral de Energia e Geologia (ME), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MCTES), Direção-Geral da Política de Justiça (MJ) e Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).
De acordo com o artigo 22º da Lei do SEN, o SREA e a DREM atuam como delegações do INE na produção de estatísticas oficiais de âmbito nacional.

estatísticas oficiais, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos prazos de difusão; iii) continuou a conferir elevada prioridade às ações para melhoria da acessibilidade e utilização das estatísticas; iv) prosseguiram as ações para promoção da literacia estatística.

A adoção sistemática de medidas de rigor e racionalização de processos na atividade estatística, o incremento do aproveitamento de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais e a intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos, designadamente através do recurso à Internet e à entrevista telefónica, permitiram não só a racionalização e diminuição dos custos associados à produção da informação estatística, mas também a redução da carga sobre os respondentes e o alargamento das estatísticas oficiais disponibilizadas à sociedade.

Merecem particular destaque, ao nível da produção estatística, a adoção, nos prazos estipulados, do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais da União Europeia (SEC2010) e da 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI (BPM6), que envolveu um conjunto significativo de alterações profundas em métodos e conceitos estatísticos, bem como as repercussões da legislação europeia sobre "Governação Económica da União Europeia" nos sistemas estatísticos nacionais.

Ainda ao nível da produção é de realçar: i) a antecipação de 10 meses (face à divulgação pelo Eurostat dos resultados a nível dos países membros) na data de divulgação dos principais indicadores resultantes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR), permitindo, pela primeira vez, a divulgação de resultados no próprio ano em que é concluído o inquérito; ii) a criação de um sistema de indicadores de monitorização do contexto do QREN; iii) o início de preparação de um vasto sistema de indicadores no contexto da implementação, monitorização e avaliação do programa "Portugal 2020; iv) a realização, não obstante a escassez de recursos, de algumas operações estatísticas, em resposta a solicitações/necessidades específicas de utilizadores nacionais, como os Inquéritos à Fecundidade e à Justiça Económica, em parceria com a FFMS e os Inquéritos aos Custos de Contexto e às Perspetivas de Exportação, da iniciativa do INE.

Finalmente, mas não menos importante, é de salientar o facto de Portugal ter sido um dos poucos países a nível mundial que revelou condições para aderir, no início de 2015, ao sistema de comunicação estatística *SDDS (Special Data Dissemination Standard) Plus*, mais exigente do FMI, o que demonstrou a qualidade e solidez do SEN e contribuiu para reforçar a credibilidade das estatísticas portuguesas.

É de salientar que os progressos e sublinhados neste Relatório foram alcançados num contexto de fortes constrangimentos muito particularmente no que diz respeito a insuficiência de recursos humanos qualificados, com reflexos no desejável alargamento da oferta de estatísticas oficiais e no aprofundamento de outras matérias relevantes para o SEN, quer no âmbito da atividade de algumas AE, em particular do INE, quer nas atividades do CSE.

Desafios que se colocam ao SEN

Tendo presente a avaliação feita neste Relatório, bem como as exigências para que o Sistema Estatístico Nacional responda às necessidades crescentes de informação estatística quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional, identificam-se os seguintes desafios para o futuro:

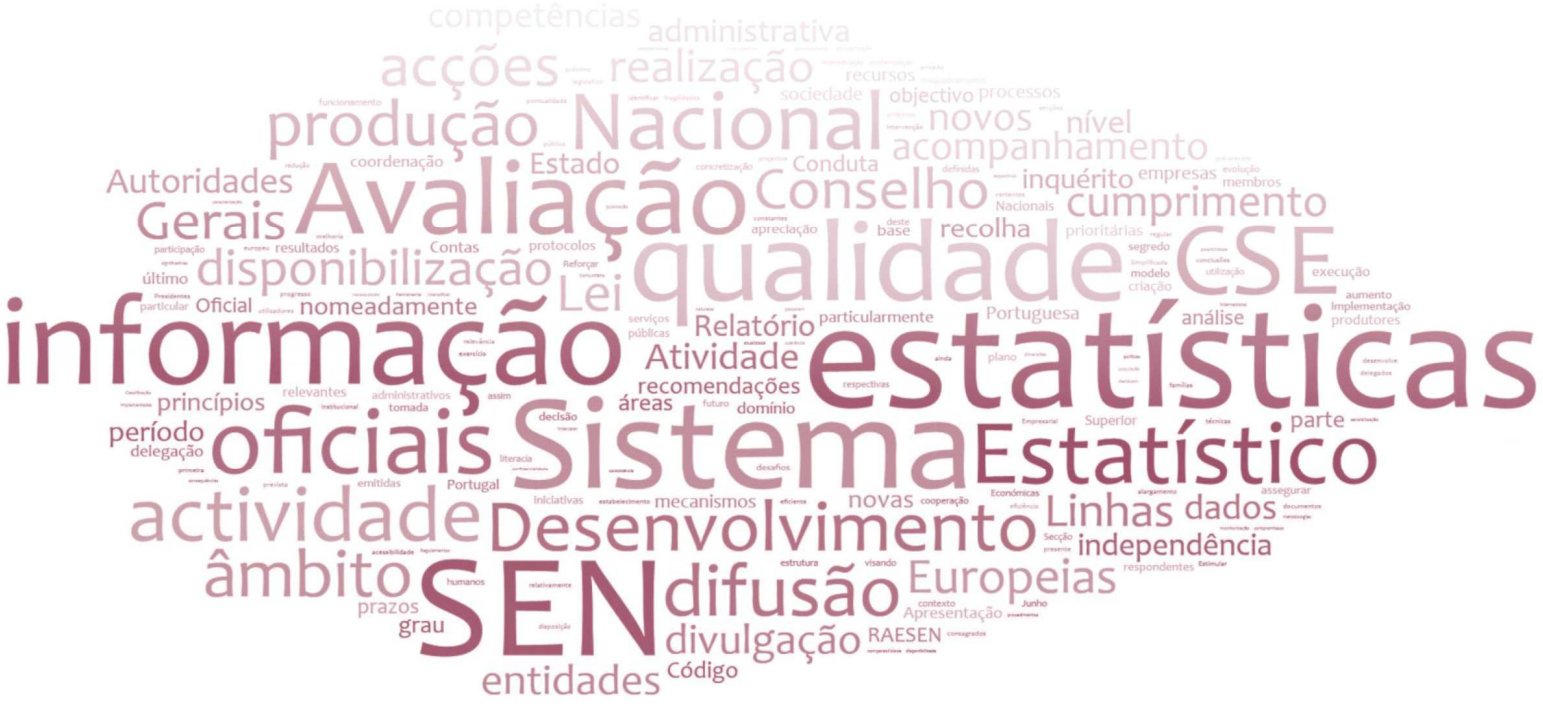
1. A produção atempada das estatísticas mais relevantes para apoio à tomada de decisão, particularmente daquelas onde prevalecem maiores insuficiências, como na esfera das estatísticas sociais;
2. O alargamento gradual da avaliação da qualidade das estatísticas oficiais nas suas diversas dimensões com base na seleção de metodologias a seguir;
3. O progressivo aproveitamento de dados administrativos e outros para fins estatísticos, minimizando-se, assim, os custos da produção estatística e a carga sobre os cidadãos e as empresas;
4. A continuação da realização de ações para promoção da literacia estatística a todos os níveis da sociedade, visando estimular a utilização intensiva e eficiente da informação estatística.

Contudo, o sucesso face a estes desafios será necessariamente condicionado:

a. Pela dotação do SEN com os recursos financeiros e humanos qualificados adequados, não só para responder às crescentes necessidades de estatísticas oficiais de qualidade, mas também para enfrentar os desafios tecnológicos e societais que a produção estatística oficial continuará a enfrentar;
b. Por uma mais intensa, ativa e interessada participação dos membros do Conselho Superior de Estatística, dos produtores e utilizadores de estatísticas oficiais e outros, nas suas atividades.
c. Pelo aumento do grau de abertura, das entidades da Administração Pública, à cedência de dados administrativos, para utilização estatística.

Capítulo A

Enquadramento



Nos termos da Lei nº22/2008, de 13 de maio, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) compreende:

- O Conselho Superior de Estatística (CSE), órgão do Estado que orienta e coordena a atividade estatística oficial desenvolvida pelas Autoridades Estatísticas (AE);
- O Instituto Nacional de Estatística (INE) e Entidades com delegação de competências (EDC) do INE ;
- O Banco de Portugal (BdP);
- O Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e
- A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

Em **Anexo I** inclui-se o organograma do Conselho que compreende todas as Secções e Grupos de Trabalho que funcionaram durante o período 2012-2015.

O presente Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional (RAESEN) dá cumprimento ao estipulado no nº4 do artigo 15º da Lei do Sistema Estatístico Nacional, que determina que "Até ao termo de cada mandato, o Conselho deve elaborar um relatório de avaliação do estado do SEN".

Os atuais membros do CSE iniciaram o seu mandato em maio de 2012. As entidades e respetivos representantes que, ao longo destes últimos três anos, asseguraram as atividades desenvolvidas pelo Conselho constam do **Anexo II**.

Como marcos relevantes no âmbito do funcionamento do CSE a assinalar neste período destacam-se:

1. A criação da Secção Eventual para Revisão da Lei do SEN, em julho de 2012 – 27ª Deliberação do CSE – Anexo G;
2. A aprovação das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial para o período 2013-2017, em outubro de 2012 – 31ª Deliberação do CSE:
3. A avaliação do Grau de Execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012, em junho de 2013 – 34ª Deliberação do CSE;
4. A conclusão dos trabalhos da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011, em setembro de 2013 – 3ª Deliberação da SEAC 2011.

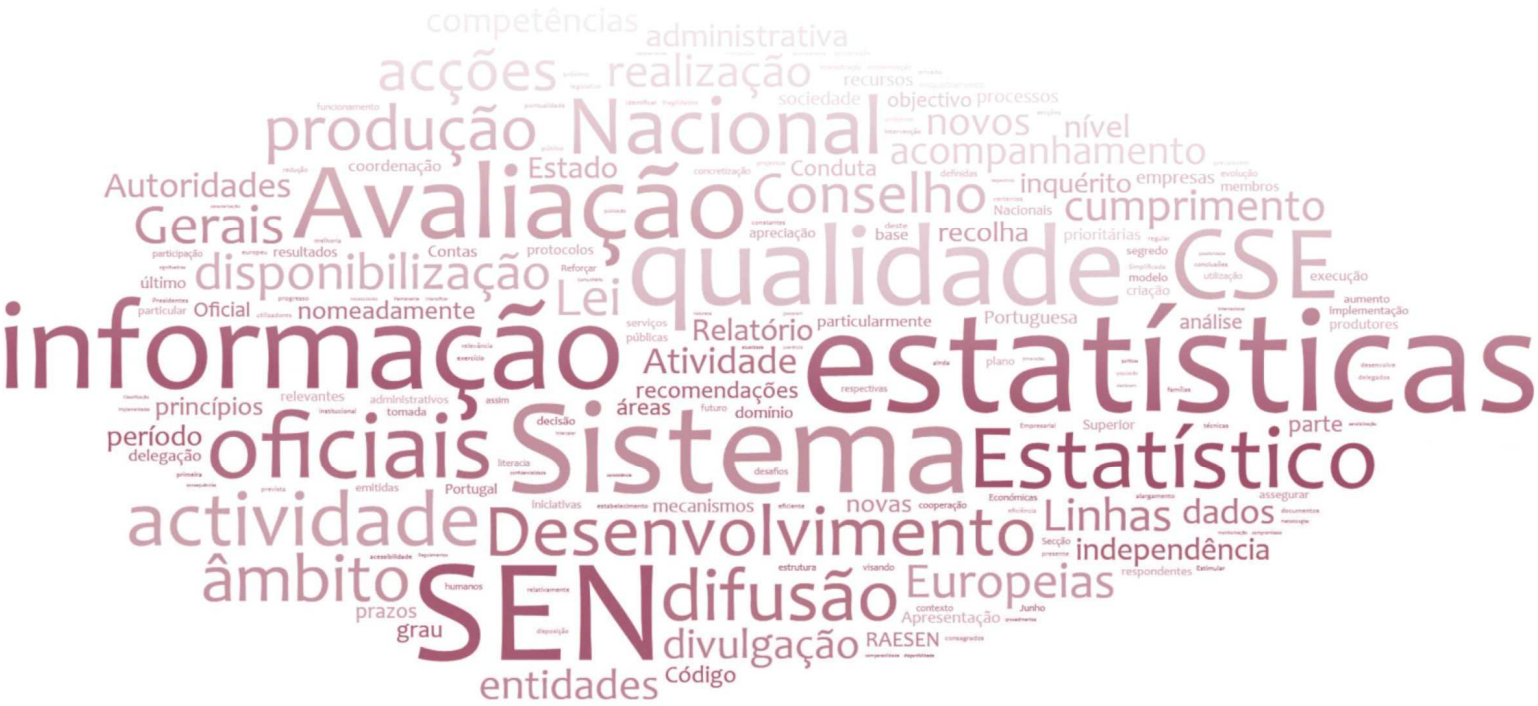
Este Relatório reflete a avaliação da evolução do SEN entre 2012 e 2015 realizada nas seguintes vertentes:

- acompanhamento da execução das recomendações constantes do último Relatório de Avaliação do Estado do SEN 2008-2011;
- avaliação do grau de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012, documento utilizado na preparação das LGAEO 2013-2017;
- avaliação preliminar (2013/2014/2015) do grau de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017;
- acompanhamento da execução de outras Deliberações e Recomendações do Conselho Superior de Estatística e de conclusões resultantes de eventos realizados pelo Conselho;
- Apreciação dos Planos (2013, 2014, 2015) e Relatórios (2012, 2013, 2014) de Atividades anuais do Sistema Estatístico Nacional – principais conclusões.

O presente documento foi elaborado no âmbito da Secção Permanente de Coordenação Estatística e teve como responsáveis redatoriais a Vice-presidente do CSE, o Presidente da Secção e a Secretária do CSE, tendo beneficiado dos contributos dos Presidentes de todas as restantes Secções do Conselho.

Capítulo B

Avaliação do Sistema Estatístico Nacional no período 2012-2015



1. Execução das recomendações emitidas no âmbito do Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional 2008-2011

O último Relatório de Avaliação do Estado do SEN reporta-se ao período 2008-2011. Em **Anexo III** inclui-se o ponto de situação relativo à implementação das recomendações que nele foram emitidas[2].

Do balanço efetuado é possível concluir que se verificou um elevado grau de concretização das recomendações constantes daquele documento:

1. Renovação do processo de delegação de competências do INE noutras entidades públicas após a publicação da legislação do SEN de 2008; contudo, não foi possível ao INE proceder à realização de auditorias estatísticas formais à atuação das EDC na esfera da produção das estatísticas oficiais, por indisponibilidade dos recursos humanos necessários.
2. Realização de múltiplas ações no domínio da difusão estatística que terão contribuído para o aumento da literacia estatística; contudo, deverão prosseguir ações de promoção da literacia estatística junto de públicos específicos.
3. Cumprido integralmente o acompanhamento trimestral das atividades estatísticas das AE, no que se refere aos calendários de divulgação da informação estatística; o grande desafio para o Conselho para os próximos anos passará pelo alargamento gradual do âmbito desta avaliação às restantes dimensões da qualidade estatística.
4. Aperfeiçoamento da informação disponibilizada, designadamente no que se refere a revisões, à menos frequente descontinuação de variáveis, à melhor acessibilidade, à transparência e à pontualidade.
5. Conciliação entre a produção de estatísticas em novos domínios e com um maior detalhe – nomeadamente as relativas a áreas relevantes para a tomada de decisão e outras onde prevalecem fragilidades – através, designadamente da adoção de novos modelos de produção e difusão estatísticas, do aproveitamento de dados administrativos e da partilha de infraestrutura tecnológica e operacional, em estudo a nível europeu.
6. Aumento da informação disponibilizada, designadamente no que respeita a séries longas, embora subsistam áreas onde é urgente a divulgação destas séries (comércio internacional e emprego, designadamente).
7. Alteração da legislação das AE regionais – SREA e DREM – com vista à sua adequação à lei do SEN.
8. Criação, em julho de 2012, para concretização da recomendação do CSE, de uma Secção Eventual para a elaboração de um projeto de revisão do enquadramento legislativo do SEN, a qual iniciou reuniões regulares no início de 2013, no que se refere ao quadro de mudanças do enquadramento normativo, europeu e nacional, na área das estatísticas.
9. Aplicação e aperfeiçoamento dos procedimentos para análise dos pedidos de acesso a informação estatística confidencial, no âmbito do princípio do segredo estatístico, designadamente a permanente aplicação de ações de controlo e de atualização de critérios que assegurem o cumprimento do

[2] Este ponto de situação foi reportado pelo Secretariado do CSE (SCSE) no que diz respeito às recomendações ao Conselho e pelas AE diretamente através da plataforma eletrónica criada no âmbito do SCSE em 2015.

compromisso de sigilo, no sentido de reforçar as garantias e medidas de segurança e proteção do segredo estatístico, nomeadamente na utilização da informação e nos prazos de destruição dos dados.

10. Insuficiente acesso a informação administrativa para fins estatísticos para acompanhamento pelo CSE, embora o INE tenha reportado nos documentos em anexo progressos significativos.
11. Insuficiente intervenção das AE na conceção de dados administrativos, na sua atualização ou modernização, de forma a assegurar um adequado equilíbrio entre o objetivo de redução dos custos associados à prestação de informação e de produção de estatísticas oficiais de qualidade.
12. Progressos na cooperação estatística interinstitucional no âmbito do SICAE e da IES, sendo recomendável o estabelecimento de protocolos formais para acompanhamento e resolução de aspetos ligados com a atualização e a melhoria das funcionalidades.
13. Emissão, pelo Conselho de recomendações às AE sobre a importância de aprofundar a cooperação interinstitucional, nomeadamente através do desenvolvimento de operações estatísticas conjuntas, da partilha de ficheiros de unidades estatísticas, do controlo de qualidade da informação de base e da eliminação de redundâncias nos vários níveis da produção estatística, estabelecendo para o efeito os mecanismos de colaboração adequados ao desempenho das suas atribuições no âmbito do SEN.
14. Emissão de recomendação pelo CSE para que a divulgação de informação estatística relativa ao setor das empresas não financeiras no âmbito das áreas de competências do INE e do BdP seja acompanhada pelo desenvolvimento de mecanismos de colaboração, contribuindo para a natureza complementar da informação divulgada pelas duas AE, o esclarecimento de dúvidas de natureza metodológica, a melhoria da qualidade das estatísticas difundidas e a satisfação das necessidades dos respetivos utilizadores.
15. Quanto aos trabalhos do Grupo de Trabalho para constituição de um Ficheiro Único para o SEN, e independentemente do INE considerar que o acesso a informação do FUE – Ficheiro Único de Empresas existe desde 2009, o Conselho lamentou que não tenham sido reiteradamente observadas as suas deliberações e cumpridos os compromissos assumidos o que conduziu à suspensão de novos desenvolvimentos no seio do CSE até que seja feita uma apreciação desta matéria na avaliação do grau de execução terminado o período das LGAEO 2013-2017.

2. Execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012

Em 2012 concluiu-se o ciclo de planeamento estratégico estabelecido para 2008-2012 (LGAEN 2008-2012) e procedeu-se à aprovação das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial para o período 2013-2017.

No acompanhamento do grau de execução das Linhas de Atuação (LA) constantes das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012, verificou-se que os objetivos definidos para 2012 foram globalmente cumpridos; no entanto, os relativos à intensificação do uso de dados administrativos para fins estatísticos foram parcialmente cumpridos, continuando esta linha de atuação a ser particularmente relevante nos próximos anos.

De facto, nenhuma das LA foi considerada como não cumprida e das 25 LA: 17 foram integralmente cumpridas e nas restantes 8 registaram-se progressos.

Neste contexto, concluiu o Conselho que foram registados assinaláveis progressos no âmbito do SEN, designadamente nos seguintes domínios:

- produção estatística oficial de qualidade nas suas várias dimensões, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos prazos;
- adoção sistemática de medidas de rigor e racionalização ao nível das despesas de funcionamento e dos custos da atividade estatística;
- melhoria da eficiência dos processos de recolha da informação, nomeadamente através da intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos e do incremento do aproveitamento de dados administrativos;
- desenvolvimento de ações inovadoras ao nível da produção, da difusão e da promoção da literacia estatística.

Neste contexto, na reunião do Plenário de junho de 2013 o Conselho recomendou às AE prioridade:

- à monitorização da qualidade das estatísticas oficiais, no quadro do cumprimento do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e do Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias;
- ao acompanhamento da legislação europeia no quadro da "Governação Económica da União Europeia" e ao seu impacto no âmbito do Sistema Estatístico Nacional;
- à realização de ações de sensibilização dos organismos da Administração Pública para a obrigatoriedade de cooperação com as AE, no que se refere ao acesso a informação administrativa de que dispõem para a sua utilização para fins estatísticos;
- à dinamização da produção estatística em áreas relevantes para a tomada de decisão e em que prevalecem maiores lacunas.

3. Execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 (avaliação preliminar 2013/2014/2015)

Na elaboração das LGAEO para 2013-2017 o CSE teve, igualmente, em consideração as múltiplas ações e recomendações da sua responsabilidade visando contribuir para a modernização, desenvolvimento e consolidação do SEN, como é o caso das ações identificadas no Relatório de Avaliação do Estado do SEN para o período 2008-2011. Procedeu-se, igualmente, a um balanço dos resultados alcançados em termos de concretização das ações previstas nas Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional vigentes para o período 2008-2012, o qual foi particularmente útil para identificar as lacunas ou insuficiências a colmatar de forma a satisfazer as necessidades estatísticas mais prementes da Sociedade para os próximos anos.

Decorrido que está mais de metade do período abrangido pelas "Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial para o período 2013-2017" (**Anexo IV**) procedeu-se a uma avaliação sintética da execução das principais medidas[3], e das respetivas consequências para as atividades do CSE e para o desempenho do SEN em geral.

[3] Este resumo não deverá substituir a descrição detalhada constante do Anexo IV.

<u>Objetivo 1</u> | Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico.

Realização em 2014/2015 do exercício de *Peer Review* sobre a implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias pelo INE e pelas Entidades com delegação de competências (EDC).
Foi apresentado ao INE um Relatório final com recomendações que deram lugar à elaboração e implementação de um Plano de Acão a executar até 2018, a monitorar pelo EUROSTAT.
Sobre esta ação o Conselho foi mantido informado pelo INE, participou numa reunião com os *Peer´s* e preparou e enviou-lhes um documento sobre ajustamentos previstos no âmbito da revisão do enquadramento legislativo do SEN.

O INE prosseguiu a implementação das ações de melhoria contempladas no Plano de Ação que se seguiu à primeira ronda de *Peer Review* relizada em 2008.
Um passo muito importante no reforço da independência profissional do INE foi dado com a publicação de legislação que aprova a Lei Orgânica do Instituto, de 2012, e que confere ao seu Conselho Diretivo independência para o desempenho das suas funções, sendo o seu presidente escolhido com base em critérios profissionais de entre pessoas com comprovada idoneidade, independência, capacidade e experiência de gestão.
Também a DREM viu reforçada a sua independência com a aprovação de uma nova Lei orgânica em 2015, sobre a qual o Conselho emitiu parecer favorável, à semelhança do que já tinha acontecido com o SREA.

O BdP tem participado na implementação do Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) no domínio das estatísticas europeias ao nível do Eurosistema, nomeadamente no âmbito dos Relatórios de Qualidade anuais e da realização de ações de auditoria estatística a todas as atividades da sua produção estatística, em ambos os casos incluindo uma avaliação dos princípios consagrados no Compromisso Público do SEBC. O Banco procedeu à apresentação deste acompanhamento no âmbito do CSE.

Não foi ainda possível um balanço global no que se refere à apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, área que tem vindo a ser considerada prioritária nos Planos de Atividade anuais do Conselho. Contudo, é possível verificar que ocorreram progressos assinaláveis no acesso a esta informação que o INE tem vindo a utilizar em várias áreas, tendo o BdP e o SREA, igualmente, verificado progressos na utilização de fontes de dados administrativos.
No âmbito do Conselho foi desenvolvido um trabalho de identificação de fontes de informação administrativa na área das estatísticas da saúde. A execução das recomendações emitidas continua a ser acompanhada, verificando-se alguns progressos.
No entanto, os objetivos definidos nas Linhas Gerais consideram a intervenção das AE desde o início dos processos de conceção/revisão de atos administrativos, a fim de garantir a sua utilização para fins estatísticos. Nesta vertente da atuação foram feitas diligências no âmbito do Conselho, até agora sem sucesso, no sentido de através do Programa Simplificar se viabilizar a existência de informação sobre os estabelecimentos, com vista à criação de um Ficheiro Único de Estabelecimentos. No âmbito das

estatísticas da saúde perspetiva-se a racionalização dos recursos disponíveis e uma resposta adequada do SEN às necessidades dos utilizadores.

Embora se registem progressos dignos de nota no acesso a informação administrativa para utilização na produção estatística oficial, nalgumas áreas relevantes, persistem dificuldades dada a reduzida sensibilidade de algumas entidades da Administração Pública para esta prática, cada vez mais recomendada a nível nacional e internacional, pelas suas inegáveis vantagens para os orçamentos e para os cidadãos e empresas e outras entidades prestadoras de informação para a produção de estatísticas oficiais.

No contexto da revisão da Lei do SEN procura-se o reforço do princípio da autoridade estatística, com particular enfase no direito de acesso a dados administrativos, incluindo os pessoais, pelas AE.

Prosseguem ações no domínio da:

1. melhoria da eficiência nos processos de recolha da informação e da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos;
2. redução dos custos associados à produção das estatísticas oficiais através da adoção de metodologias científica e tecnologicamente inovadoras;
3. desenvolvimento de novas formas de aquisição, produção e exploração estatística, recorrendo a bases de microdados e a tecnologias e estratégias de gestão integrada da informação inovadoras;
4. dinamização de parcerias, nomeadamente com a comunidade científica, para o desenvolvimento da investigação em diferentes domínios e para a formação de técnicos e gestores que exercem funções nas AE, quer como produtores, quer como analistas ou utilizadores de informação estatística, com os conhecimentos e aptidões fundamentais ao exercício da sua atividade;
5. implementação de sistemas de produção estatística flexíveis que permitam uma adaptação célere e eficaz a alterações nas necessidades dos utilizadores e, em simultâneo, minimizem os custos.

Foram i) implementadas, entre outras, as novas metodologias estabelecidas no Manual do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC2010) e na 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6) do FMI; ii) registados progressos assinaláveis na divulgação de informação na área das Contas Nacionais Portuguesas; iii) várias Contas Satélite e iv) consolidada a produção na área económica.

No âmbito das revisões da informação difundida, o BdP promoveu a definição e implementação de uma Política de Revisões das estatísticas da sua responsabilidade em total articulação com a política europeia de revisões de caráter regular definida em 2012 pelo Comité das Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos (CMFB).

Embora o INE tenha produzido e divulgado nova informação relevante na área social, possibilitando o acompanhamento de questões nos domínios das condições de vida das famílias, das desigualdades e dos indicadores de bem-estar, mantém-se o desequilíbrio entre informação social e económica e mantem-se a insuficiência de estatísticas, em particular nas áreas da deficiência, incapacidade e reabilitação, dos movimentos migratórios e de indicadores de desigualdade social.

Não se registaram progressos significativos no aumento da desagregação geográfica para indicadores relevantes, embora tenham ocorrido grandes progressos na divulgação de indicadores de base territorial.

Objetivo 2 | Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística.

No quadro deste objetivo destacam-se os progressos nos objetivos relativos à qualidade e ao cumprimento dos prazos de disponibilização das estatísticas oficiais e à implementação das políticas de revisões.

A resposta a novas necessidades de informação estatística foi promovida através:

I. do desenvolvimento de ações no âmbito do Conselho para i) criação / disponibilização de um sistema de indicadores de monitorização e avaliação do QREN; ii) do estudo e implementação de medidas para dinamização da produção de estatísticas com base em informação administrativa na área da saúde, não obstante os seus resultados estejam ainda bem aquém do desejado e necessário e iii) da preparação das bases de trabalho para a criação de um Sistema de Indicadores de monitorização, avaliação e resultados da estratégia Portugal 2020.
II. da resposta célere e com qualidade ao programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Merecem relevância os seguintes resultados:

- aperfeiçoamento dos canais de comunicação e difusão estatística, que permitiu a facilitação da interação com os utilizadores;
- aumento da capacidade de resposta das AE às necessidades crescentes e diferenciadas em termos de rapidez, eficiência e qualidade, respeitando sempre as regras da confidencialidade vigentes a nível nacional e europeu;
- realização de ações de melhoria da literacia estatística e de eliminação de barreiras à utilização das estatísticas oficiais;
- avaliação regular dos níveis de satisfação dos utilizadores, em termos da informação estatística oficial propriamente dita, dos suportes de difusão e dos serviços prestados para o seu acesso.

Neste contexto, merece referência a adesão formal de Portugal ao novo sistema de comunicação estatística do FMI, o SDDS (*Special Data Dissemination Standard*) Plus, integrando o grupo restrito de países pioneiros (além de Portugal, integraram este grupo Alemanha, Espanha, EUA, França, Itália, Países Baixos e Suécia). A participação no SDDS Plus reforça a credibilidade das estatísticas portuguesas e resultou do trabalho conjunto do BdP, do INE e do Ministério das Finanças, que permitiu cumprir todas as exigências do FMI. Cumprindo o calendário previsto com o FMI, em 11 de fevereiro de 2015, Portugal concretizou uma plena adesão à totalidade dos requisitos definidos pelo FMI no âmbito do *SDDS Plus*, tendo sido o único Pais que, desde o inicio, conseguiu satisfazer integralmente as 9 categorias previstas no novo padrão de difusão estatística, embora a respetiva adesão apenas obrigasse ao reporte de um mínimo de 5 categorias.

Destaca-se, ainda, a realização do Seminário "Para que servem as Estatísticas? Que uso diário lhes damos?", uma parceria CSE / INE no contexto da celebração do Ano Internacional da Estatística, que teve como objetivos i) sensibilizar a sociedade para a importância das estatísticas e para o seu impacto na tomada de decisão a todos os níveis da sociedade e ii) promover a troca de ideias sobre a melhor maneira de as comunicar de forma correta, clara e uniforme.

E uma nota final para as "Jornadas Estatísticas" que o SREA promove anualmente.

Objetivo 3 | Otimizar o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, reforçando e consolidando os mecanismos de coordenação e de cooperação interinstitucional, nos planos nacional e internacional.

No período 2012-2015 foram promovidas inúmeras iniciativas, quer no âmbito do Conselho quer pelas AE no sentido de reforçar a cooperação institucional no seio do SEN, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos.

O CSE promoveu eventos, alguns em parceria com outras entidades, que para além de funcionarem como um canal de comunicação com a Sociedade, serviram os objetivos de incentivar a partilha de boas práticas, a cooperação da Administração Pública e do setor privado com as AE.
Salientam-se os seguintes:

- "Encontro sobre Estatísticas da Saúde", em 2013
- " A utilização do Sistema de Informação da Classificação das Atividades Económicas (SICAE) pelas entidades da Administração Pública", em 2013
- Seminário "Para que servem as Estatísticas? Que uso diário lhes damos?", em 2013 (CSE em parceria com o INE)
- Sessão "Portugal 2020. Politicas Públicas e informação estatística", associado ao novo ciclo de fundos estruturais, em 2015, (CSE em parceria com o INE e com a AD&C).

Sublinham-se as recomendações dirigidas pelo CSE às AE em diferentes momentos sobre: (i) a importância de aprofundar a cooperação interinstitucional, nomeadamente através do desenvolvimento de operações estatísticas conjuntas, da partilha de ficheiros de unidades estatísticas, do controlo de qualidade da informação de base e da eliminação de redundâncias nos vários níveis da produção estatística, estabelecendo para o efeito os mecanismos de colaboração adequados ao desempenho das suas atribuições no âmbito do SEN; (ii) o contributo da cooperação entre as Autoridades Estatísticas para a identificação dos domínios de complementaridade, a partir das respetivas competências legais, visando a racionalização dos recursos e a satisfação das necessidades de informação estatística da sociedade, tendo presente os objetivos das LGAEO 2013-2017 e o princípio consagrado na Lei do SEN: "as estatísticas oficiais são consideradas um bem público, devendo satisfazer as necessidades dos utilizadores de forma eficiente".

No âmbito deste objetivo merecem ainda referência, entre outros os seguintes resultados:

i. Criação de mecanismos reforçados de ações de controlo e de atualizações de critérios que asseguram o cumprimento do compromisso de sigilo, no sentido de reforço das garantias, medidas

de segurança e proteção do segredo estatístico, nomeadamente na utilização da informação e nos prazos da respetiva destruição.

ii. Acompanhamento, pelo Conselho, das implicações de alterações metodológicas de grande impacto nas estatísticas económicas e sociais, designadamente i) as "Estimativas mensais de emprego e desemprego" que o INE passou a divulgar a partir de outubro de 2014; ii) o novo quadro da "Governação Económica da União Europeia" e o seu impacto no âmbito do Sistema Estatístico Europeu; iii) a adoção do SEC2010 e as Contas Nacionais Portuguesas; iv) a adoção da 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI, nas estatísticas monetárias, financeiras e da balança de pagamentos nacionais e v) os *Macroeconomic Imbalance Procedure (MIP)*.

iii. Iniciativas do Conselho para a criação de um Ficheiro Único de Estabelecimentos, ferramenta importante para a qualidade e espacialização das estatísticas oficiais.

iv. Acompanhamento e reforço de recomendações relacionadas com a utilização e gestão da Informação Empresarial Simplificada (IES).

O cumprimento da consulta prévia do Conselho Superior de Estatística, prevista no artigo 14º da Lei nº 22/2008 de 13 de maio continuou a ser deficiente, limitando / impedindo a eliminação de eventuais redundâncias na produção estatística e o aumento das oportunidades de apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais. No período em apreço somente dois projetos de diploma foram submetidos ao Conselho: um do Governo Central e outro do Governo Regional da Madeira.

4. Outros aspetos relacionados com a atuação do CSE

Tendo como quadro de referência i) as competências legalmente estabelecidas; ii) as Linhas Gerais da Atividade Estatística; iii) a avaliação apresentada no Relatório de Avaliação do Estado do SEN; e ainda iv) as recomendações emitidas, o Conselho Superior de Estatística elabora anualmente o seu Plano de Atividades, que é submetido à aprovação do Plenário.

No período 2012-2015 do trabalho desenvolvido pelo CSE, quer nas suas Secções, quer nos Grupos de Trabalho, destacam-se, entre outras realizações:

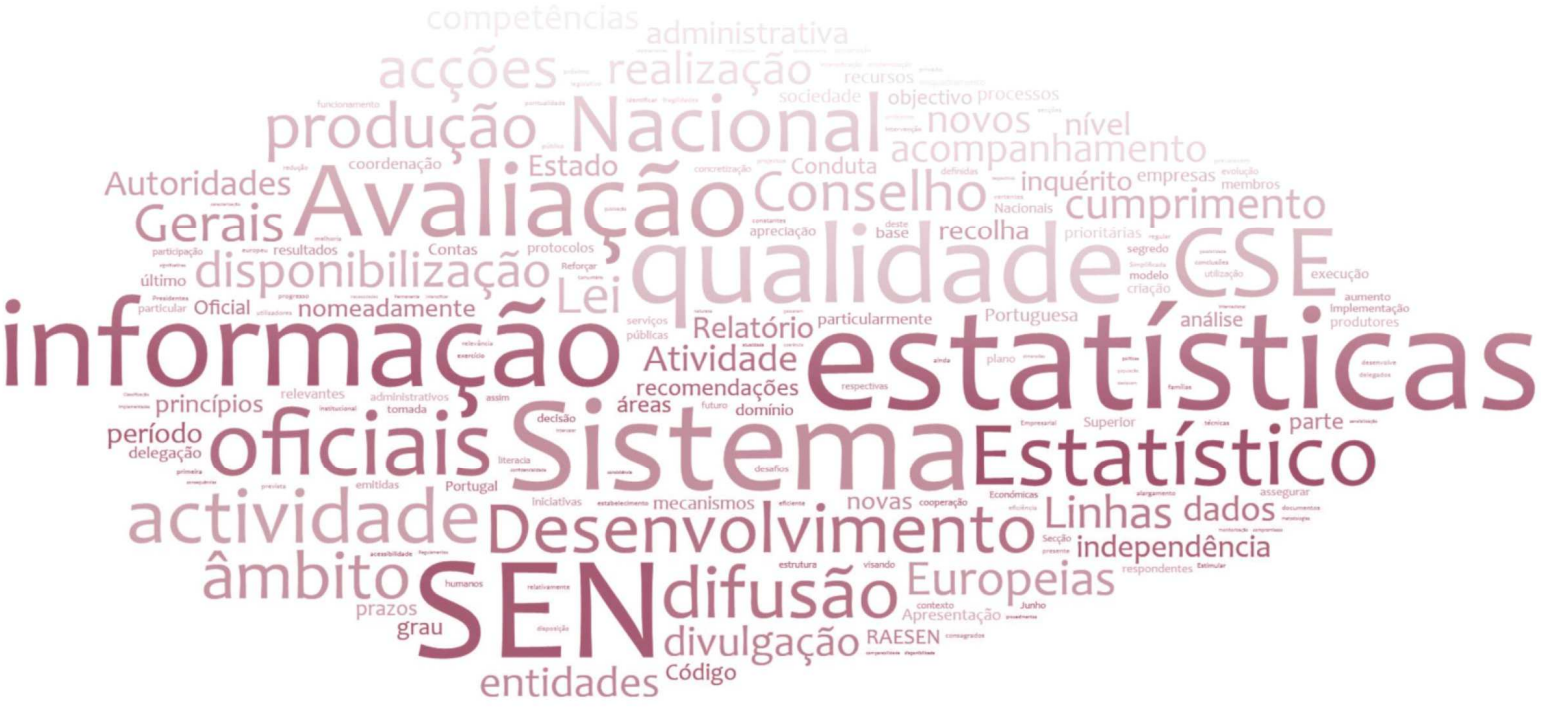
- aprovação de nomenclaturas e classificações cujo trabalho preparatório é feito com base em regulamentação europeia, devidamente adaptada à realidade portuguesa, por Grupos de Trabalho onde estão representados os produtores e os utilizadores da informação estatística; a necessidade de atualização da Tipologia de Áreas Urbanas motivou a criação de uma sessão restrita na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial;
- aprovação dos conceitos para fins estatísticos da área temática "saúde e incapacidades";
- conclusão dos trabalhos da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011 com a aprovação de recomendações específicas incentivadoras do recurso a fontes administrativas para fins estatísticos em diversas áreas, com o objetivo da sua utilização em substituição de operações censitárias tradicionais;

- criação de uma Secção Eventual para elaborar o projeto de revisão da Lei do SEN, cujos trabalhos ainda decorrem;
- apresentação de um relatório do Grupo de Trabalho criado para estudar e propor medidas para a criação de um Ficheiro Único de Estabelecimentos e articulação com o Programa Simplificar, visando a sua concretização;
- emissão de recomendações incentivando a utilização de fontes de informação administrativas nas seguintes áreas estatísticas: saúde, mobilidade territorial e indicadores para a monitorização de políticas públicas;
- início dos trabalhos para a conceção de um sistema de indicadores estatísticos tendo como referência as NUTS-2013 (Regulamento n.º 868/2014 da Comissão Europeia, de 8 de agosto de 2014), num quadro de racionalidade e seletividade, a disponibilizar pelo Sistema Estatístico Nacional, para dar resposta às necessidades estatísticas para a monitorização, avaliação e apuramento de resultados da Estratégia Portugal 2020 e respetivos Programas Operacionais;
- emissão de recomendações às Autoridades Estatísticas já anteriormente referidas;
- realização de apresentações no âmbito das Secções como via para a partilha de projetos e metodologias entre as AE e entre estas e os utilizadores da informação estatística;
- modernização da imagem externa do Conselho Superior de Estatística, com a adoção, em junho de 2012, de um novo logótipo (o anterior remontava a 1990) e o "refrescamento" do *website*, nomeadamente com nova "*home page*" e alargamento do seu conteúdo;
- construção de uma plataforma eletrónica para acompanhamento do cumprimento das deliberações e recomendações emitidas pelo CSE, alimentada pelas entidades às quais são dirigidas, incluindo as da Administração Pública não membros do Conselho. A avaliação já efetuada (ainda não discutida por todas as estruturas competentes do Conselho) é bastante positiva, apontando para um número reduzido de recomendações não implementadas.

A execução dos Planos de Atividades do Conselho depende necessariamente do nível de envolvimento e empenhamento de todos os seus membros. Neste período essa execução, em extensão e profundidade, foi afetada negativamente pela confluência de vários fatores: i) a ausência de nomeação de significativo número de membros do Conselho durante grande parte do período; ii) o insuficiente envolvimento de algumas entidades produtoras de estatísticas oficiais devido a graves limitações de recursos humanos e iii) a persistência de um reduzido nível de envolvimento e participação de um número significativo de membros nas atividades do Conselho.

Capítulo C

Ações prioritárias a desenvolver no futuro próximo no âmbito do Sistema Estatístico Nacional



Tendo em consideração:

- Os desenvolvimentos ocorridos no Sistema Estatístico Nacional no período 2012-2015, descritos nos **Anexos III e IV**;
- A avaliação muito positiva do desempenho das AE emitida anualmente pelo Conselho, no âmbito da apreciação dos seus Planos e dos respetivos Relatórios de Atividades;
- O grau de execução das deliberações e recomendações emitidas pelo Conselho;
- A identificação das iniciativas ainda necessárias para o cumprimento das orientações estratégicas que permitirão a plena concretização da Visão projetada para o SEN em 2017: "Em 2017, as estatísticas oficiais cumprem os mais elevados padrões de qualidade estatística, respondendo o Sistema Estatístico Nacional com independência e eficácia às necessidades de informação e conhecimento da Sociedade";
- As dificuldades que têm vindo a ser apontadas neste período por algumas AE, em particular o Instituto Nacional de Estatística, em termos de recursos humanos, e que têm constituído preocupação do Conselho e dado lugar à emissão de recomendações ao Governo no sentido da sua superação, as quais foram reforçadas no Relatório do *Peer Review* 2015.

São as seguintes as ações cujo desenvolvimento e acompanhamento no âmbito do Sistema Estatístico Nacional deverão assumir caráter prioritário:

1. **<u>Na atividade do Conselho Superior de Estatística</u>**

   - Desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos organismos da Administração Pública, tendo em vista a intensificação do aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos dotados de qualidade adequada para o efeito e propiciadores de ganhos de eficiência e diminuição da carga estatística sobre os respondentes, designadamente:
     - Alertando as entidades detentoras dos dados administrativos para a obrigatoriedade legal da sua disponibilização para a produção de estatísticas oficiais;
     - viabilizando a intervenção das AE na conceção de mecanismos que originam dados administrativos, a fim de garantir a possibilidade da sua apropriação para fins estatísticos, designadamente em termos de conceitos, nomenclaturas e qualidade.
   - Conceção e implementação de mecanismos que, nos termos das suas competências, permitam assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do SEN e o respetivo acompanhamento ao nível das AE.
   - Alargamento gradual da avaliação da qualidade das estatísticas oficiais a todas as suas dimensões com base na seleção de metodologias a seguir, considerando os bons resultados decorrentes do acompanhamento do cumprimento dos prazos da informação estatística[4].
   - Dinamização da análise e do acompanhamento de áreas estatísticas relevantes para apoio à tomada de decisão em que persistem fragilidades / insuficiências na produção da informação estatística, tomando como referência os objetivos definidos nas LGAEO 2013-2017.

[4] Dimensões da qualidade estatística (constantes do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e do Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias): relevância, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade e clareza, comparabilidade, coerência e consistência.

- Continuação do desenvolvimento de esforços no sentido da criação de um Ficheiro de Estabelecimentos para utilização no âmbito do SEN, ferramenta indispensável para a harmonização, racionalização de meios e qualidade das estatísticas oficiais.
- Reforço da cooperação entre os membros do SEN (Conselho e Autoridades Estatísticas) e entre as Autoridades Estatísticas e os organismos da Administração Pública.
- Continuação da promoção da partilha de boas práticas e de conhecimentos, quer através da apresentação de metodologias e projetos por produtores de estatísticas oficiais, quer de estudos e trabalhos realizados por utilizadores da informação estatística.
- Implementação de soluções já identificadas e outras a definir que tornem efetiva a submissão de projetos de diploma que criem serviços de estatística ou contenham normas sobre a atividade estatística a consulta prévia do Conselho, nos termos da Lei do SEN.
- Intensificação da utilização dos canais de comunicação para a promoção da melhoria dos níveis de literacia estatística.
- Criação de mecanismos internos para estímulo:
  - da intervenção e participação dos membros do CSE;
  - da monitorização do funcionamento dos Grupos de Trabalho para maximização da sua eficiência e eficácia;
  - da melhoria da operacionalização e monitorização das deliberações e recomendações do Conselho, designadamente através i) da realização de reuniões conjuntas dos Presidentes de Secções para decisões de caráter estratégico, e ii) implementação da prática de reuniões entre Presidentes de Secções e Presidentes de Grupos de Trabalho.

2. <u>Na atividade das Autoridades Estatísticas</u>

a. Reforço / consolidação das condições necessárias ao rigoroso cumprimento por parte de todas as AE, dos princípios e competências consagrados na Lei do SEN, no Código de Conduta das Estatísticas Europeias e no Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das Estatísticas Europeias;

b. Cumprimento atempado do Plano de Ação decorrente das recomendações do *Peer Review* 2015 ao INE e Entidades com Delegação de Competências;

c. Monitorização do processo de produção e difusão e da qualidade das estatísticas oficiais, nomeadamente através da realização de auditorias estatísticas;

d. Aprofundamento da cooperação interinstitucional, designadamente através, do(a) eventual desenvolvimento conjunto de operações estatísticas, partilha de ficheiros de unidades estatísticas, avaliação da qualidade da informação de base e da eliminação de redundâncias aos vários níveis da produção estatística, estabelecendo para o efeito os mecanismos de colaboração adequados ao desempenho das suas atribuições no âmbito do SEN;

e. Identificação dos domínios de complementaridade entre a atividade das AE, tendo por base as respetivas competências legais, visando a racionalização dos recursos e a satisfação plena das

necessidades de informação estatística da sociedade, tendo em consideração os objetivos das LGAEO 2013-2017 e o princípio consagrado na Lei do SEN que determina que "as estatísticas oficiais são consideradas um bem público, devendo satisfazer as necessidades dos utilizadores de forma eficiente";

f. Intensificação da apropriação de dados administrativos de qualidade para a produção de estatísticas oficiais, reportando eventuais dificuldades no âmbito do CSE no sentido de serem apresentadas recomendações que facilitem esse acesso;

g. Disponibilização de informação ao Conselho Superior de Estatística sempre que esteja em causa a introdução de alterações metodológicas profundas nas operações estatísticas de grande impacto económico e social, que deem origem a quebras de série ou descontinuação de variáveis;

h. Alargamento da produção de estatísticas a domínios relevantes para a tomada de decisão, designadamente àqueles em que prevalecem fragilidades (devidas à exiguidade dos recursos disponíveis e/ou ao peso da carga sobre os respondentes), através, designadamente da adoção de novos modelos de produção e difusão estatísticas, do aproveitamento de dados administrativos e da partilha de infraestrutura tecnológicas e operacionais, em preparação a nível europeu;

i. Aprofundamento dos instrumentos e agilização dos mecanismos que permitam antecipar novas necessidades de produção estatística e propiciar uma resposta atempada às mesmas;

j. Aperfeiçoamento dos canais de comunicação e difusão contribuindo para o aumento da literacia estatística, adaptando estratégias de comunicação diferenciadas aos vários segmentos de utilizadores e às alterações nas funcionalidades de pesquisa e acesso às estatísticas;

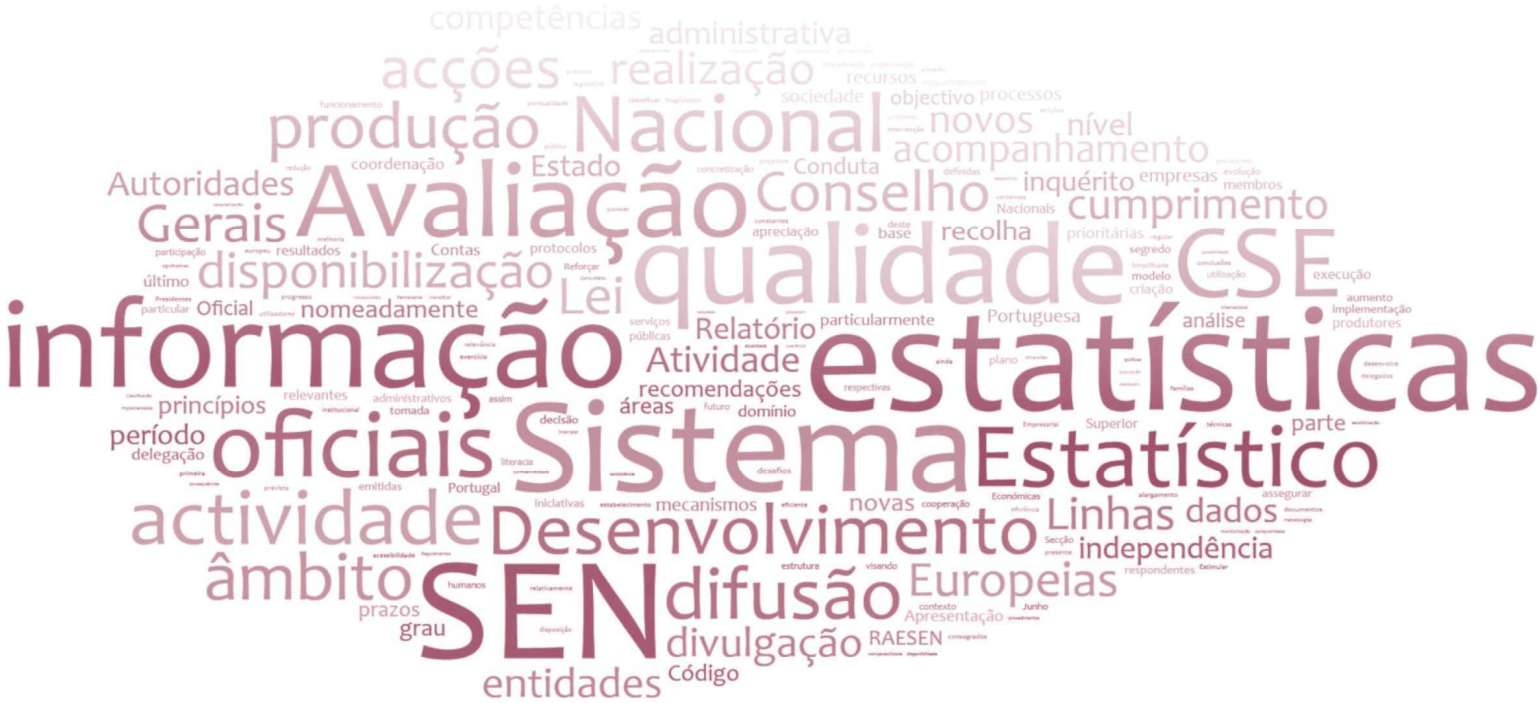
k. Aumento da capacidade de resposta das AE às necessidades crescentes e diferenciadas de utilizadores da informação estatística, em termos de rapidez, eficiência e qualidade, respeitando em simultâneo as regras da confidencialidade vigentes a nível nacional e europeu;

l. Alargamento da informação disponibilizada, designadamente no que respeita a séries longas;

m. Aperfeiçoamento da informação disponibilizada, designadamente no que se refere a revisões, à descontinuação de variáveis, à acessibilidade, à transparência e à pontualidade;

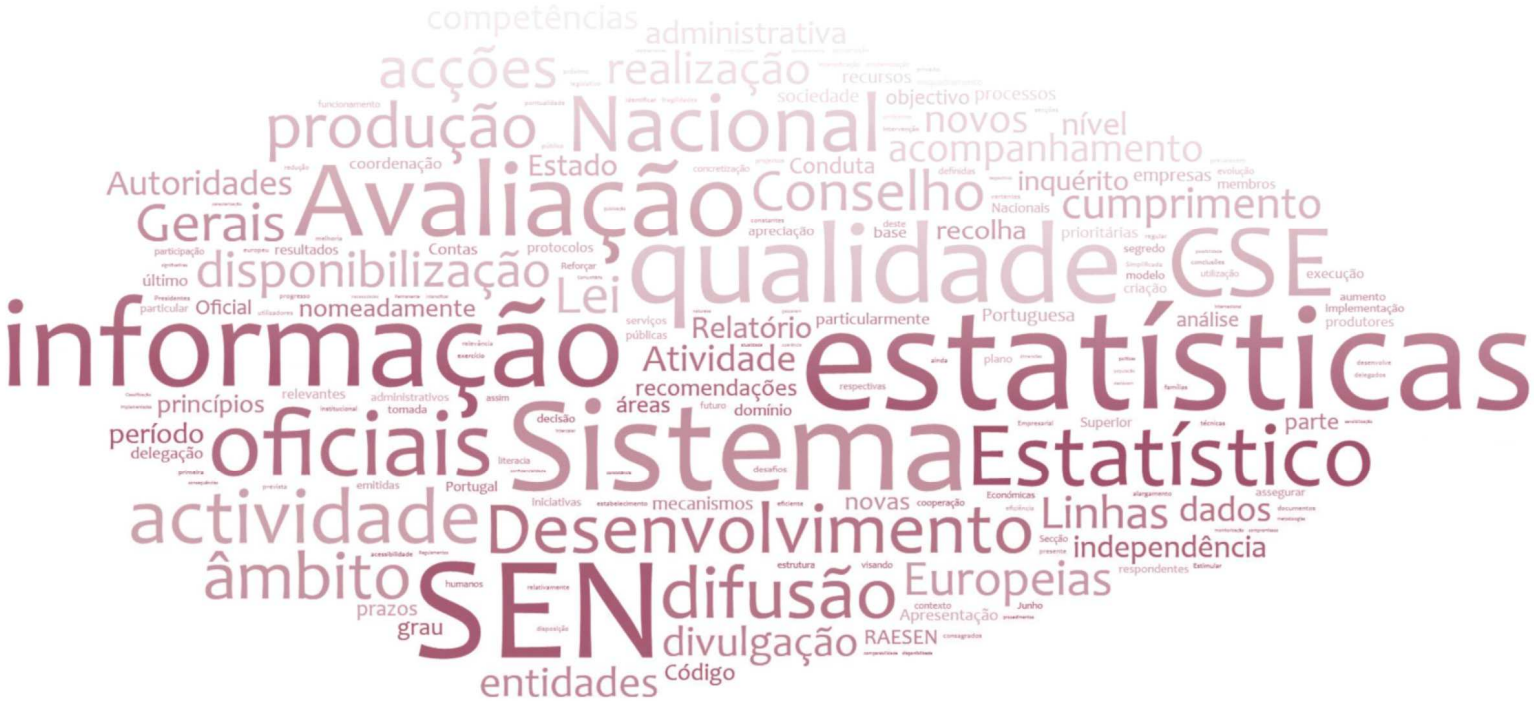
n. Prosseguimento do aumento da desagregação geográfica para indicadores relevantes, assegurando o equilíbrio utilidade/custo.

Anexos


competências
administrativa
acções
realização
recursos
produção
Nacional
sociedade
objectivo
processos
novos
nível
acompanhamento
coordenação
Estado
Conduta
Autoridades
Avaliação
Conselho
inquérito
empresas
membros
cumprimento
Gerais
Nacionais
recolha
prioritárias
segredo
resultados
Contas
protocolos
qualidade
CSE
disponibilização
modelo
execução
último
Lei
Oficial
nomeadamente
informação
estatísticas
Relatório
particularmente
Portuguesa
análise
aumento
Implementação
produtores
Atividade
recomendações
princípios
áreas
domínio
Superior
parte
período
delegação
oficiais
Sistema
Estatístico
Portugal
Iniciativas
mecanismos
novas
Económicas
Linhas
dados
assegurar
actividade
Desenvolvimento
independência
âmbito
SEN
difusão
Europeias
prazos
grau
Apresentação
Junho
divulgação
RAESEN
entidades
Código

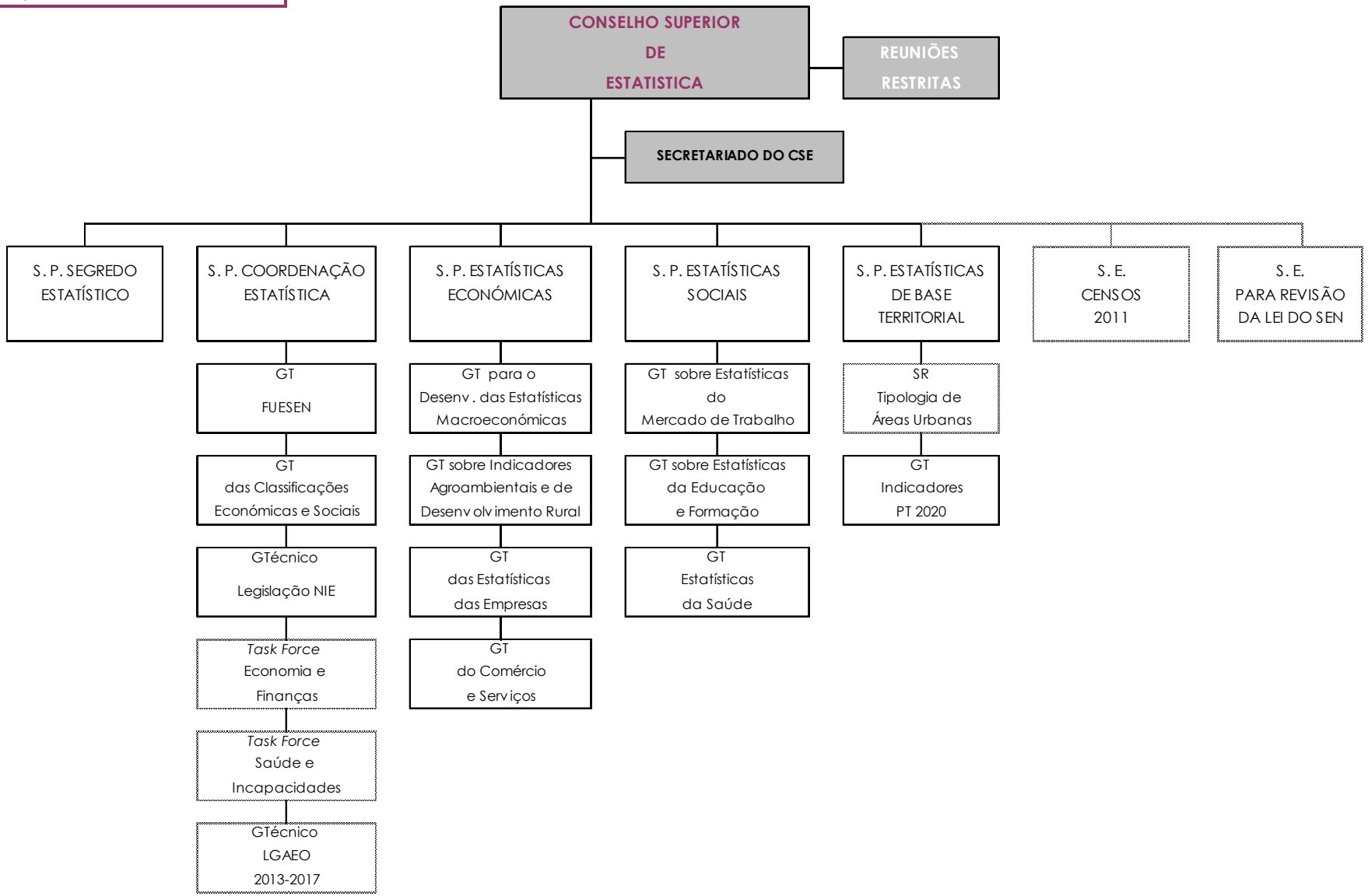
Anexo I

Organograma do CSE 2012-2015



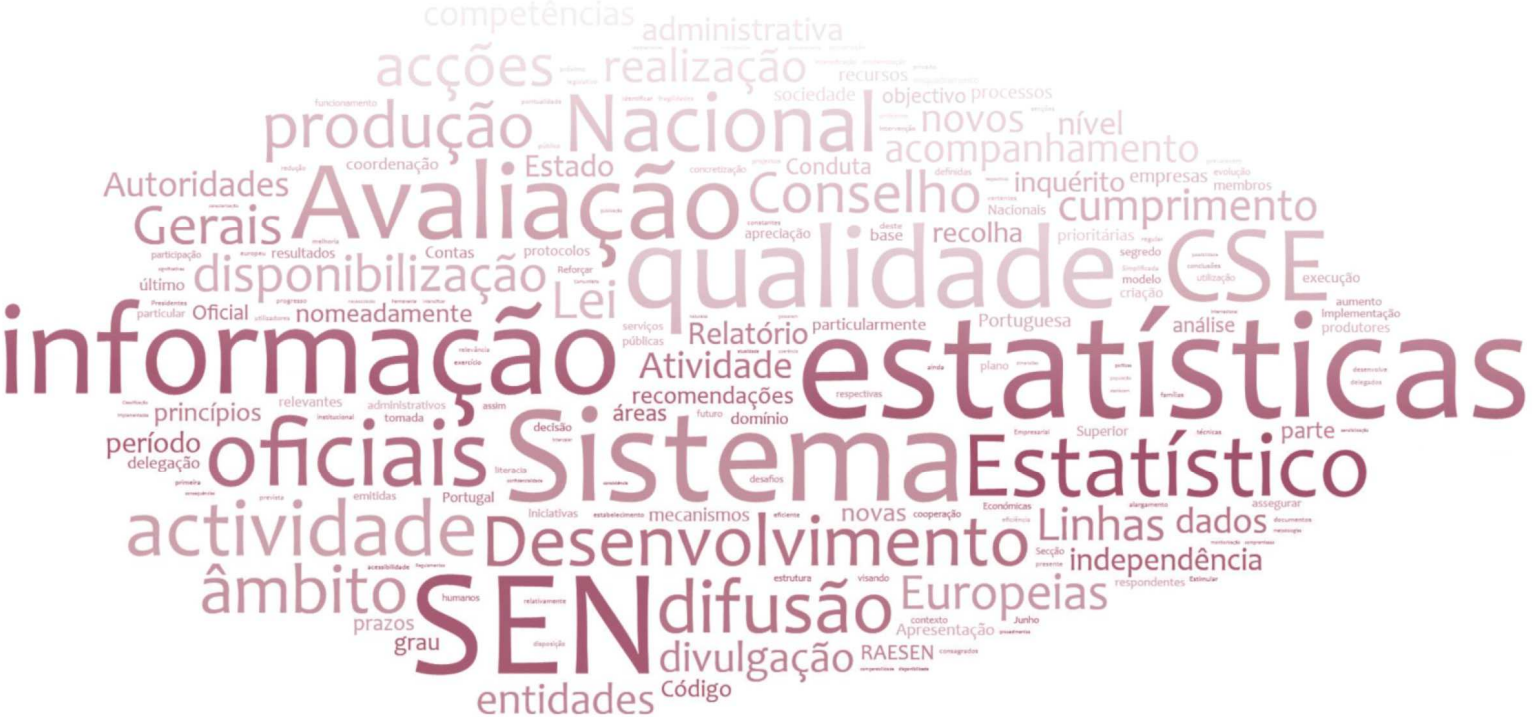
SSC/987

CONSELHO SUPERIOR DE ESTATISTICA
ORGANOGRAMA
SECÇÕES E GRUPOS DE TRABALHO



Anexo II – A e B

Membros do CSE no período 2012-2015 e participação nas reuniões do CSE



Anexo II - A

MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA | 2012-2015[5]

- **INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.**

  efetivo: Dra. Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

  suplentes: Dra. Maria Helena de Sousa Cordeiro

  Dr. Carlos Manuel Matias Coimbra (a partir de 31 de dezembro de 2012_DR 252 2ª série – Resolução 54/2012 enquanto Vogal do INE)

  Dr. Carlos Manuel Matias Coimbra (a partir de 12 de dezembro de 2014)

- **BANCO DE PORTUGAL**

  efetivo: Dr. João Cadete de Matos

  suplente: Dr. Luís Manuel Martins Teles Dias

- **SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES**

  efetivo: Dr. Augusto António Rua Elavai

  suplente: Dr. Manuel Adriano Melo

- **DIREÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA**

  efetivo: Dr. Carlos Alberto Cabaça de Almeida Estudante (até 13 de outubro de 2012)

  Dra. Emília de Fátima Fernandes Alves (a partir de 10 de Janeiro de 2013_ Resolução nº. 18/2013 aprovada em reunião do Conselho do Governo)

  Dra. Emília de Fátima Fernandes Alves (a partir 12 de Dezembro de 2014)

  suplentes: Dra. Ângela Maria Mendes de Gouveia

  Dra. Emília de Fátima Fernandes Alves (até 09 de janeiro de 2013)

  Dr. Paulo Jorge Baptista Vieira (a partir 12 de Dezembro de 2014)

- **DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA /MJ**

  efetivo: Prof.ª Doutora Susana Antas Fernandes Videira

  suplente: Dra. Maria João Gomes Morgado Costa

[5] Documento elaborado com base nos Despachos de nomeação nº 6848 de 21 de maio de 2012 e nº 15089 de 12 de dezembro de 2014, para o período de 21 de maio de 2012 a 31 março de 2015.

- **DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA/MAOTE**

  efetivo: Eng.º Pedro Henriques Gomes Cabral

  suplente: Eng.ª Maria Luísa Trindade Nunes Portugal Basílio

- **DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS/MAM**

  efetivo: Eng.º Miguel Perez de Jesus Sequeira

  suplente: Dr. Carlos Jorge Tacão Moura

- **DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA/MEC**

  efetivo: Prof.ª Doutora Luísa da Conceição dos Santos de Canto e Castro de Loura

  suplente: Dr. Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues

- **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

  efetivo: Dr. José Maria Belo de Sousa Rego

  suplente: Dr. Ricardo António Beato de Carvalho (até 31 de janeiro de 2013)

  Dra. Fernanda Duarte Sousa Soares Cruz (a partir de 12 de Dezembro de 2014)

- **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

  efetivo: Mestre Hélder Manuel Gomes dos Reis (até 2 de julho de 2013)

  Prof. Doutor Álvaro António Calado Afonso Matias (a partir de 12 de dezembro de 2014)

  suplentes: Dra. Maria Manuela dos Santos Proença

  Prof. Doutor José Carlos Fernandes Azevedo Pereira (a partir de 12 de dezembro de 2014)

- **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

  efetivo: Prof. Doutor João Reis Leão (até 30 de novembro de 2014)

  Prof. Doutor Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves *

  suplente: Dr. Paulo Manuel Brás Inácio

- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR**

  efetivo: Eng.º Eduardo Correia Diniz

  suplente: Eng.ª Maria da Luz Serra Mendes

- **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

  efetivo: Prof. Doutor Paulo Jorge da Silva Nogueira

  suplente: Dr. José Nunes Martins

- **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

  efetivo: Prof. Doutora Sílvia Arminda Calado Frazão (até 22 de novembro de 2013)

  Eng.º Tomé Alexandre Martins Pires (a partir 12 de Dezembro de 2014)

- **CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL**

  efetivo: Dra. Ana Filipa Cordeiro Ferreira

  suplente: Eng.º João Artur Maciel de Soveral (até 13 de setembro de 2012)

  Dr. António Custódio de Sousa Alpalhão (a partir 12 de Dezembro de 2014)

- **CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL**

  efetivo: Dr. António Pedro Dias Capucho

  suplente: Dra. Emília de Lurdes Aldeias Catalão Espírito Santo

- **CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL**

  efetivo: Dr. José António Castelo Branco Cortez

  suplente: Dra. Sara Cristina Ruivo Pasadas

- **CONFEDERAÇÃO DO TURISMO PORTUGUÊS**

  efetivo: Dr. Francisco Maria Malheiro Calheiros e Menezes (a partir 12 de Dezembro de 2014)

  suplente: Prof. Doutor Henrique Manuel Pimentel Reis (até 11 de dezembro de 2014)

- **CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES**

  efetivo: Dr. Fernando Manuel Pires Marques

  suplente: Dra. Catarina Morais de Oliveira

- **UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES**

  efetivo: Dra. Ana Paula Mata Bernardo

  suplente: Dra. Catarina Maria Branco Ferreira Tavares

- **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR**

  efetivo: Prof. Doutor João Manuel Andrade e Silva

  suplentes: Prof. Doutor Henrique Serpa de Vasconcelos

  Dr. Filipe Nuno Vieira Neves Fontoura

- **CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS**

  efetivos: Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira

  Prof.ª Doutora Anabela Botelho Veloso

- **MEMBROS DE RECONHECIDA REPUTAÇÃO DE MÉRITO CIENTÍFICO E INDEPENDÊNCIA**

  Prof.ª Doutora Anália Maria Cardoso Torres

  Prof. Doutor Gustavo Alberto Seabra Leitão Cardoso

  Prof.ª Doutora Maria João Valente Rosa

  Prof. Doutor José Cadima Ribeiro

  Prof. Doutor Pedro Pita Barros (a partir de 12 de dezembro de 2014)

*** AGUARDA PUBLICAÇÃO DE NOMEAÇÃO POR DESPACHO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA**

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CSE NAS REUNIÕES PLENÁRIAS E DE SECÇÕES

Anexo II - B

ENTIDADES	TOTAL 2012 - 2015		2012		2013		2014		2015	
	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências
ANMP	25	9	5	1	7	0	7	4	6	4
DECO	20	6	5	1	7	3	5	1	3	1
BdP	73	1	12	1	22	0	23	0	16	0
CNPD	46	10	7	2	15	3	15	3	9	2
CIP	46	5	6	0	16	2	17	2	7	1
CCP	41	2	10	0	10	1	12	1	9	0
CTP	46	13	6	1	17	0	15	5	8	7
CAP	30	11	6	2	9	4	10	3	5	2
CGTP	62	7	8	2	21	3	18	1	15	1
CRUP	21	7	5	3	5	2	7	1	4	1
DGPJ/MJ	42	0	10	0	12	0	10	0	10	0
DREM	81	0	12	0	23	0	28	0	18	0
DGEG/MEE/MAOTE	51	27	11	7	13	8	15	7	12	5
DGEEC/MEC	48	13	11	1	12	4	14	3	11	5
DGRM/MAMAOT/MAM	66	22	11	5	21	4	23	8	11	5
INE, IP	84	0	13	0	25	0	28	0	18	0
Gustavo Cardoso	19	9	5	4	6	2	5	2	3	1
Anália Torres	19	6	5	1	6	3	5	1	3	1
Mª João Valente Rosa	36	3	5	0	15	1	13	1	3	1
José Cadima Ribeiro	33	7	5	0	8	2	13	3	7	2
Pedro Pita Barros	16	8			5	1	7	4	4	3
MAMAOT/MAM	54	4	8	1	18	3	17	0	11	0
MEE/ME	58	8	12	1	15	3	18	2	13	2
MF	61	13	12	2	15	3	21	5	13	3
ex-MOPTC	2	0	2	0						
MS	38	3	10	1	10	0	11	0	7	2
PCM	44	10	9	0	15	2	15	5	5	3
SREA	83	5	12	0	25	4	28	1	18	0
UGT	54	14	11	0	17	3	16	6	10	5

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CSE NAS REUNIÕES PLENÁRIAS E DE SECÇÕES

Anexo II - B (cont.)

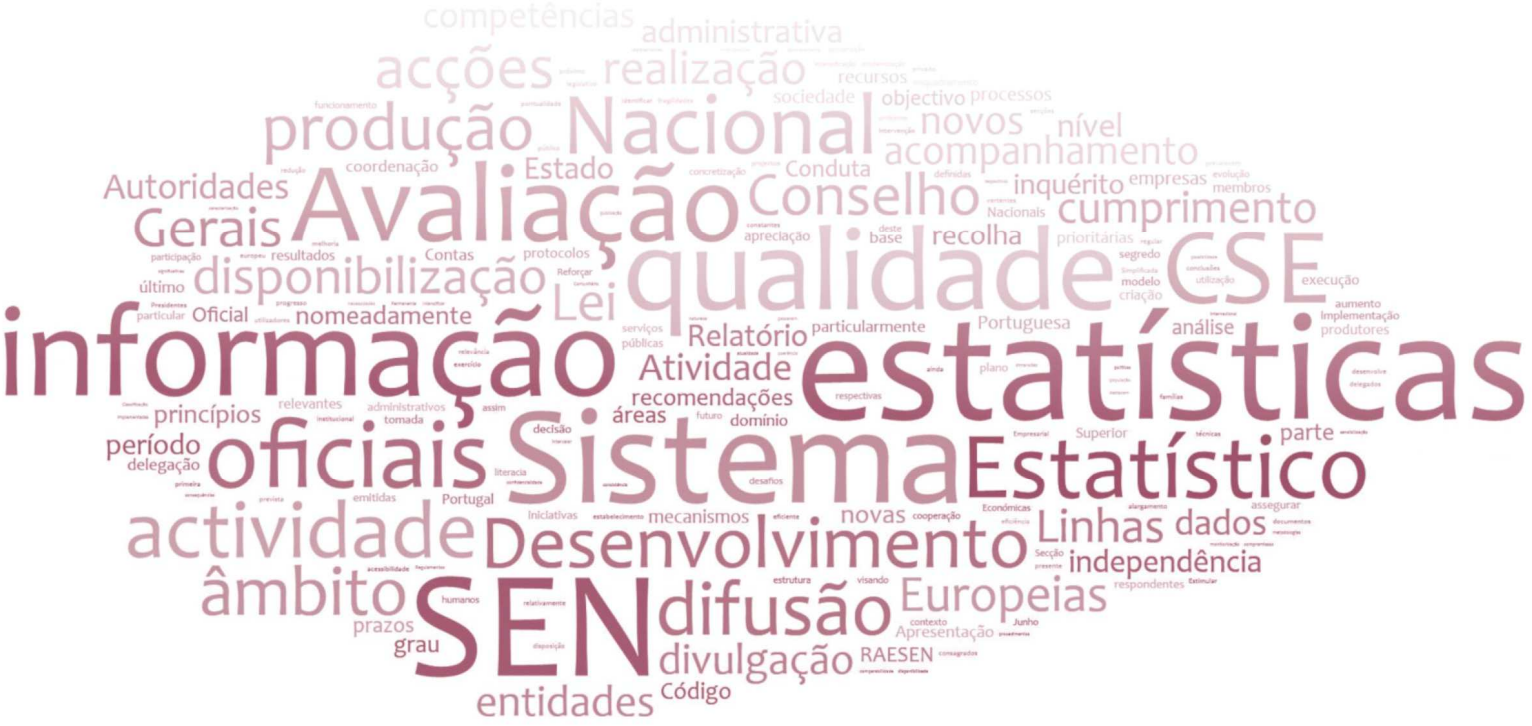
ENTIDADES	TOTAL 2012 - 2015		2012		2013		2014		2015	
	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências	Convocatórias	Ausências
GEP/MSSS/MSESS	72	8	12	1	21	0	26	0	13	7
Observ_QREN/ **Agência, IP**	13	1	1	0	3	0	5	0	4	1
ANAFRE	15	2	2	1	4	0	5	0	4	1
CCDR-LVT	13	6	1	0	3	0	5	4	4	2
CCDR-Alt	13	4	1	1	3	0	5	2	4	1
CCDR-Alg	13	7	1	0	3	2	5	2	4	3
CCDR-C	13	0	1	0	3	0	5	0	4	0
CCDR-N	13	0	1	0	3	0	5	0	4	0
DGAL	13	0	1	0	3	0	5	0	4	0
DGT/MAMAOT/**MAOTE**	12	0	1	0	3	0	5	0	3	0
IFDR, IP	4	0	1	0	3	0				
TOTAIS	**469**	**251**	**257**	**39**	**442**	**63**	**487**	**77**	**307**	**72**

Entidade Convidada

Entidades Permanentes

Anexo III

Relatório de acompanhamento das recomendações do CSE constantes do RAESEN 2008-2011



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (SEN)

2008-2011

| Acompanhamento das recomendações |

Recomendações ao Conselho Superior de Estatística (CSE)

NOTA | Os conteúdos respeitantes ao Conselho Superior de Estatística são da responsabilidade do Secretariado do CSE. Os conteúdos respeitantes ao INE, BdP, SREA e DREM foram retirados da Plataforma *Cloud* – Quadros de monitorização das recomendações do CSE – 22ª Deliberação do CSE "Relatório de Avaliação do Estado dos Sistema Estatístico Nacional 2008-2011" (atualizada a julho de 2015). A informação respeitante a todo o ano de 2015 foi posteriormente atualizada pelo BdP, SREA e DREM. Aguarda-se a atualização pelo INE.

RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DA 22ª DELIBERAÇÃO DO CSE	PONTO DE SITUAÇÃO EM 2015
1. Apresentação de um projeto de revisão do enquadramento legislativo do SEN, que contemple, nomeadamente: i. um novo modelo de presidência do Conselho Superior de Estatística ii. o reforço da independência e autonomia de gestão do INE (para além da independência técnica já consagrada), e correspondente "accountability", capacitando cada vez mais estas estruturas para o exercício das suas competências e a observação dos princípios consagrados no Regulamento Comunitário sobre as Estatísticas Europeias, na Lei	Em julho de 2012 foi criada pelo plenário do Conselho uma Secção Eventual para Revisão da Lei do SEN. Iniciou funções em outubro de 2012 e tem reunido numa base quase mensal, e em que os assuntos têm sido detalhadamente debatidos. O anteprojeto legislativo de revisão da Lei do SEN (de 2008) foi concluído. Em fase final a preparação de toda a documentação para ser submetido ao plenário. No debate, nem sempre consensual, foram tidos em consideração e/ou analisados os seguintes documentos – o Regulamento sobre Acesso a Dados para Fins Científicos, as alterações ao Regulamento do Sistema Estatístico Europeu (aprovadas em junho de 2015) e as recomendações do Relatório Peer *Review* Portugal 2015. Foram ainda tomados em consideração os aspetos relacionados com a estatística, no âmbito da revisão em curso do Regulamento Europeu sobre Proteção de Dados. Os princípios da proposta de Lei foram adaptados / ajustados em concordância com as leis orgânicas das Autoridades Estatísticas, o Código de Conduta das Estatísticas Europeias, o Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias.

do Sistema Estatístico Nacional e no Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.	De salientar as alterações propostas no que se refere ao acesso a informação administrativa para utilização estatística. Como se mantêm as dificuldades na apropriação de informação administrativa para fins estatísticos, seja na cedência da informação, seja por questões relativas à sua qualidade, foram introduzidos mecanismos de reforço sobre esta matéria. Foi alterado o atual formato de presidência do Conselho que deverá passar a ser exercida por uma personalidade de mérito e independência e não por um membro do Governo.
	INE Em implementação. O INE integra a SELSEN. **BdP** O Banco de Portugal tem participado ativamente nos trabalhos de revisão da Lei do SEN, no âmbito da SELSEN. **SREA** O SREA tem participado na SELSEN. **DREM** A DREM integra a Seção Eventual para a Revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional.
2. Conceber e implementar mecanismos que, nos termos das suas competências, permitam assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do SEN e o respetivo acompanhamento ao nível das Autoridades Estatísticas.	O acompanhamento dos princípios consagrados na Lei do SEN foi feito no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. O anteprojeto de revisão da lei do SEN propõe que no relatório de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial deva ser incluída uma apreciação sobre o cumprimento dos princípios fundamentais do SEN. **INE** Em implementação, nos termos do Protocolo de Delegação de Competências para as várias EDC.

	BdP O Banco de Portugal tem participado ativamente nos trabalhos de revisão da Lei do SEN, no âmbito da SELSEN. **SREA** Foi aprovada uma nova Lei Orgânica do SREA na qual foram criadas novas chefias intermédias, nomeadamente uma Direção de Serviços do Planeamento, Qualidade e Serviços Jurídicos a qual tem funções de implementação e acompanhamento dos principais princípios do SEN. Foi também incluída uma unidade de cooperação Externa. O SREA tem participado na SELSEN. **DREM** Com a reformulação do Portal da DREM foi criado um Menu institucional onde são disponibilizados os diplomas que regem a atividade estatística da DREM enquanto Autoridade Estatística e os seus trabalhadores. A monitorização do cumprimento dos princípios do SEN é assegurada pela diretora regional, com a colaboração das chefias intermédias.
3. Clarificar o quadro regulamentar adequado ao cumprimento rigoroso do estipulado na Lei do SEN relativamente ao princípio do segredo estatístico através, designadamente, **i.** da apreciação dos Regulamentos do Segredo Estatístico a adotar por todas as Autoridades Estatísticas **ii.** da criação de mecanismos de fiscalização e outros que permitam zelar pelo cumprimento das regras da confidencialidade por parte das entidades às quais é cedida informação sujeita a segredo	No âmbito do controlo e fiscalização do cumprimento do princípio do segredo estatístico, por parte das entidades solicitantes continuaram a ser introduzidos ajustamentos no acompanhamento dos processos de levantamento do segredo estatístico e em consequência, aperfeiçoadas as ações anteriormente desenvolvidas que condicionam a decisão sobre os pedidos caso tenham sido anteriormente autorizados, em concreto: - Entrega do Compromisso de Sigilo constante da Deliberação que autoriza o acesso a informação confidencial; - Obrigatoriedade de entrega de estudos ou trabalhos realizados com base nos dados estatísticos autorizados; - Análise técnica do estudo por parte das Autoridades Estatísticas a quem foi autorizada a cedência de dados; - Em caso de dúvidas as reuniões serão sempre presenciais. Os procedimentos para análise dos pedidos de acesso a informação estatística confidencial, continuaram a ser aplicados e melhorados, com permanentes atualizações de critérios que asseguram o cumprimento do compromisso de sigilo, no sentido de reforçar das garantias e medidas de segurança e proteção do segredo

estatístico.	estatístico, nomeadamente na utilização da informação e nos prazos de destruição. No anteprojeto de revisão da lei do SEN já não se encontra prevista a competência do Conselho (dando cumprimento a recomendações da *Peer Review* 2008 reiterada na *Peer Review 2015*) no âmbito da autorização da cedência, excecional, de informação confidencial, embora se proponha que tenha competência para acompanhar e formular recomendações no âmbito da observância do princípio do segredo estatístico pelas Autoridades Estatísticas). **INE** Implementada. O INE dispõe de uma Carta da Confidencialidade (última versão de 2014), que cumpre os requisitos regulamentares de aplicação do princípio do Segredo Estatístico. A Carta da Confidencialidade aplica-se às EDC e aos Serviços de Estatísticas das Regiões autónomas da Madeira e dos Açores. **BdP** O princípio da confidencialidade dos dados individuais encontra-se assegurado a nível nacional de forma explícita no Artigo 60º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, no ponto 3.2 respeitante ao segredo profissional do Código de Conduta do Banco de Portugal e no Artigo 80º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, relativo ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (a que está sujeito o Banco de Portugal). **SREA** Foi elaborada e disponibilizada no Portal do SREA, em 2014, o Documento "Confidencialidade Estatística". Todos os funcionários do SREA tomam conhecimento dos princípios incluídos na Lei do SEN ao assinar o documento respetivo. **DREM** A DREM segue escrupulosamente as diretrizes do INE quando recebe solicitações de dados que entram em conflito

	com o princípio do segredo estatístico.
4. Estimular e coordenar ações no domínio da difusão estatística que possam contribuir para o aumento da literacia estatística, nomeadamente da população em contexto escolar e da sociedade em geral.	Realizaram-se cinco eventos no âmbito do CSE: - O Seminário "Para que servem as ESTATÍSTICAS? Que uso diário lhes damos?", em consonância com o objetivo estratégico para o Sistema Estatístico Nacional (SEN), para o quinquénio 2013-2017: "Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística". Organização CSE/INE. - "Encontro sobre Estatísticas da Saúde". - Workshop sobre a "A utilização do SICAE pelas entidades da Administração Pública". - Workshop sobre "A Estatística e a Globalização: Velhos e novos desafios". Organização CSE/INE. - Sessão de Reflexão sobre " Portugal 2020 | Políticas Públicas e Informação Estatística", em que se procurou alargar o espaço de debate a outras entidades exteriores ao Sistema Estatístico Nacional, em particular da Administração Pública. Organização CSE/INE/AD&C. As conclusões e apresentações destes eventos ficaram disponíveis http://cse.ine.pt e foram amplamente divulgadas. Continuaram a ser divulgadas Notas de Informação à Comunicação Social em particular quando da aprovação da Síntese anual da Atividade Estatística do SEN e dos Planos de Atividades anuais. O *site* do CSE procura dar a conhecer de um modo acessível os seus trabalhos, deliberações e recomendações e através da divulgação no capítulo "reflexões" de textos pedagógicos sobre matérias relacionadas com a estatística. A Direção Regional de Estatística da Madeira fez uma apresentação do seu novo portal de estatísticas, o qual facilita a interação com os utilizadores. **INE** Implementada.

Ações realizadas no período 2011/2015 para promover, de forma articulada no SEN, o aumento da literacia estatística (Relatórios de Atividades do INE e EDC 2011-2015):

No âmbito da Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES):

Dimensão: 35 Pontos de acesso em finais de 2015 (31 em 2010).

Divulgação:

INE - Editados trinta números da Folha Informativa bimensal elaborada e divulgada pelo INE, em suporte eletrónico, no seio da Rede, entre 2011 e 2015.

Instituições "parceiras" do INE - divulgação da Rede e das atividades desenvolvidas no seu âmbito, recorrendo a diversos meios, nomeadamente: i) elaboração e distribuição de folhetos; ii) difusão seletiva de informação com base nos Destaques enviados pelo INE; iii) boletins informativos digitais concebidos especificamente para a promoção, no seio da Instituição "parceira", do acesso à informação estatística difundida pelo INE e da sua utilização.

Formação:

INE - realização de ações de formação destinadas a pessoal técnico de atendimento dos Pontos de Acesso, com um total de 243 participantes.

Instituições parceiras do INE – promoção de sessões de formação e/ou divulgação para o seu próprio pessoal técnico e para os utilizadores internos e externos, em muitos casos com a colaboração do INE.

No âmbito da colaboração com o Gabinete de Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) (protocolo assinado entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação, em agosto de 2010, promoção da literacia estatística nos estabelecimentos de ensino básico e secundário):

- Disponibilização do Anuário Estatístico de Portugal a 6000 bibliotecas escolares, entre 2011 e 2015.
- Realização, entre 2011 e 2015, de 364 sessões de formação para professores de um amplo leque de disciplinas em escolas que o solicitaram (5651 participantes), para divulgação das potencialidades do Portal e do Projeto ALEA.

No âmbito do Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada:

- Realização de encontros com os parceiros do ALEA sobre temas de atualidade. Ex: "Os Censos vão às escolas", associada à realização dos Censos 2011 e iniciada em 2010.
- Realização de várias ações de divulgação de iniciativas relacionadas com o ALEA e apresentação de novos conteúdos.
- Realização de ações de formação sobre o ALEA para professores dos ensinos básico e secundário, em que o ALEA é amplamente abordado.
- Continuação, em 2015, dos trabalhos para a construção de um novo sítio do ALEA na internet.
- Continuação da colaboração com o Serviço Regional de Estatística dos Açores e com a Direção Regional de Estatística da Madeira, para realização de ações de formação/promoção da literacia estatística.

BdP

Ver ações desenvolvidas no âmbito do ponto 3, da atividade das autoridades estatísticas, sobre o aperfeiçoamento dos canais de comunicação e difusão estatística contribuindo para o aumento da literacia estatística.

SREA

Desde 2013 que o SREA vem a realizar ações de literacia estatística, no início em conjunto com o INE, junto das escolas e professores, bem como a realização em cada ano de jornadas estatísticas abertas à sociedade em geral.

No seu QUAR anual, existe um objetivo com o nº de ações de literacia estatística a realizar. Tendo em 2015 a visita ao SREA de duas turmas do 2º ciclo e uma ação de apresentação do portal junto de uma entidade exterior.

DREM

Desde 2013, a DREM tem levado a cabo várias iniciativas que visam contribuir para o reforço da confiança nas

	estatísticas oficiais e para a sua melhor utilização por parte da sociedade em geral. Tem ainda promovido sessões de literacia estatística junto da comunidade escolar, tendo celebrado um protocolo com a Secretaria Regional da Educação, através do Observatório do Sistema Educativo da RAM e da Direção Regional de Educação.
5. Prosseguir na monitorização e desenvolvimento das ações referenciadas no "Plano de Ações visando o cumprimento dos prazos de disponibilização das Estatísticas Portuguesas" tendo como objetivos: **i.** o cumprimento dos prazos de disponibilização das Estatísticas Portuguesas e a inventariação das fontes administrativas **ii.** o alargamento gradual da avaliação das estatísticas oficiais a todas as restantes dimensões da qualidade estatística[6].	Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Acompanhamento trimestral pela Secção especializada do cumprimento de prazos de disponibilização das estatísticas portuguesas previstos nos Planos de Atividade anuais. A inventariação da informação administrativa tem vindo a ser feita nalguns grupos de trabalho do Conselho e está prevista para 2015, uma sessão sobre o tema aproveitamento de informação administrava para utilização estatística. Na reunião da secção especializada que se realizou em abril de 2015 foi decidido alargar a avaliação a outras dimensões da qualidade, no âmbito do CSE. Assunto para reflexão em próxima reunião. **INE** Implementada. **Disponibilização das estatísticas** (Relatórios de Atividades do INE e EDC 2011-2015): INE e Entidades com Delegação de Competência: • Informação disponibilizada na data prevista (ou com antecipação): 91,5%, 93,3%, 93,0%, 95,7% e 96,9%, de 2011 a 2015, respetivamente; • Informação disponibilizada com atraso: 6,7%, 4,4%, 6,3%, 3,2% e 1,7%, respetivamente.

[6] Dimensões da qualidade estatística (constantes do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias): relevância, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade e clareza, comparabilidade, coerência e consistência.

- Informação não disponibilizada: 1,9%, 2,3%, 0,7%, 1,1% e 1,4%, respetivamente.

INE:

- Informação disponibilizada na data prevista (ou com antecipação): 95,9%, 98,0%, 96,6%, 97,2% e 98,0%, de 2011 a 2015, respetivamente;
- Informação disponibilizada com atraso: 3,6%, 1,5%, 2,7%, 1,5% e 0,9%, respetivamente;
- Informação não disponibilizada: 0,5%, 0,5%, 0,7%, 1,3% e 1,1%, respetivamente.

EDC:

- Informação disponibilizada na data prevista (ou com antecipação): 81,9%, 83,7%, 86,8%, 92,7% e 94,5%, de 2011 a 2015, respetivamente.
- Informação disponibilizada com atraso: 13,3%, 10,3%, 12,3%, 6,6% e 3,4%, respetivamente.
- Informação não disponibilizada: 4,8%, 6,0%, 0,9%, 0,7% e 2,1%, respetivamente.

Edição das publicações estatísticas (INE e EDC):

- Editadas na data prevista (ou com antecipação): 53,3%, 55,4%, 75,9%, 82,2% e 85,8%, de 2011 a 2015, respetivamente;
- Editadas com atraso: 31,3%, 16,1%, 21,1%, 16,6% e 9,7%, respetivamente;
- Não editadas: 15,4%, 28,5%, 3,0%, 1,2% e 4,5%, respetivamente.

Indicadores disponíveis no Portal de Estatísticas Oficiais, no final de 2014: 7 893(+ 54,6% face ao final de 2010).

Melhorias dos *timings* de difusão da informação

Em 2012:

- Divulgação antecipada dos resultados definitivos dos Censos 2001, no Portal das Estatísticas Oficiais.
- Divulgação antecipada das tábuas completas de mortalidade para Portugal 2000-2002 a 2009-2011

Em 2013:

	• Redução do padrão de disponibilização dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE) para 38 dias após o final do período de referência (antecipação em 7 dias face ao anterior padrão). • Divulgação antecipada dos dados provisórios do Sistema de Contas Integradas das Empresas. • Divulgação antecipada da revisão das tábuas de mortalidade regionais por NUTS II (1999-2001 a 2009-2011) e NUTS III (2004-2006 a 2009-2011). • Redução dos prazos de divulgação do Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias, na sequência da otimização de processos na recolha de dados e na análise dos resultados. *Em 2014*: • Redução do padrão de disponibilização das Contas Nacionais Trimestrais de 70 para 60 dias após o final do trimestre de referência • Redução do padrão de disponibilização das Contas Trimestrais por Setor Institucional, de 90 para 85 dias. • Divulgação antecipada das Estimativas da Imigração e da Emigração 2013. • Divulgação antecipada dos indicadores relativos às Tábuas Completas de Mortalidade por NUTS II e às Esperanças de vida por NUTS III para o triénio 2011-2013. • Divulgação antecipada dos resultados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2013, incluindo os resultados do módulo ad hoc sobre privação material. • Divulgação antecipada do Sistema de Contas Integradas das Empresas 2013 (dados provisórios). *Em 2015*: • Antecipação da disponibilização interna das estimativas preliminares de População Residente em 31/12/2014, por sexo, idades e NUTS I, II e III (geografia NUTS 2013), para utilização no âmbito das taxas mensais de emprego e das Estimativas Mensais de População Residente para 2015, por sexo, idades e NUTS I, II e III (geografia NUTS 2013), para utilização no âmbito da ponderação de resultados amostrais nos inquéritos às famílias. • Divulgação de indicadores demográficos por NUTS III, na versão NUTS 2013, numa série retrospetiva com início em 2011., com antecipação de três meses face ao calendário estabelecido.

	• Antecipação da divulgação dos resultados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) referentes a 2014 (em janeiro de 2015) e referentes a 2015 (no final do próprio ano). • Recuperação do calendário de produção das Contas Nacionais Anuais, apresentando resultados relativos aos anos 2012 (em março) e 2013 (em setembro), após a implementação da mudança de base do SEC 2010, alinhando novamente o calendário de produção com as melhores práticas a nível europeu. ***Inventariação de fontes administrativas passíveis de apropriação para fins estatísticos*** - INE e EDC (Relatórios de Atividades - 2011/2015). *2011*: • Continuação dos testes de coerência para aproveitamento de dados administrativos no quadro das estatísticas do rendimento das famílias, da saúde e da proteção social, (ISS). *2012*: • Participação/Acompanhamento de grupos de trabalho internacionais, nomeadamente da UNECE e Eurostat, respeitantes às temáticas emergentes na área das migrações internacionais e à utilização para fins estatísticos de dados administrativos que permitam enriquecer e aumentar a disponibilidade e a qualidade das estatísticas migratórias. • Prossecução da articulação entre o INE e a DGAEP, para desenvolvimento dos trabalhos necessários à apropriação dos dados do Emprego Público para fins estatísticos. • Análise da informação de natureza administrativa disponibilizada pelas escolas, e aumento do número de indicadores disponíveis no Portal do INE. • Análise da informação de natureza administrativa disponibilizada pelas escolas, de forma a aumentar o número de indicadores estatísticos disponibilizados, com destaque para a divulgação no 4º trimestre do estudo "Modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo". (DGEEC/MEC)

	2013: • Prossecução dos estudos e trabalhos de implementação de um novo modelo Censitário para 2021, baseado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos. • Elaboração de um relatório sobre a apropriação de dados administrativos provenientes das Câmaras Municipais para o Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas. • Análise da informação do sistema de bilhética sem contacto da Área Metropolitana de Lisboa passível de apuramento estatístico, em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. • Realização de dez sessões de sensibilização à estatística junto de entidades fornecedoras de dados. (DGPJ|MJ). • Realização de contactos diretos com os operadores fornecedores de informação, para sensibilização quanto ao envio da informação dentro do prazo, no contexto da melhoria da qualidade das estatísticas da Energia e do Recursos Geológicos. (DGEG/MAOTE). • Desenvolvimento de um sistema de consulta *online* para inventariação das fontes administrativas, existente em todos os organismos do Ministério da Agricultura e do Mar. (DGPA/MAM). *2014*: • Acesso aos ficheiros administrativos detidos por diversos organismos do Estado em condições de segurança e confidencialidade, para a elaboração do Estudo de viabilidade de um novo modelo censitário em 2021. Entidades que já enviaram informação em 2014 e início de 2015: Instituto de Registos e do Notariado; Instituto de Informática do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, inclui RAM; Instituto do Emprego e Formação Profissional, inclui RAM; Caixa Geral de Aposentações; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (Quadros de Pessoal); Direcção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Publicas (ADSE). **Entidades que estão a preparar a informação**: Autoridade Tributária. • Desenvolvimento de diligências junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial para a produção de estatísticas sobre marcas e patentes, necessárias, designadamente, para monitorização do QREN.

	• Início do processo de inventariação da informação administrativa disponível no Instituto da Construção e do Imobiliário. • Melhoria da qualidade dos ficheiros de veículos, inspeções e registos em geral, com recurso à informação administrativa disponível no Instituto da Mobilidade e Transportes. • Acesso e tratamento estatístico exploratório de uma amostra de microdados anonimizados do BDC (dados consulares) do Ministério dos Negócios Estrangeiros. • Análise da informação de natureza administrativa disponibilizada, **de forma a aumentar o número de indicadores** estatísticos disponibilizados. (DGEEC|MEC). • Reforço da análise das fontes administrativas de dados na área da Justiça e promoção da sua utilização com recurso aos novos métodos de recolha de dados estatísticos. (DGPJ/MJ). • Desenvolvimento, em cooperação com o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, de uma solução técnica para recolha de dados estatísticos das três áreas da mediação pública (laboral, familiar e penal). (DGPJ|MJ). *2015*: • Elaboração de documento de trabalho sobre a "Utilização de Fontes Administrativas para Fins Estatísticos, já em uso e potenciais". Este estudo teve por objetivo: (i) identificar alguns dos constrangimentos na obtenção de dados através de fontes administrativas, apesar do enquadramento legal da atividade do INE; (ii) sintetizar o resultado do exercício de identificação de potenciais fontes administrativas que possam ser utilizadas para fins estatísticos, independentemente do seu tipo de utilização (por exemplo: apropriação de informação com objetivo de eliminação de recolha primária de dados junto de respondentes empresas ou cidadãos; e/ou, apropriação de informação para validação de dados já recolhidos por outras vias); e, de uma forma geral, (iii) informar sobre as fontes administrativas que já estão a ser utilizadas pelo INE, com maior incidência nas estatísticas económicas, salientando-se que para algumas destas ainda não foi esgotado todo o seu potencial de utilização. Em ulteriores versões deste documento ampliar-se-á o âmbito das estatísticas a considerar. Este estudo foi apresentado ao GT para a Simplificação Estatística no âmbito da Rede Interministerial para a

	Modernização Administrativa (RIMA), do qual o INE faz parte. • Continuação da articulação interinstitucional com o MNE/DGACCP para apropriação de informação administrativa para robustecimento da componente emigração da população portuguesa. • Integração dos dados administrativos da educação no âmbito do exercício anual do UOE, associado ao Regulamento da UE 452/2008, em articulação com a DGEEC/MEC. • Continuação da apropriação de informação de dados administrativos para a disponibilização de estatísticas na área do património cultural imóvel (em estreita articulação com a Direção-Geral do Património Cultural), do Cinema (em estreita articulação com o Instituto do Cinema e Audiovisual) e do Desporto (em estreita articulação com o Instituto Português do Desporto e Juventude e com a Federação Portuguesa de Futebol). • Criação de um interface de acesso aos dados administrativos dos Orçamentos e Contas das instituições particulares de solidariedade social (OCIP) disponibilizados pelo MSESS/II, para fins estatísticos do SEEPROS e suportado através de um BIS. • Consolidação da produção de Índices de preço da habitação com recurso a informação de natureza fiscal. • Elaboração de estudos para avaliação da possibilidade de extensão da produção de informação na área do património não financeiro a outros indicadores relevantes, como sejam os índices de preços de propriedades comerciais, acompanhando os desenvolvimentos a nível europeu nesta área estatística. Estes estudos beneficiarão de uma exploração mais intensa da informação fiscal e administrativa já disponível, como sejam as bases de dados do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Transações onerosas de imóveis. • Consolidação do processo de integração dos dados da importação via eletrónica (STADA-Importação) no contexto do Extrastat. • Promoção de iniciativas junto do Ministério da Agricultura e do MAR (MAM), em particular junto do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) para cumprimento do anexo 2 do Regulamento (UE) Nº 1337/2011 (dados estatísticos sobre as vinhas) através do cadastro vitícola. • Monitorização do desenvolvimento dos sistemas de informação administrativos do IFAP no âmbito das

	estatísticas da produção animal (nomeadamente o mel, os suínos e os pequenos ruminantes), tendo em vista a apropriação da informação para o sistema estatístico. • Estudo sobre a eventual apropriação de dados sobre obras públicas no âmbito da colaboração com o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI). • Realização de estudos e análises complementares com base nas estatísticas oficiais e/ou dados administrativos. (DGEEC/MEC). • Recuperação e melhoria da qualidade dos dados administrativos residentes em sistemas informáticos, nomeadamente no sistema de informação dos tribunais administrativos e fiscais (SITAF). (DGPJ/MJ). • Reforço da análise das fontes administrativas de dados na área da Justiça e promoção da sua utilização com recurso aos novos métodos de recolha de dados estatísticos. (DGPJ/MJ). • Receção e tratamento de dados administrativos (encriptados) para avaliação da viabilidade da sua aplicação na realização dos Censos 2021. Início da preparação de um Inquérito-Teste a realizar em 2016, abrangendo três freguesias do Continente, de diferentes tipologias. • Elaboração do Estudo de Viabilidade para a adoção de um novo modelo Censitário em 2021, designadamente na vertente que se refere à interligação das diferentes bases de dados encriptados provenientes de fontes administrativas de diversas entidades, designadamente recorrendo a técnicas de *matching*. ii. Implementada parcialmente. A avaliação da qualidade das estatísticas oficiais em todas as suas dimensões (leia-se, para além da "pontualidade") ocorre em todas as operações estatísticas no âmbito dos respetivos relatórios internos e do reporte ao Eurostat para os casos de operações estatísticas realizadas mediante Regulamento Europeu. No entanto, os indicadores relativos às diferentes dimensões da qualidade, não têm sido objeto de reporte regular para todas as operações estatísticas. Em 2015 foi iniciada a definição de um template de Relatório da Qualidade das operações estatísticas realizadas no âmbito do SEN, à semelhança do já concretizado para o Documento Metodológico, a incluir no SMI, tendo por referência o formato aprovado pelo Eurostat, o qual será adotado gradualmente pelas várias áreas estatísticas.

	BdP Observância na íntegra dos objetivos relativos à qualidade e ao cumprimento dos prazos de compilação e divulgação das estatísticas que se encontram definidos nos Planos da Atividade Estatística do Banco de Portugal. Enquanto autoridade estatística o BdP desenvolve uma política de comunicação proactiva, visando contribuir para um melhor conhecimento, confiança e utilização das estatísticas da sua responsabilidade. O BdP tem participado na implementação do Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) ao nível do Eurosistema, nomeadamente no âmbito dos Relatórios de Qualidade anuais e da realização de ações de auditoria estatística a todas as atividades de produção estatística do BdP, em ambos os casos incluindo uma avaliação dos princípios consagrados no Compromisso Público do SEBC. **SREA** O SREA tem trimestralmente realizado o acompanhamento da divulgação da informação estatística e apresentado na SPCE, com disponibilização de publicações e da informação a 100% dentro do prazo. **DREM** A DREM apresenta trimestralmente ao CSE - SPCE o acompanhamento do seu Plano de Atividades Anual.
6. Promover as iniciativas adequadas ao reforço dos mecanismos de cooperação institucional no seio do SEN, designadamente para: **i.** a construção e atualização de um ficheiro único de unidades estatísticas a partilhar pelas autoridades estatísticas; **ii.** a otimização do processo de requalificação dos recursos humanos do SEN, para que este possa responder com eficiência e eficácia às exigências	De acordo com informação prestada numa reunião da Secção Permanente de Coordenação Estatística, em 2014 pelo INE, este Instituto na sequência da reflexão suscitada pela Secção aproveitou para analisar o espirito, o desenvolvimento e os resultados no seio do Grupo de Trabalho para constituição de um Ficheiro Único para o SEN, e considerou cumprida a maior parte do mandato do GT e que, para além da limitação de recursos, não ser expetável que uma infraestrutura que alimenta as operações estatísticas do INE possa ser acedida por outras entidades. Considerou assim cumprida a maior parte do mandato do GT FUESEN. Reiterou que o acesso ao FUE é possível desde 2009. Na sequência desta posição, a Secção lamentou que não tenham sido reiteradamente observadas as deliberações

dos novos desafios; iii. a implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.	do CSE e cumpridos os compromissos assumidos e deliberou suspender a atividade do Grupo de Trabalho para constituição de um Ficheiro Único para o Sistema Estatístico Nacional até que seja feita uma reavaliação desta matéria, no contexto da avaliação do grau de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 e da preparação das Linhas Gerais para o quinquénio seguinte (42ª Deliberação). Relativamente ao reforço dos mecanismos no âmbito da cooperação institucional o CSE deliberou em situações distintas o seguinte: <u>Em setembro de 2013</u> Recomendar às entidades gestoras do SICAE (Instituto Nacional de Estatística, Instituto dos Registos e do Notariado e Autoridade Tributária e Aduaneira), com vista ao reforço da cooperação institucional, o estabelecimento de um protocolo que institucionalize formas de articulação regulares e que preveja mecanismos de consulta dos principais utilizadores. O protocolo deverá prever a elaboração de um Plano de Trabalhos, identificar os representantes das entidades em causa e definir o formato de articulação institucional a implementar. <u>Em janeiro de 2014</u> v. Às Autoridades Estatísticas a importância de aprofundar a cooperação interinstitucional, nomeadamente através do desenvolvimento de operações estatísticas conjuntas, da partilha de ficheiros de unidades estatísticas, do controlo de qualidade da informação de base e da eliminação de redundâncias nos vários níveis da produção estatística, estabelecendo para o efeito os mecanismos de colaboração adequados ao desempenho das suas atribuições no âmbito do SEN. vi. Que a cooperação entre as Autoridades Estatísticas contribua para uma identificação dos domínios de complementaridade, com base nas respetivas competências legais, visando a racionalização dos recursos e a satisfação plena das necessidades de informação estatística da sociedade, tendo presente os objetivos traçados nas LGAEO 2013-2017 e um dos princípios consagrados na Lei do SEN que determina que “as estatísticas oficiais são consideradas um bem público, devendo satisfazer as necessidades dos utilizadores de forma eficiente”. vii. Que a divulgação de informação estatística relativa ao setor das empresas não financeiras no âmbito das áreas

	de competências do INE e do BdP seja acompanhada pelo desenvolvimento de mecanismos de colaboração, que contribua para a natureza complementar da informação divulgada pelas duas Autoridades Estatísticas e para o esclarecimento de dúvidas de natureza metodológica, para a melhoria da qualidade das estatísticas difundidas e para a satisfação das necessidades dos respetivos utilizadores, assegurando a divulgação de estatísticas rigorosas e consistentes. Em março de 2015 Ao Instituto Nacional de Estatística e ao Banco de Portugal: a. Uma profunda articulação entre estas duas entidades enquanto responsáveis, designadamente, pela divulgação das Contas Nacionais Portuguesas e pela divulgação das estatísticas da Balança de Pagamentos, em consequência do novo conjunto de operações inerentes ao novo sistema de compilação da balança de pagamentos e da sua complexa integração no sistema de compilação de contas nacionais; b. O cumprimento dos calendários acordados entre as duas entidades para que os utilizadores possam beneficiar das estatísticas em tempo útil e com a elevada qualidade a que as duas instituições estão associadas. **INE** i. Implementada. Disponibilização do FUE em 2006. Disponibilização do SMI em 2012. A atualização do ficheiro de unidades estatísticas/ estabelecimentos, com base em dados administrativos, nomeadamente com informação do Anexo-R da IES, e Relatório Único (ex-quadros de pessoal). ii. Implementada. Execução de Programa de Formação Bi-Anual, aberto às EDC. iii. Implementada.

	Comprovação do efetivo cumprimento dos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, nos relatórios das duas rondas de *Peer Review* realizadas (2007/2008 e 2014/2015). Não obstante, identificam-se sempre oportunidades para a introdução de melhorias, estabelecidas em Planos de Ação, cuja execução é objeto de monitorização anual pelo Eurostat (ver site dos Eurostat). O Plano de Ação decorrente das Recomendações produzidas no contexto da 2ª ronda de *Peer Review,* realizada em janeiro de 2015, encontra-se em execução até 2019. **BdP** O BdP considera que a construção de um ficheiro único representa um passo muito importante para a melhoria do funcionamento do Sistema Estatístico Nacional e tem procurado contribuir para a concretização desse objetivo. Criação e lançamento no ano letivo 2013/2014 de um curso de Pós-Graduação em Sistemas Estatísticos, com especialização em Estatísticas de Bancos Centrais. Este curso resulta de um protocolo de colaboração entre a NOVA IMS – Information Management School e o Banco de Portugal com o objetivo de dotar os técnicos e gestores que exercem funções no âmbito das estatísticas de bancos centrais, quer como produtores, quer como analistas ou utilizadores de informação estatística, com os conhecimentos e aptidões fundamentais ao exercício da sua atividade. O curso conta com o apoio do Banco Central Europeu e do Comité Irving Fisher sobre Estatísticas de Bancos Centrais e recebeu a acreditação EMOS (*European Master of Official Statistics*) do EUROSTAT. Ver, ainda, as ações desenvolvidas no âmbito do ponto anterior (ponto 5).
7. Reforçar a utilização de fontes administrativas para fins estatísticos, designadamente através da intervenção das autoridades estatísticas desde o início da sua conceção, atualização, ou modernização, de forma a assegurar um adequado equilíbrio entre o objetivo de redução dos custos associados à prestação de	Identificação de fontes de informação na área das estatísticas da saúde, da mobilidade territorial e do Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas. Foram enviadas recomendações a um conjunto de entidades na área da saúde com acompanhamento trimestral sobre a sua progressiva implementação. Recomendações também na área das estatísticas da mobilidade territorial (recomendações ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes), do comércio internacional no âmbito de envio de informação pelo Ministério das

informação pelos agentes reportantes e a necessidade de produzir estatísticas oficiais de qualidade.	Finanças (Autoridade Tributária e Aduaneira) e no âmbito do SICAE que envolve as seguintes entidades: Instituto Nacional de Estatística, Instituto dos Registos e do Notariado e Autoridade Tributária e Aduaneira. No âmbito da revisão da Lei do SEN esta matéria está a ser debatida no sentido de que existam mecanismos de reforço. Foi criado um sistema de indicadores para acompanhamento do período de programação 2007-2013. Para a disponibilização desta informação foi necessário contar com a colaboração de um conjunto de entidades também exteriores ao SEN; o Conselho sensibilizou estas entidades para a necessidade desta colaboração se tornar efetiva. Em abril de 2015 realizou-se uma reunião da SP de Coordenação Estatística, para a qual foram convidados os dirigentes da Agência para a Modernização Administrativa, Autoridade Tributária e Aduaneira e Direção Geral das Atividades Económicas, para sensibilização destas entidades no sentido de através do Programa Simplificar se introduzir a possibilidade de passar a existir informação sobre os estabelecimentos como objetivo de num futuro próximo se poder ter um Ficheiro Único de Estabelecimentos. Realizou-se uma reunião de follow-up das decisões tomadas nesta reunião no sentido de estudar a viabilidade de uma solução. Previsto para setembro de 2015 um novo ponto de situação, que não foi concretizado. Assunto para acompanhamento no CSE. **INE** Em implementação contínua. **Ver Recomendação 5, alínea i**). **BdP** Integração dos questionários anuais sobre Investimento Internacional da responsabilidade do BdP na Informação Empresarial Simplificada (IES), simplificando a recolha de informação sobre os ativos e passivos das entidades residentes face ao exterior, necessária à elaboração das estatísticas de balança de pagamentos e de posição de investimento internacional.

	SREA O SREA tem vindo a utilizar sempre que possível fontes administrativas nas suas operações estatísticas sendo mesmo um dos objetivos inscritos no QUAR. Recentemente temos vindo a realizar e divulgar operações estatísticas na área do comércio com o exterior da região, nomeadamente com a saída de peixe fresco, utilizando os dados das companhias aéreas) e a saída de carne de bovino (utilizando dados do IAMA). **DREM** A DREM tem reforçado a sua ligação com diversas entidades da administração pública e local, que nos têm fornecido dados administrativos de extrema importância para a produção e difusão de estatísticas oficiais de âmbito regional.
8. Identificar e dinamizar com urgência a análise e o acompanhamento de áreas estatísticas relevantes para a tomada de decisão, particularmente daquelas em que prevalecem algumas fragilidades na produção da informação estatística, tomando como referência os objetivos definidos nas Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012.	As LGAEO para o período 2013-2017 mantém a necessidade de se "Produzir e disponibilizar informação em novas áreas, ou em áreas com insuficiente cobertura estatística, nomeadamente na área social possibilitando o acompanhamento de questões emergentes nos domínios das condições de vida das famílias, das desigualdades e dos indicadores de bem-estar". Foi apresentado em 2013 pelo INE ao Conselho a metodologia do índice de Bem-estar. Prevista para 2016 a análise da viabilidade de criação de grupos de trabalho sobre Indicadores de Desigualdades Sociais e na área da Deficiência e Incapacidade (propostos pela CGTP). Este assunto tem vindo a ser adiado devido à incapacidade de resposta em termos de recursos humanos para se manter estes grupos em funcionamento. No âmbito do Conselho funciona um Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Saúde que produziu um conjunto de propostas de melhoria para a informação estatística na área da saúde, cujas recomendações tem vindo a ser acompanhadas, sendo que algumas já foram implementadas. **BdP** Produção regular e publicação de novas estatísticas relativas ao endividamento do setor não financeiro, incluindo a

	publicação de novos indicadores sobre o endividamento das famílias, e ao financiamento do setor exportador. **SREA** O SREA tem vindo a realizar novas operações estatísticas relativas a áreas relevantes para a tomada de decisão, nomeadamente as relativas ao comércio com o exterior da Região, o novo IAE – indicador mensal de atividade económica regional, o Índice de vendas do Comércio a retalho – produtos alimentares, bem como a divulgação regular da evolução trimestral do PIB regional. **DREM** A DREM tem levado a cabo uma estratégia de aumentar e aperfeiçoar a informação disponibilizada no seu Portal, em áreas onde existia ainda uma lacuna de informação estatística de âmbito regional.
9. Operacionalizar a disposição de consulta prévia obrigatória do Conselho, prevista na lei do SEN, relativamente aos projetos de diploma que criem serviços de estatística ou contenham normas sobre a atividade estatística.	O atual artigo 14º da lei do SEN foi manifestamente incumprido. Foram muito poucos os diplomas que foram submetidos à apreciação do CSE nos termos daquele artigo. No período 2012-2015 foram submetidos à apreciação do Conselho três diplomas – 30ª (DL que aprova a orgânica do INE), 36ª e 47ª (DRR que aprova a orgânica da DREM) Deliberações do CSE. O não cumprimento deste procedimento não tem qualquer penalização. Assim, foram propostos mecanismos na revisão do enquadramento legislativo que tornem viável o efetivo cumprimento desta competência.

(atualizado no que respeita ao CSE em 30 dezembro 2015)

Recomendações às Autoridades Estatísticas

RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DA 22ª DELIBERAÇÃO DO CSE	PONTO DE SITUAÇÃO EM 2015
1. Reforçar e consolidar a autonomia das Autoridades Estatísticas, incluindo as entidades com delegação de competências, de forma a assegurarem de forma rigorosa e independente o exercício das suas competências e a observação dos princípios consagrados na Lei do SEN e no Código de Conduta das Estatísticas Europeias.	**INE** Implementada, nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008, de 13 de maio) dos estatutos do INE (Decreto-lei nº 136/2012, de 2 de julho), de legislação europeia relevante, do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, das políticas do INE (Difusão, Revisões, Confidencialidade, …) e dos Protocolos de Delegação de competências. **BdP** O Banco de Portugal tem participado na implementação do Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) ao nível do Eurosistema, nomeadamente no âmbito dos Relatórios de Qualidade anuais e da realização de ações de auditoria estatística a todas as atividades de produção estatística do BdP, em ambos os casos incluindo uma avaliação dos princípios consagrados no Compromisso Público do SEBC. Em 2015, resposta ao questionário de autoavaliação a todos os Bancos Centrais Nacionais do SEBC sobre a implementação dos princípios associados ao Enquadramento Institucional do Compromisso Público, incluindo indicadores relativos à observação de cada princípio. **SREA** O SREA incluiu na sua nova Lei Orgânica os princípios do SEN, nomeadamente o do segredo estatístico e da independência técnica.
2. Monitorizar os compromissos assumidos nos protocolos de delegação de competências do INE, nomeadamente através da realização de auditorias	**INE** Implementada em parte significativa.

estatísticas.	Monitorização executada de acordo com o estabelecido nos protocolos de Delegação de Competências, tendo em consideração, designadamente, as disposições legais e regulamentares relevantes, nacionais e europeias e o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias. Não realização de auditorias estatísticas formais, por indisponibilidade dos técnicos necessários.
3. Aperfeiçoar os canais de comunicação e difusão estatística contribuindo para o aumento da literacia estatística.	**INE** Implementada. (Ver informação no Ponto 4 do capítulo anterior - "Ações cujo desenvolvimento e acompanhamento no seio do Sistema Estatístico Nacional são consideradas prioritárias, no futuro próximo: Na atividade do Conselho Superior de Estatística"). **BdP** Evolução dos sistemas de acesso *online* à base de dados estatística do BdP, o BPstat e o BPstat mobile (dirigido aos dispositivos móveis), através do desenvolvimento de novas versões online destes sistemas de informação, alargando as condições de acessibilidade à informação estatística para os utilizadores em geral. Desenvolvimento de um capítulo específico de Principais Indicadores no Boletim Estatístico do BdP. Desenvolvimento de soluções específicas para diversos segmentos de utilizadores, como por exemplo (i) a criação de um canal de comunicação entre o Banco de Portugal e as empresas, denominado Área de Empresa acessível através do sítio do BdP na internet, que disponibiliza informação relevante para a atividade das empresas; (ii) a realização de apresentações regulares das Estatísticas do Banco de Portugal nas Universidades; (iii) a criação de um produto de informação específico para as representações diplomáticas de Portugal. Publicação de Notas de informação Estatística, de Suplementos ao Boletim Estatístico e de Estudos da Central de Balanços, visando uma leitura mais fácil e compreensível das estatísticas.

	Organização de sessões de apresentação das Estatísticas do BdP junto das Universidades e das Associações Empresariais. Realização de Conferências da Central de Balanços numa base anual. **SREA** O SREA tem vindo a melhorar o seu Portal de Estatísticas com atualização constante e a inclusão, ainda em 2015, da possibilidade de difusão através das redes sociais, nomeadamente *slideshare*, prevendo-se no 1º trimestre de 2016 outras redes sociais. Carregamento do portal do SREA com informação em formato "estático" e "dinâmico". Realização de Jornadas estatísticas com participação de utilizadores e reuniões com entidades para auscultar necessidades e elaboração do Plano de Atividades. Publicação do Boletim Trimestral com a inclusão de informação mensal das diversas áreas estatísticas.
4. Reforçar os mecanismos de cooperação institucional no seio do SEN, contribuindo para melhorar a qualidade das estatísticas portuguesas e minimizar os custos de funcionamento dos sistemas de produção estatística, como é o caso do ficheiro único de unidades estatísticas a partilhar pelas autoridades estatísticas.	**INE** Implementada parcialmente. *2011* • Execução dos Inquéritos à "Situação Financeira das Famílias" e ao "Consumo de Energia no sector Doméstico" em parceria respetivamente com o Banco de Portugal e com a Direcção-Geral de Energia/ MEID). • Transferência de dados produzidos por Entidades com Delegação de Competências para o *DataWarehouse* do INE. • Apoio ao processo de delegação de competências nas Regiões Autónomas, visando assegurar a cobertura nacional das estatísticas do Mercado de Trabalho e da Educação, Formação e Aprendizagem e a respetiva rede de intervenientes. *2012*:

	• Continuação da articulação com a DGAEP, para desenvolvimento dos trabalhos necessários à apropriação dos dados do Emprego Público para fins estatísticos. • Preparação da segunda edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em parceria com o Banco de Portugal, no âmbito do Eurosistema. • Continuação de articulação institucional, entre o INE e a DGEE/MEC, para a concretização dos objetivos, conteúdos informacionais e integração dos dados administrativos associados ao exercício UOE 2012. • Início dos trabalhos para definição da versão portuguesa da tabela de correspondência entre os níveis de escolaridade da ISCED 11997 e da ISCED 2011 (INE e DGEEC/MEC). • Continuação da articulação entre o INE, a DGEEC/MEC e as Secretarias Regionais de Educação das Regiões Autónomas para a produção de um referencial comum de informação sobre estatísticas de ensino não superior em Portugal. • Desenvolvimento da articulação institucional ente o INE, INSA e DGS para preparação do primeiro Inquérito Europeu de Saúde, a realizar em 2014, na generalidade dos Estados-Membros. • Articulação entre o INE, DGPJ/MJ, MAI e APAV na preparação da metodologia do Inquérito à Segurança, a realizar em 2013. *2013*: • Articulação, entre o INE e as Entidades com Delegação de Competências, na preparação das reuniões de Grupos de Trabalho do Eurostat e, em particular, a preparação de pareceres conjuntos. • Celebração de um Protocolo com o GEPAC da Secretaria de Estado da Cultura para a elaboração da Conta Satélite da Cultura. *2014*: • Articulação entre o INE, a DGEEC, a Secretaria Regional de Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores e o Observatório do Sistema Educativo da Região Autónoma da Madeira, para enquadramento das operações de produção e difusão das Estatísticas da Educação, cujo processo se iniciou em 2011. (DGEEC/MEC).

	2015: • Continuação da articulação interinstitucional com o MNE/DGACCP para apropriação de informação administrativa para robustecimento da componente emigração da população portuguesa. • Integração dos dados administrativos da educação no âmbito do exercício anual do UOE, em articulação com a DGEEC/MEC. • Continuação da articulação com a Direção-Geral do Património Cultural), o Instituto do Cinema e Audiovisual) e o Instituto Português do Desporto e Juventude e a Federação Portuguesa de Futebol. • Criação de um interface de acesso aos dados administrativos dos Orçamentos e Contas das instituições particulares de solidariedade social (OCIP) disponibilizados pelo MSESS/II, para fins estatísticos do SEEPROS e suportado através de um BIS. • Continuação da articulação com a DGAEP no âmbito do desenvolvimento do sistema de informação sobre o emprego público. • Estabelecimento de um protocolo com a Direção-Geral do Território, orientado par a integração de informação estatística e geográfica, tendo em consideração, nomeadamente, as orientações estabelecidas no Comité Regional para a Europa da iniciativa das Nações Unidas sobre Gestão Global de Informação Geoespacial (UN-GGIM: Europa). • Continuação do desenvolvimento de novas Contas satélite como a Cultura (Secretaria de Estado da Cultura), Mar (protocolo com DGPM) e Desporto (protocolo com IPDJ), Economia social (protocolo com a CASES) e da Conta satélite do Turismo (contactos com o Turismo de Portugal). • Promoção da melhoria de qualidade da informação, no âmbito das contas das Administrações Públicas, sobre a Administração Local, em articulação com a Direção-Geral do Orçamento e através do aprofundamento da colaboração com a Direção-Geral das Autarquias Locais. • Reforço dos trabalhos com a AT, para garantir que as medidas de aplicação do novo Código Aduaneiro, em discussão ao nível da Comissão Europeia, darão resposta às necessidades estatísticas neste âmbito. • Monitorização do desenvolvimento dos sistemas de informação administrativos do IFAP no âmbito das

estatísticas da produção animal (nomeadamente o mel, os suínos e os pequenos ruminantes), tendo em vista a apropriação da informação para o sistema estatístico.

- Estudo sobre a divulgação de dados sobre marcas e patentes em colaboração com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, informação importante também no âmbito da criação e atualização de indicadores de monitorização do QREN.
- Preparação do Inquérito à Caracterização da Habitação Social, em colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) a realizar em 2016.
- Preparação e realização do Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Estabelecimentos Hoteleiros – 2015, em articulação com a DGEEC/MEC.

De 2011 a 2015: Acompanhamento regular, por parte do INE, da execução dos protocolos de delegação de competências, designadamente no que se refere às atividades estatísticas delegadas.

Ficheiro Único de Unidades Estatísticas (ver informação reportada na Recomendação 6, alínea i), do capítulo anterior ("Ações cujo desenvolvimento e acompanhamento no seio do Sistema Estatístico Nacional são consideradas prioritárias, no futuro próximo: Na atividade do Conselho Superior de Estatística").

BdP

Participação ativa do BdP no âmbito do CSE, ao nível das Secções Permanentes, dos Grupos de Trabalho e de Workshops específicos, contribuindo para a partilha de boas práticas e para o intercâmbio de conhecimentos.

No período em apreço, o Banco de Portugal manteve uma cooperação ativa com as entidades signatárias do Acordo de Cooperação Institucional no domínio das Estatísticas das Administrações Públicas estabelecido em 2006 e desenvolveu ações de colaboração com o INE em vários domínios. Alguns exemplos: i) os trabalhos de articulação no âmbito da implementação do novo SEC (SEC2010); ii) a articulação na definição do setor financeiro e respetivos subsetores e a classificação das entidades que os integram à luz das mais recentes recomendações metodológicas internacionais; iii) a colaboração na análise da lista de entidades compreendidas no domínio das *Special Purposes Entities* (SPE), no apuramento e disponibilização dos SIFIM e no âmbito das estatísticas externas; iv) a colaboração

na segunda edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias; e, v) a colaboração na definição das amostras do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF).

Cooperação estreita com os serviços regionais de estatística dos Açores e da Madeira, destacando-se a participação em vários eventos organizados por essas duas entidades.

SREA

O SREA participa nas reuniões do CSE; participa nas estatísticas de âmbito Nacional com a coordenação do INE;

tem a colaboração do BdP em determinadas atividades, nomeadamente em operações estatísticas cuja fonte é o BdP e na realização de Jornadas Estatísticas e tem projetos conjuntos com a DREM e o Instituto de estatística das Canárias no âmbito de projetos da UE.

DREM

A Cooperação Estatística é uma das atribuições da DREM, com entidades regionais, nacionais e internacionais, que desenvolvem a sua atividade na área da estatística oficial, visando o fornecimento de dados, a partilha das boas práticas e o intercâmbio de conhecimentos.

A DREM mantém contactos regulares com certos organismos da administração pública, no sentido de apropriar dados administrativos para fins estatísticos e de divulgação ao público, com base na informação existente nestes serviços.

Ao nível da cooperação nacional, há a salientar a ligação institucional com o Conselho Superior de Estatística (CSE), enquanto órgão de Estado que orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional (SEN) e com as autoridades estatísticas, nomeadamente com o Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Portugal (BdP) e Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

Desde 2003, a DREM tem participado conjuntamente com os Açores e Canárias, no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III - B e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (PCT MAC 2007-2013), em projetos de grande relevância para a Região por se tratar de projetos inovadores, que têm

	permitido o aproveitamento dos benefícios decorrentes da promoção pró-ativa deste tipo de cooperação, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos. Salienta-se o TIO-MAC, cujo objetivo foi o de produzir um Quadro Input-Output referente ao ano de 2001; o SIE-MAC, para a elaboração de um *DataWarehouse* e de um Portal Web em cada um dos Serviços de Estatística das regiões envolvidas; o SIET-MAC, visando a disponibilização de indicadores estatísticos sobre o turismo sustentável; o SICER-MAC, para a elaboração de contas económicas regionais e da Conta Satélite do Turismo; o DAMARECE para a construção de um Sistema de Indicadores de Conjuntura; o CONTRIMAC – Contabilidade Regional da Macaronésia, que teve por objetivo realizar o cálculo dos principais agregados macro-económicos da economia regional, trimestralmente e o METAMAC – Sistema Integrado de Dados e Metadados Estatísticos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos dados estatísticos que se produzem nos serviços de estatísticas das Regiões da Macaronésia, através da incorporação de metainformação.
5. Analisar as implicações estatísticas e preparar o sistema estatístico nacional para dar resposta à implementação de: **i)** novas medidas legislativas que visam reforçar o enquadramento legal da União Económica e Monetária, de forma a permitir acautelar e corrigir desequilíbrios macroeconómicos e assegurar a sustentabilidade das finanças públicas; **ii)** novos requisitos comunitários, nomeadamente a disponibilização de informação estatística atempada de novas áreas de acompanhamento da estratégia europeia 2020; **iii)** manuais internacionais, nomeadamente do novo Sistema de Contas Nacionais 2010 e respetiva	**INE** Implementado. Participação do INE das estruturas Europeias que preparam as decisões sobre as matérias referidas na recomendação. Cumprimento da implementação das decisões europeias de acordo com os dispositivos regulamentares. **BdP** O BdP tem participado nos trabalhos do Comité das Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos (CMFB) no âmbito dos indicadores de qualidade das estatísticas subjacentes ao MIP (*Macroeconomic Imbalances Procedure*). O BdP participa no grupo técnico responsável pelo desenvolvimento do *template* nacional para o relatório de qualidade no domínio das contas financeiras.

aplicação na União Europeia (SEC); e **iv)** Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi que reforça as interações entre os domínios económico, social e do ambiente, entre outros.	Foram assegurados os trabalhos de implementação dos novos referenciais metodológicos internacionais no domínio das contas nacionais (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia – SEC2010) e da balança de pagamentos e posição de investimento internacional (6ª edição do Manual da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional do FMI – BPM6), no âmbito das estatísticas da responsabilidade do BdP, quer ao nível da discussão metodológica, quer ao nível da alteração dos sistemas de informação e implementação dos novos procedimentos nos vários domínios de compilação e difusão estatística.
6. Conciliar a produção de estatísticas em novos domínios e com um maior detalhe, nomeadamente as relativas a áreas relevantes para a tomada de decisão e outras onde prevalecem fragilidades (por exemplo, devidas à exiguidade dos recursos disponíveis ou ao peso da carga sobre os respondentes), através, designadamente da adoção de novos modelos de produção e difusão estatísticas, de aproveitamento de dados administrativos e de partilha de infraestrutura tecnológica e operacional, em estudo a nível europeu.	**INE** Implementada. Adoção, pelo INE e EDC, de novos modelos de produção e difusão estatísticas e de aproveitamento de dados administrativos. *2011*: • Aumento de soluções de recolha eletrónica de dados pelo INE, GEP/MSSS, GPEARI/MEC e GEPE/MEC. • Início da recolha telefónica através de entrevistadores pelo INE. Consolidação dos processos de gestão integrada na recolha de dados e na gestão do respondente no INE. • Continuação da integração, no âmbito do Sistema Global de Inquéritos, de outras operações estatísticas realizadas pelo INE. *2012*: • Continuação da modernização dos processos de produção estatística na aplicacional. • Consolidação dos processos de recolha de dados, designadamente pela aplicação do modo telefónico ao processo de recolha, ao controlo de qualidade e ao atendimento a prestadores de informação. • Intensificação da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de recolha de dados junto das empresas. *2013*:

	• Conceção e desenvolvimento da renovação da área WebInq no Portal, para modernização das suas funcionalidades e usabilidade e alargamento aos inquéritos a indivíduos e famílias. • Disponibilização de toda a documentação relativa ao WebInq em formatos abertos (Plano de Ação do INE no âmbito do Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública - Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012). • Consolidação da análise dos paradados, que permite conhecer as condições da recolha (presencial e telefónica), bem como os padrões de resposta dos entrevistados. • Continuação do desenvolvimento Sistema Global de Gestão de Inquéritos, com integração da maioria das operações dirigidas às empresas e disponibilização de formulários eletrónicos. • Disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas. • Continuação da conceção e do desenvolvimento da recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (scanner data). • Início da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), nos inquéritos às famílias (maior atualidade das amostras e melhoria das taxas de resposta. • Consolidação do Sistema Integrado de Centro de Contactos (SICC), em especial no controlo de qualidade e atendimento a prestadores de informação assegurada por entrevistadores/as (HomeCATI). • Consolidação de procedimentos para melhoria das taxas de resposta da recolha telefónica visando a otimização de recursos e redução de custos. • Definição de uma nova metodologia de seleção da amostra e estimação de resultados no Inquérito Anual à Produção Industrial (redução de cerca de 57% da dimensão da amostra). • Realização de estudo prévio sobre o modo de recolha via web junto das Famílias. • Adoção de variáveis dependentes no Inquérito ao Emprego com vista à redução da carga sobre os respondentes. • Desenvolvimento de uma estrutura de difusão eletrónica de informação. (DGEEC|MEC). • Realização de nove sessões de apresentação do sistema de consulta *online* das estatísticas da Justiça a

diferentes entidades, entre as quais diversas delegações internacionais, outros serviços do Ministério da Justiça, representantes de universidades e Comissão Europeia. (DGPJ|MJ).

2014:

- Renovação da área *WebInq* no Portal, alargando o âmbito aos inquéritos a indivíduos e famílias.
- Integração de todas as operações de recolha às empresas no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos (SIGINQ), com a disponibilização de formulários eletrónicos para a totalidade das operações de recolha por autopreenchimento.
- Alargamento da disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas, que permite o envio de dados sem a necessidade do preenchimento de formulários *online*.
- Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados durante o processo de recolha, permitindo a adoção de medidas corretivas em tempo útil e a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.
- Implementação de nova metodologia de desenho da amostra, tratamento de não respostas e apuramento de resultados no Inquérito Anual à Produção Industrial, reduzindo em cerca de 2/3 a dimensão amostral. Aplicação de metodologias análogas ao Inquérito Anual às Empresas do Comércio e ao Inquérito aos Serviços Prestados às Empresas.
- Definição de uma metodologia para a estimação do uso/ocupação do solo harmonizada com o projeto europeu LUCAS, apoiada em sistemas de informação geográfica, através da exploração de métodos de amostragem areolares.
- Executados, no âmbito do Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos, projetos relacionados com: as comunicações fixas de voz e de dados, nova solução de *backups*, racionalização do Centro de Dados e introdução de medidas de poupança de energia nos equipamentos e utilização VDI *Open Source*.
- Preparação e elaboração de uma ficha de "retorno personalizada às empresas", contemplando um conjunto de indicadores-chave que posicionam a empresa no setor de atividade em que se insere.
- Atualização de algumas funcionalidades do Portal de Estatísticas Oficiais, designadamente através da implementação de novos canais de comunicação e interação com os utilizadores e da implementação de

	funções integradas de geoportal. • Alargamento do sistema de inquirição por via eletrónica às operações estatísticas da área do Trabalho e simplificação dos processos de recolha. (GEE/ME). • Desenvolvimento de novas ferramentas para a recolha de dados relativos ao Ensino Superior. (DGEEC/MEC). • Disponibilização de publicações e quadros estatísticos, em formatos que permitem uma fácil exportação e manuseamento. (DGEEC/MEC). • Celebração de um protocolo de cooperação com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, relativo à divulgação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça e ao apoio na sua utilização. (DGPJ/MJ). *2015*: • Disponibilização de novas funcionalidades no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ), relativos à Gestão de Processos de Recolha por Entrevista. • Expansão do papel do Sistema de MetaInformação (SMI) no processo de produção estatística e da integração com os demais sistemas de informação integradores, como o SIGINQ e o SIGUA. • Conclusão da conceção e desenvolvimento do SIGINQ-IE, sendo substituído o subsistema AMAE pelos subsistemas FNA e SIGUA-UA e desenvolvimento de novas funcionalidades na aplicação GPIEREG e da aplicação GEO-IE, cuja integração permite a atualização de moradas do FNA de uma forma mais célere e com maior qualidade. • Atualização e disponibilização de novas funcionalidades no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ) abrangendo diversos domínios, designadamente Gestão de Processos de Recolha por Autopreenchimento (GPap) e de Processos de Recolha por Entrevista (GPie). • Potenciação da utilização de *scanner data* no domínio do *Multipurpose Price Statistics*, como fonte privilegiada na obtenção de comparações espaciais e temporais de preços, melhorando desenhos de amostra e ponderadores, incluindo métodos para integrar o scanner data com preços recolhidos de outras fontes. • Desenvolvimento do Sistema de Comércio Internacional (SCI), no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos (SIGINQ), com a implementação de alguns módulos, nomeadamente dos relativos a estimativas de

	não resposta e à análise das discrepâncias em relação ao IVA. • Participação no projeto *europeu "Multipurpose price statistics - The use of eletronic devices for price collection*", através da conceção, desenvolvimento e realização de um inquérito piloto ao IPC, pela primeira vez com recurso a *tablets* para recolha de preços nos estabelecimentos. • Avaliação do alargamento da recolha centralizada de preços de âmbito nacional no IPC, quer através do recurso à internet, quer através de recolha presencial numa única loja de "Cadeias Comerciais Nacionais". Implementação de melhorias nas aplicações de recolha do IPC, promovendo a sua integração crescente no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos e reduzindo a lógica regional que a aplicação do IPC ainda apresenta. • Alargamento da Transmissão Automática de Dados aos Inquéritos aos Hospitais (IHSP) e aos Trabalhos de Reparação/Comércio Internacional, Importação e Exportação (IREPIMP e REPEXP), a qual passou a abranger 14 operações. • Introdução de melhorias na navegabilidade, funcionalidades e informação disponível no Portal. • Disponibilização da Informação Personalizada à Empresa (nova funcionalidade do WebInq), como instrumento de reconhecimento do seu esforço na resposta aos inquéritos do INE e de melhoria da sua perceção relativamente à utilidade da informação estatística para conhecimento do seu posicionamento relativo no aparelho produtivo nacional. Prevê-se o alargamento desta iniciativa a outros tipos de entidades, como Municípios, bem como a automatização da sua produção. • Teste e análise do impacto da aplicação do novo conceito de Unidade Estatística (empresa) no FUE, e em outros sistemas relacionados, com base nas mais recentes recomendações metodológicas do Eurostat. • Continuação do alargamento da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), com criação de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias. • Alargamento dos indicadores de aferição da qualidade do FNA, designadamente através do registo de devoluções de circulares dirigidas aos alojamentos no lançamento dos inquéritos e das atualizações de moradas em resultado dos contactos para entrevistas, bem como a alteração de moradas de alojamentos não selecionados nas amostras, mas identificadas no processo de recolha e caracterização dos alvos de inquirição. • Elaboração de relatório sobre a utilização da informação do SIOU para a atualização do FNA.

- Atualização e aperfeiçoamento da aplicação informática que permita maior versatilidade na consulta da informação por parte dos utilizadores. (DGEEC/MEC).
- Desenvolvimento de produtos estatísticos em novas áreas e através de novas ferramentas, com novos conteúdos e novas formas de apresentação de dados, tabelas e gráficos. (DGEEC/MEC).
- Início dos trabalhos do projeto de desenvolvimento de novos subsistemas de processamento e de divulgação estatísticas do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. (DGPJ/MJ).

Aproveitamento de dados administrativos (ver Ponto 7 do capítulo "Ações cujo desenvolvimento e acompanhamento no seio do Sistema Estatístico Nacional são consideradas prioritárias, no futuro próximo: Na atividade do Conselho Superior de Estatística").

BdP

Desenvolvimento de novas formas de produção e exploração estatística, recorrendo às bases de microdados do BdP, nomeadamente da Central de Balanços (CB), da central de responsabilidades de crédito (CRC), do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET) e da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (BOP/PII).

Utilização dos modelos de exploração integrada da informação para resposta aos pedidos de informação no âmbito do Programa de Ajuda Económica e Financeira (PAEF) e de produção de novas estatísticas, como por exemplo as relativas ao endividamento do setor não financeiro e ao financiamento do setor exportador. Ainda neste contexto, o BdP passou a publicar novos indicadores sobre o endividamento das famílias, no âmbito das estatísticas do endividamento do setor não financeiro.

Desenvolvimento de novas formas de exploração estatística dos dados trimestrais da CB possibilitando a publicação, a partir de 2013, de estatísticas anuais e trimestrais extrapoladas para o universo das sociedades não financeiras em Portugal e, desde de 2014, da Série Longa dos Quadros do Setor.

SREA

	O SREA reafirma o que já referiu nos pontos 7 e 8 anteriores: " O SREA tem vindo a utilizar sempre que possível fontes administrativas nas suas operações estatísticas sendo mesmo um dos objetivos inscritos no QUAR. Recentemente temos vindo a realizar e divulgar operações estatísticas na área do comércio com o exterior da Região, nomeadamente com a saída de peixe fresco, (utilizando os dados das companhias aéreas) e a saída da carne de bovino (utilizando dados do IAMA). O SREA tem vindo também a realizar novas operações estatísticas relativas a áreas relevantes para a tomada de decisão, nomeadamente as já referidas e relativas ao comércio com o exterior da Região, mas ainda o novo IAE – Açores, Indicador mensal de Atividade Económica Regional, o índice de vendas do Comércio a retalho-Produtos alimentares e a divulgação regular da evolução trimestral do PIB regional".
7. Intensificar a apropriação de dados administrativos de qualidade para a produção de estatísticas oficiais.	**INE** Implementada. (Ver Pontos 5 e 7 do capítulo "Ações cujo desenvolvimento e acompanhamento no seio do Sistema Estatístico Nacional são consideradas prioritárias, no futuro próximo: Na atividade do Conselho Superior de Estatística"). **BdP** Integração dos questionários anuais sobre Investimento Internacional da responsabilidade do BdP na IES, simplificando a recolha de informação sobre os ativos e passivos das entidades residentes face ao exterior, necessária à elaboração das estatísticas de balança de pagamentos e de posição de investimento internacional. **SREA** " O SREA tem vindo a utilizar sempre que possível fontes administrativas nas suas operações estatísticas sendo mesmo um dos objetivos inscritos no QUAR. Recentemente temos vindo a realizar e divulgar operações estatísticas na área do comércio com o exterior da Região, nomeadamente com a saída de peixe fresco, (utilizando os dados das companhias aéreas) e a saída de carne de bovino (utilizando dados do IAMA).
8. Aumentar a informação disponibilizada,	**INE**

designadamente ao nível de séries longas.	Implementada. Compilação, atualização e difusão de séries cronológicas longas: *2011*: • Prossecução do processo de transição para *DataWarehouse* (DW) dos dados históricos do Inquérito ao Emprego: séries 1992-1997 e 1998-2010. • Preparação das séries relativas a 70 anos de Estatísticas da Educação (em conjunto com outras entidades nacionais responsáveis pela produção de estatísticas oficiais nesta área), apresentando um conjunto de indicadores estatísticos relevantes: taxa real de escolarização; número de alunos matriculados; número de docentes e educadores de infância; número de estabelecimentos de ensino. • Alargamento temporal das séries cronológicas de algumas estatísticas da Produção Animal: Estatísticas do Gado Abatido desde 1986, Estatísticas da Produção de Leite desde 1947 e Estatísticas da Produção de Carne, igualmente desde 1947. • Elaboração de séries estatísticas sobre inscritos e diplomados do Ensino Superior, designadamente inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez e diplomados em cursos de ensino superior por subsistema de ensino, área de educação e formação e sexo. (GPEARI/MEC). *2012*: • Construção de uma série do Sistema de Contas Integradas das Empresas para 2004 a 2010, integrando as alterações decorrentes do novo Sistema de Normalização Contabilística e implementando as conclusões decorrentes do estudo sobre o Universo Empresarial Comum. • Reformulação da difusão das estatísticas das empresas, com criação da série cronológica de dados sobre Estatísticas das Empresas 2004 a 2010. • Divulgação de um estudo sobre "A Atividade das Empresas Agrícolas em Portugal 2004-2010" onde o INE divulgou, pela primeira vez, informação relativa às unidades classificadas na atividade agrícola, passando a informação sobre as empresas agrícolas a fazer parte do ciclo de produção corrente das estatísticas das

empresas.

- Elaboração de uma série longa de dados do Inquérito à Produção Industrial, para o período 1992-2011, para disponibilização no Portal do INE sob a forma de indicadores estatísticos.
- Elaboração e divulgação de um estudo sobre a Evolução do Parque Habitacional em Portugal 2001-2011, com recurso aos resultados dos Censos 2011 e divulgação de um estudo sobre a Pressão Construtiva, para o período 2011-2010.
- Compilação de séries cronológicas dos indicadores no domínio da sociedade da informação (quer nacionais quer de benchmarking internacional) por recurso a diferentes fontes/produtores de dados (UMIC, INE, GPEARI/MEC, GEP/MEC, ANACOM, Comissão Europeia, EUROSTAT e OCDE).

2013:

- Desenvolvimento concetual e metodológico e construção de um Índice de Bem-estar para Portugal, contemplando as várias dimensões da qualidade de vida das famílias, para o período 2004 a 2012.
- Conclusão da construção de séries longas relativas ao IPC, com a inclusão do segmento 1948-1976, passando-se, assim, a dispor de uma série temporal para o período 1948/2013.

2014:

- Elaboração de classificações/tabelas de países/territórios relativos a nacionalidade, naturalidade e residência que remontam a 31/12/1836 – e respetiva disponibilização no Sistema Integrado de Metainformação no Portal do INE.
- Revisão e divulgação das séries trimestrais e anuais de estimativas do Inquérito ao Emprego, decorrente da revisão da série de estimativas mensais da população residente (com base nos resultados dos Censos 2011.
- Retropolação das Contas Nacionais para os anos 1995 a 2009, em consistência com os resultados para os anos 2010 e 2011 da nova base 2011 e respeitando as novas orientações metodológicas decorrentes da adoção do SEC 2010.
- Disponibilização de séries longas de acordo com a nova base das Contas Nacionais (SEC 2010) para: Contas Económicas da Agricultura (1980-2014_1E); Contas das Emissões Atmosféricas (1995-2012); Conta de Fluxos de

Materiais (1995-2013P); Contas Económicas da Agricultura Regionais (1995-2013); Conta Satélite da Saúde (2010-2013P).

- Preparação e divulgação dos resultados definitivos e da série mais abrangente de quadros estatísticos por setor de execução (Sumários Estatísticos do IPCTN12) e uma série temporal (de 1982 a 2012) com os principais indicadores de I&D. (DGEEC/MEC).

2015:

- Divulgação do primeiro destaque relativo à nova coleção "Estatísticas Vitais" (Estatísticas Vitais 2014), a 30 de abril.
- Divulgação de indicadores adicionais relativos ao exercício Projeções de população residente 2012-2060, em resposta a necessidades de informação para utilizações mais especializadas.
- Consolidação da produção e divulgação trimestral dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE) e a divulgação, numa base mensal, de estimativas de emprego e de desemprego.
- Disponibilização de novos indicadores no Portal, nomeadamente sobre estimativas de fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho e estimativas mensais de emprego e de desemprego.
- Preparação e disponibilização da série do Índice de Custo do Trabalho (ICT) tendo 2012 como novo ano de referência.
- Divulgação de indicadores demográficos por NUTS III, na versão NUTS 2013, numa série retrospetiva com início em 2011.
- Preparação da informação de base para apuramento de novos indicadores decorrentes das estimativas de população residente, estruturados de acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas até ao nível das NUTS III, para alargar a informação estatística disponibilizada para avaliação das assimetrias territoriais de desenvolvimento.
- Atualização da série cronológica do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), de acordo com a Nova Base das Contas Nacionais.

BdP

	Foram assegurados os trabalhos de implementação dos novos referenciais metodológicos internacionais no domínio das contas nacionais (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia – SEC2010) e da balança de pagamentos e posição de investimento internacional (6ª edição do Manual da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional do FMI – BPM6), no âmbito das estatísticas da responsabilidade do BdP, quer ao nível da discussão metodológica, quer ao nível da alteração dos sistemas de informação e implementação dos novos procedimentos nos vários domínios de compilação e difusão estatística. Os novos requisitos metodológicos foram refletidos nas estatísticas divulgadas pelo BdP em outubro de 2014 e abrangem, no geral, toda a série longa a partir de 1995. O BdP deu início à publicação da Série Longa dos Quadros do Setor elaborada com base na informação estatística da Central de Balanços. **SREA** O SREA tem vindo a divulgar, cada vez mais, novas operações estatísticas de que são exemplo as operações incluídas no "comércio com o exterior da região" e os indicadores mensais e trimestrais de atividade económica. Por outro lado tem vindo a divulgar, desde 1995, uma publicação com o título de "Séries Estatísticas" nas diversas áreas por períodos de dez anos. A maior parte das séries tem origem em 1980, ano de criação do SREA. Estamos a construir séries longas ventiladas por ilha.
9. Aperfeiçoar a informação disponibilizada, designadamente no que se refere a revisões, à descontinuação de variáveis, à acessibilidade, à transparência e à pontualidade.	**INE** Implementada. Estabelecimento da Política de Revisões em 2008 (disponível do Portal das Estatísticas Oficiais). Situações de referência

Comércio internacional

Introdução de melhorias nas metodologias e procedimentos de estimação em 2014.

Redução da dimensão das revisões regulares, visível na comparação das diferentes versões de dados divulgadas (preliminares, provisórios e definitivos).

Publicitação das revisões efetuadas nos Destaques à Comunicação Social.

Estimativas mensais de Emprego e Desemprego:

Publicitação das revisões efetuadas mensalmente e s resultantes da metodologia adotada, a qual é objeto de ampla divulgação pública.

Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas:

Definição de nova metodologia de revisões a aplicar à informação produzida a partir de 2014.

BdP

Observância na íntegra dos objetivos relativos à qualidade e ao cumprimento dos prazos de compilação e divulgação das estatísticas que se encontravam definidos nos Planos da Atividade Estatística do Banco de Portugal. Enquanto autoridade estatística o BdP desenvolveu uma política de comunicação proactiva, visando contribuir para um melhor conhecimento, confiança e utilização das estatísticas da sua responsabilidade.

Implementação da Política de Revisões das estatísticas do BdP em total articulação com a política europeia de revisões de caráter regular, acordada no âmbito do CMFB.

Adesão formal de Portugal (18 de novembro de 2014) ao novo sistema de comunicação estatística do FMI, o SDDS (*Special Data Dissemination Standard*) *Plus*, integrando o grupo restrito de países pioneiros (além de Portugal, integraram este grupo Alemanha, Espanha, EUA, Filipinas, França, Itália, Países Baixos e Suécia). Este sistema de

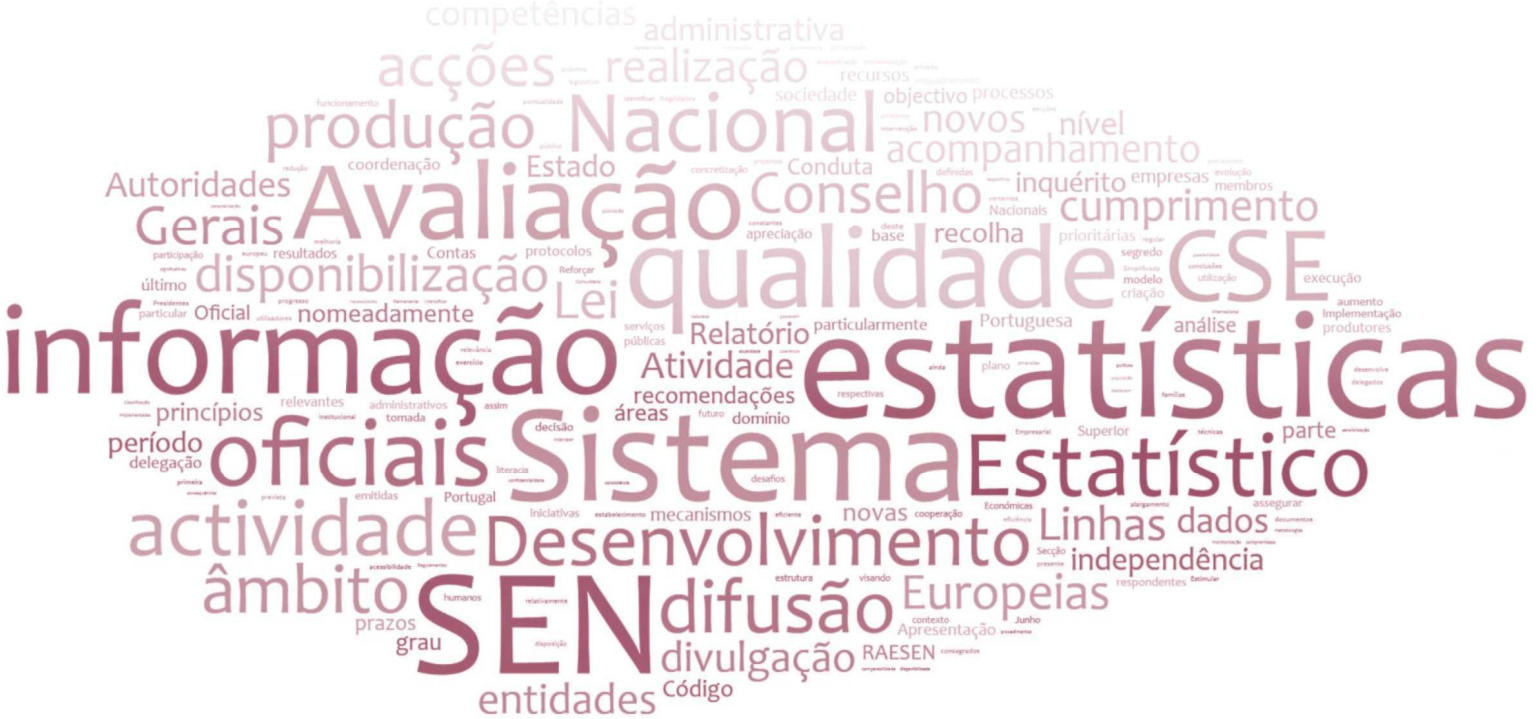
	comunicação permite disseminar, a nível internacional, informação estatística de alta qualidade, mais detalhada e mais comparável. A participação no *SDDS Plus* reforça a credibilidade das estatísticas portuguesas e resultou do trabalho conjunto do Banco de Portugal, do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério das Finanças, que permitiu cumprir todos as exigências do FMI. Cumprindo o calendário previsto com o FMI, em 11 de fevereiro de 2015, Portugal concretizou uma plena adesão à totalidade dos requisitos definidos pelo FMI no âmbito do SDDS Plus, tendo sido o único país que, desde o início, conseguiu satisfazer integralmente as 9 categorias previstas no novo padrão de difusão estatística, embora a respetiva adesão apenas obrigasse ao reporte de um mínimo de 5 categorias.
10. Adequar a legislação da Direção Regional de Estatística da Madeira ao novo enquadramento legislativo do SEN, no contexto do que foi concretizado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores.	**DREM** O DLR n.º16/2004/M que aprovou a orgânica da Direção Regional de Estatística da Madeira foi submetido à apreciação do Conselho Superior de Estatística, que emitiu parecer favorável. O novo enquadramento legislativo do SEN de 2008 determinava a adequação da lei orgânica da DREM, contudo as eleições regionais ocorridas em outubro de 2011 e a implementação do plano de ajustamento económico e financeiro da RAM em janeiro 2012 determinaram uma reestruturação orgânica do XI Governo Regional, numa lógica de racionalização e modernização dos órgãos e serviços da administração regional, com vista à redução da despesa pública. Como tal a DREM viu-se compelida a proceder a uma reorganização da respetiva estrutura interna, mantendo no entanto a sua estrutura orgânica, nomeadamente missão, atribuições, competências do diretor e normais especiais de funcionamento (portaria nº.102/2012 de 6 de agosto e por despacho de 31 de agosto de 2012). Com a constituição do XII Governo Regional e através do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2015/M foi aprovada a nova lei orgânica da DREM, no sentido de acatar as modificações legislativas daí decorrentes e os princípios fundamentais previstos na Lei do Sistema Estatístico Nacional, Lei nº.22/2008, de 13 de maio, adaptando, em consequência, a sua missão, atribuições e competências ao novo enquadramento legal do Sistema Estatístico Nacional, do Sistema Estatístico Europeu e do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias. Foi consultado o

	Conselho Superior de Estatística, nos termos do previsto no artigo 14º da Lei do Sistema Estatístico Nacional, tendo sido emitido parecer favorável.

Secretariado CSE, março 2016

Anexo IV

Acompanhamento do Grau de realização das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017



ACOMPANHAMENTO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017

ACOMPANHAMENTO NO ÂMBITO DO CSE

Anexo IV | CSE

LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / LINHAS DE ATUAÇÃO (LA)	Conselho Superior de Estatística 2013, 2014 e 2015

Objetivo 1

Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico

LA1. Implementar o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias e monitorizar o seu cumprimento	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas (AE). Informações sobre a preparação de uma *Peer Review* ao INE e entidades com delegação de competências que decorrera em 2014/2015. **2014** Início da preparação da *Peer Review* 2014/2015 | Foram apresentados pontos de situação pelo INE sobre os trabalhos de preparação – preparação de documentos pelo INE e pelas entidades com delegação de competências (EDC) e também pelo Secretariado do CSE. Foi constituído em Grupo interno no INE para esse efeito. **2015** Reuniões no âmbito da *Peer Review* (PR) 2014/2015. Reunião específica com os Presidentes das Secções do CSE e com outros membros do Conselho na qualidade de utilizadores da informação estatística. Por solicitação dos PR foi enviado texto exemplificativo de alterações que estão a ser introduzidas na versão da Lei do SEN, no âmbito dos trabalhos da SELSEN. Avaliação, no âmbito da SELSEN, da necessidade ou não da introdução de alterações no anteprojeto de revisão em preparação, decorrente

	das recomendações constantes do Relatório de PR Portugal 2015. Apresentação pelo INE, em plenário do CSE, das recomendações constantes do Relatório PR Portugal 2015. O Banco de Portugal procedeu à apresentação no Conselho do acompanhamento do processo de monitorização do Compromisso Publico do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio da estatística.
LA2. Assegurar a intervenção das Autoridades Estatísticas desde o início dos processos de conceção/revisão de atos administrativos, a fim de garantir a sua utilização para fins estatísticos	**2013** No âmbito da preparação de anteprojeto de revisão da Lei do SEN na Secção especializada, o princípio da autoridade estatística foi amplamente analisado e incluídas normas que reforçam a obrigatoriedade de intervenção das AE. E também de obrigação das entidades da Administração Pública de enviarem informação administrativa às Autoridades Estatísticas. No âmbito do artigo 14ª da Lei do SEN, a SPCE (36ª Deliberação) emitiu parecer favorável relativamente a uma Portaria que define as variáveis que devem ser reportadas ao INE no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. **2014** Continuaram os trabalhos no âmbito da SELSEN no sentido do reforço do princípio da autoridade estatística. O Plano de Atividades aprovado pelo CSE para 2015 define como prioritários desenvolvimentos nesta matéria e ações de sensibilização da Administração Pública. Prevista uma sessão sobre esta matéria no 1º semestre de 2015. **2015** Continuaram os trabalhos no âmbito da SELSEN no sentido do reforço do princípio da autoridade estatística. Aprovação de um Relatório de um Grupo Técnico do CSE cujo mandato consistia na apresentação de legislação que vise a criação de um número único de estabelecimentos. Para a reunião da Secção especializada foram convidados os dirigentes da Agência para a Modernização Administrativa, Autoridade Tributária e Aduaneira e Direção Geral das Atividades Económicas, para sensibilização destas entidades no sentido de através do Programa Simplificar se introduzir a possibilidade de passar a existir informação sobre os estabelecimentos como objetivo de num futuro próximo se poder ter um Ficheiro Único de Estabelecimentos. Realizou-se uma reunião de follow-up das decisões tomadas nesta reunião no sentido de estudar a viabilidade de uma solução. Em setembro de 2015 será feito novo ponto de situação. A SP de Estatísticas Sociais aprovou uma recomendação dirigida ao Ministério da Saúde, referindo que, contrariamente ao que decorre de boas práticas amplamente reconhecidas, têm estado a ser desenvolvidas fontes de informação administrativa sem que exista qualquer acompanhamento destes trabalhos pelo Sistema Estatístico Nacional – INE ou GT Estatísticas da Saúde. Não existindo um acompanhamento

	prévio, tornar-se-á mais difícil o eficaz aproveitamento dessas fontes de informação para fins estatísticos residentes em diversas entidades do Ministério da Saúde. A Secção recomendou ao Ministério uma articulação com o GT e com o INE numa perspetiva de racionalização dos recursos disponíveis e de uma resposta adequada do SEN às necessidades dos utilizadores.
LA3. Alertar as entidades da administração direta e indireta do Estado detentoras de dados administrativos para a importância da sua cedência para a produção das estatísticas oficiais e fomentar, junto daquelas, mecanismos que facilitem e desenvolvam o processo de apropriação dos dados	**2013** Foram enviadas recomendações a um conjunto de entidades na área da saúde com acompanhamento trimestral sobre a sua progressiva implementação. Recomendações também na área das estatísticas da mobilidade territorial (recomendações ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes), do comércio internacional no âmbito de envio de informação pelo Ministério das Finanças (Autoridade Tributária e Aduaneira) e no âmbito do SICAE que envolve as seguintes entidades: Instituto Nacional de Estatística, Instituto dos Registos e do Notariado e Autoridade Tributária e Aduaneira. No âmbito da revisão da Lei do SEN esta matéria está a ser debatida no sentido de que existam mecanismos de reforço. Foi criado um sistema de indicadores para acompanhamento do período de programação 2007-2013. Para a disponibilização desta informação foi necessário contar com a colaboração de um conjunto de entidades também exteriores ao SEN; o Conselho sensibilizou estas entidades para a necessidade desta colaboração se tornar efetiva. **2014** Continuaram no âmbito da SELSEN a análise de mecanismos de reforço que permitam às Autoridades Estatísticas ter acesso à informação administrativa de qualidade. Retomadas recomendações, que se mantém atuais, no âmbito da IES e da necessidade de se iniciar a preparação de um protocolo que envolva as entidades que estiveram na base da constituição desta funcionalidade, no sentido de se ultrapassarem dificuldades existentes. Recomendações à Autoridade Tributária e Aduaneira no sentido da colaboração com as AE. Iniciou-se, no âmbito do Secretariado do CSE a construção de uma plataforma eletrónica que vai permitir manter atualizado o acompanhamento das recomendações aprovadas pelo CSE neste domínio. Todas as entidades envolvidas nas recomendações (incluindo as entidades da AP) irão comunicar o estado de arte das recomendações. Os resultados desta funcionalidade serão analisados em 2015. Foi aprovado o Relatório do Grupo Técnico para Constituição do Número Único de Estabelecimentos (GT) e um conjunto de recomendações no âmbito do acesso informação administrativa. Foi decidido tomar medidas concretas no sentido da sensibilização das entidades da Administração Pública, designadamente da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE).

	2015 Continuação dos trabalhos da SELSEN. Na reunião de outubro da SPEE foi aprovada a 7ª recomendação "Relativa à Informação Estatística sobre a Atividade Portuária", que recomenda à entidade detentora de informação portuária na Região Autónoma dos Açores – Portos dos Açores, S.A. que seja garantida a disponibilização de informação considerada de extrema relevância para as operações estatísticas do comércio com o exterior, com o objetivo do aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos, numa perspetiva de racionalização dos recursos disponíveis e de uma resposta adequada do Sistema Estatístico Nacional às necessidades dos utilizadores. Na área das estatísticas da Saúde tem sido feito pelo respetivo GT um trabalho regular e intenso de sensibilização de um conjunto de entidades detentoras de informação estatística, no sentido de serem criadas condições que venham a permitir a apropriação desta informação para fins estatísticos. Têm sido registados alguns progressos, sendo ainda necessário que os trabalhos prossigam.
LA4. Inventariar e reforçar a utilização de fontes administrativas na produção das estatísticas oficiais, visando a racionalização dos recursos que lhes estão afetos e a redução da carga sobre os respondentes	**2013** Identificação de fontes de informação na área das estatísticas da saúde, da mobilidade territorial e do Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas. **2014** Objetivos constantes do Plano de Atividades para 2014 e 2015. Vidé informação constante da LA3. **2015** Em abril realizou-se uma reunião da SP de Coordenação Estatística, para a qual forma convidados os dirigentes da Agencia para a Modernização Administrativa, Autoridade Tributaria e Aduaneira e Direção Geral das Atividades Económicas, para sensibilização destas entidades no sentido de através do Programa Simplificar se introduzir a possibilidade de passar a existir informação sobre os estabelecimentos como objetivo de num futuro próximo se poder construir um Ficheiro Único de Estabelecimentos. A Sessão de Reflexão " Portugal 2020 | Politicas Públicas e Informação Estatística" pretendeu sensibilizar um vasto conjunto de entidades, detentoras de informação administrativa, para a necessária colaboração com o INE e o Sistema Estatístico, de forma a possibilitar a monitorização do período de programação em curso, tendo por base um sistema de indicadores atual e direcionado para as necessidades.
LA5. Prosseguir o desenvolvimento do novo modelo	**2013**

censitário da população e da habitação centrado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos	Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelo INE. No encerramento da atividade da Secção que acompanhou os Censos 2011, foi feita uma referência à necessária sensibilização dos organismos da Administração Pública para a obrigatoriedade de cooperação com as Autoridades Estatísticas no que se refere à permissão de acesso a informação administrativa de que dispõem para a sua utilização para fins estatísticos. **2014** O INE tem informado o Conselho sobre avanços nesta matéria e algumas dificuldades. Este assunto será acompanhado em 2015 no âmbito do acompanhamento das recomendações do CSE / plataforma eletrónica. **2015** Assunto constante do PA CSE 2015, contudo não foi apresentado pelo INE os desenvolvimentos ocorridos nesta matéria e as dificuldades com que se confronta na obtenção de informação administrativa.
LA6. Prosseguir a estratégia de reengenharia dos processos de produção e difusão entre os diferentes domínios estatísticos, promovendo a integração de sistemas de infraestruturas e o desenvolvimento de estatísticas com objetivos múltiplos	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA7. Fomentar o desenvolvimento e inovação dos sistemas de informação que suportam a produção das estatísticas oficiais	**2013 e 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. **2014** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Foi apresentado pelo INE o Ficheiro Nacional de Alojamentos – uma nova Infraestrutura para a produção de Estatísticas Oficiais.
LA8. Proceder à integração das estatísticas económicas, sociais e ambientais, tendo designadamente em conta	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE, em particular no âmbito do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas

as recomendações do Relatório *Stiglitz-Sen-Fitoussi*	Macroeconómicas. Foi neste âmbito apresentado o tema "The tree of Happiness in Economics" – "A Árvore da Felicidade em Economia". Foi feita pelo INE no âmbito da SP de Estatísticas Sociais uma apresentação sobre a metodologia do "Índice de Bem-estar nacional". **2014** Continuação do acompanhamento deste assunto no âmbito do GT do CSE sobre o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas.
LA9. Prosseguir a redução dos custos associados à produção das estatísticas oficiais (carga estatística sobre os respondentes e custos financeiros), através da adoção de metodologias científica e tecnologicamente inovadoras que garantam a qualidade dos resultados produzidos e de estímulos à resposta de famílias e empresas aos inquéritos do Sistema Estatístico Nacional	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Recomendações no âmbito da apreciação destes documentos. Recomendações do CSE sobre a necessidade de prosseguir os esforços para que a IES – Informação Empresarial Simplificada se mantenha atempadamente e com qualidade a fonte primordial para a produção e divulgação das estatísticas sobre empresas não financeiras sob forma de sociedades e que as Autoridades Estatísticas contribuam de forma ativa para a eliminação de sobreposições nas solicitações de prestação da informação de base necessária à compilação estatística, contribuindo dessa forma para reduzir a carga de reporte estatístico. Vidé informação complementar em LA3.
LA10. Promover a implementação de sistemas de produção estatística flexíveis que permitam uma adaptação célere e eficaz a alterações nas necessidades dos utilizadores e minimizem os custos	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. **2015** Apresentação pela DG Território da plataforma GEOEQUIP (Sistema Nacional de Informação Georreferenciada de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva) em que se prevê uma estreita colaboração com interlocutores do SEN de diferentes áreas, considerando a sua relevância para definição dos indicadores de monitorização do Portugal 2020.
LA11. Intensificar a dimensão espacial das estatísticas oficiais através de uma crescente integração da Infraestrutura Estatística de Referenciação Geográfica nas atividades de produção e divulgação	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. **2014** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios

	de Atividade. Aprovação da Tipologia de Áreas Urbanas 2014. Acompanhamento do processo de aprovação das novas NUTS II (Regulamento Comunitário). **2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Realização pelo INE de uma apresentação sobre a adequação dos indicadores à nova organização territorial NUTS III/entidades intermunicipais. Apresentação pelo SREA sobre Venda de veículos automóveis novos - um inquérito regional.
LA12. Dinamizar parcerias, nomeadamente com a comunidade científica, para o desenvolvimento da investigação em diferentes domínios das estatísticas oficiais	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA13. Implementar novas metodologias estabelecidas no Manual do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC2010) e na 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI (BPM6), entre outras	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE. A Secção especializada do Conselho solicitou ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas que acompanhe e emita parecer sobre os trabalhos de implementação dos novos Manuais, designadamente do novo SEC e da 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos, com particular ênfase em matérias que requerem uma maior clarificação das metodologias e procedimentos a implementar. No Plano de Atividades do CSE para 2014 o acompanhamento destas matérias foi considerado prioritário. **2014** No Plano de Atividades do CSE para 2014 o acompanhamento destas matérias foi considerado prioritário. Foram apresentados pelo INE pontos de situação periódicos sobre a aplicação do novo SEC2010 e principais alterações que dai decorrem. Eu outubro o Banco de Portugal fez uma apresentação sobre as principais alterações nas estatísticas do Banco de Portugal decorrentes dos

	novos manuais internacionais. O Grupo de Trabalho especializado continuou a acompanhar estes assuntos e no Relatório de Atividades apresentado em 2015 à Secção foram feitas recomendações específicas. **2015** Analisado e aprovado (em março) o Relatório de Atividades do GT para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas relativo a 2014. Aprovadas recomendações ao INE e BdP com o objetivo de uma profunda articulação entre estas duas entidades enquanto responsáveis, designadamente, pela divulgação das Contas Nacionais Portuguesas e pela divulgação das estatísticas da Balança de Pagamentos, em consequência do novo conjunto de operações inerentes ao novo sistema de compilação da balança de pagamentos e da sua complexa integração no sistema de compilação de contas nacionais; e ainda recomendações no sentido do cumprimento dos calendários acordados entre as duas entidades para que os utilizadores possam beneficiar das estatísticas em tempo útil e com a elevada qualidade a que as duas instituições estão associadas.
LA14. Assegurar uma resposta do Sistema Estatístico Nacional à nova legislação da União Europeia sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente na área das finanças públicas	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE. O INE fez uma apresentação sobre as Implicações da "Governação Económica da União Europeia" para a atividade do INE no domínio das estatísticas Económicas em 2014. Apresentação pelo INE e pelo Banco de Portugal sobre os Indicadores do procedimento de desequilíbrios macroeconómicos | "Macroeconomic Imbalance Procedure". Apresentação pelo INE do Índice de Preços da Habitação – um indicador no âmbito do *Macroeconomic Imbalances Procedure*. **2014** Acompanhamento no âmbito do CSE. Continuação do acompanhamento das implicações da "Governação Económica da União Europeia" para a atividade do INE. **2015** Acompanhamento no âmbito do CSE.

LA15. Prosseguir o desenvolvimento das Contas Nacionais Portuguesas, nomeadamente com a produção das contas do património dos setores institucionais (em linha com o enquadramento conceptual ao Sistema Europeu de Contas SEC 2010) e aumentar a informação a disponibilizar	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE. O INE fez uma apresentação sobre as Contas Satélite às Contas Nacionais Portuguesas – conta da Economia Social, Conta da Saúde e Contas no domínio do ambiente. **2014** Acompanhamento no âmbito do CSE, através de pontos de situação apresentados pelo INE, sobre o trabalho e assuntos mais relevantes associados à mudança de base das Contas Nacionais e à implementação do SEC 2010. Apresentação pelo INE de um ponto de situação sobre o desenvolvimento de Contas Nacionais do Património Não Financeiro. Apresentação do BdP sobre as Contas Nacionais Financeiras 2013. O INE fez uma apresentação global sobre Contas Satélite das Contas Nacionais. **2015** O INE fez uma apresentação sobre as Contas Nacionais Regionais (aspetos metodológicos).
LA16. Promover os estudos necessários à minimização da dimensão e frequência das revisões da informação difundida	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. **2015** Em sessão conjunta de Secções alargada a outros utilizadores foi feita uma apresentação pelo INE das estimativas mensais da taxa de desemprego: modelos de referência e principais resultados.
LA17. Consolidar a produção das estatísticas da área económica e ambiental e aperfeiçoar os mecanismos de monitorização dos compromissos assumidos pelo País a nível nacional e internacional	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. A Secção especializada do Conselho solicitou ao GT sobre Indicadores Agroambientais e de Desenvolvimento Rural que: acompanhe e analise o desenvolvimento a nível nacional, comunitário e da OCDE de indicadores agroambientais e de desenvolvimento rural e que proceda à

harmonização dos indicadores utilizados pelas diferentes entidades sobre o desenvolvimento rural e o desempenho ambiental do setor. Embora o GT tenha estado suspenso, por dificuldades associadas a nomeações dos representantes no Grupo, foi apresentado um ponto de situação pelo INE relativamente aos desenvolvimentos que continuam a ser feitos sobre estes indicadores, os quais estão a ser acompanhados também pelo GPP/MAM.

O INE fez uma apresentação sobre as estatísticas do comércio internacional.

2014

Foi apresentado um ponto de situação sobre a evolução dos trabalhos posteriores à suspensão da atividade do GT, os quais foram e continuarão a ser desenvolvidos, bilateralmente, pelo INE e pelo GPP/ MAM. Conclui-se que o mandato do GT está, no essencial, concluído tendo em consideração o Relatório intermédio apresentado pelo Grupo em novembro de 2011 e a evolução posterior dos trabalhos. Nesta sequência foi encerrada a atividade do GT. Esta matéria continuará a ser objeto de acompanhamento na Secção Permanente de Estatísticas Económicas.

O INE fez uma apresentação sobre o Sistema de Contas Integradas das empresas e também uma apresentação genérica de "para que servem as estatísticas industriais?".

O INE fez também uma apresentação sobre o sistema de indicadores de operações urbanísticas.

Estes e outros indicadores serão acompanhados/criados, para corresponder as necessidades estatísticas no âmbito da Estratégia 2020.

2015

Realizada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão uma apresentação sobre o Portugal 2020; orientação para resultados e sistemas estatísticos.

Foi criado um Grupo de Trabalho que deverá delinear e propor o sistema de informação estatística de suporte à monitorização de contexto e de resultado do Portugal 2020 e dos respetivos Programas Operacionais. Será chamado a participar no Grupo de Trabalho um conjunto alargado de entidades detentoras de informação relevante para além da produzida pelo Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Em maio realizou-se uma sessão de reflexão/ sensibilização sobre o PT2020 na perspetiva de alargar o espaço de debate a outras entidades exteriores ao Sistema Estatístico Nacional, em particular da Administração Pública.

No âmbito do trabalho do GTDEM a Secção aprovou recomendações ao INE relacionadas com a utilização da plataforma do Inquérito às Perspetivas de Exportação de Bens para aferir questões de natureza conjuntural ou estrutural por forma a dotar os utilizadores de informação relativa aos determinantes e condicionantes desta vertente económica, sem prejuízo da necessária prioridade para a consolidação do projeto; adicionar ao conjunto de indicadores de curto prazo, atualmente disponível, informação relativa à evolução mensal dos preços implícitos no

	comércio externo e que devido à complexidade deste trabalho, num futuro próximo possa proceder à divulgação de Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional corrigidas de sazonalidade. E ao BdP que se estenda o número de rubricas da Balança de Pagamentos corrigidas de sazonalidade a várias subcomponentes por forma a facilitar a análise relativa a fluxos com comportamento eminentemente sazonal que se sobrepõe ao efeito cíclico.
LA18. Produzir e disponibilizar informação em novas áreas, ou em áreas com insuficiente cobertura estatística, nomeadamente na área social possibilitando o acompanhamento de questões emergentes nos domínios das condições de vida das famílias, das desigualdades e dos indicadores de bem-estar	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Foi apresentada pelo INE ao Conselho a metodologia do índice de Bem-estar para Portugal. Prevista para 2014 a análise da viabilidade de criação de grupos de trabalho sobre Indicadores de Desigualdades Sociais e na área da Deficiência e Incapacidade. **2014** Não foram tomadas decisões sobre a criação daqueles Grupos de Trabalho. Assunto a retomar em 2015. Apresentação pelo INE sobre Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho (ATPS 2013). **2015** Apresentação pelo BdP sobre estatísticas sobre o endividamento das famílias.
LA19. Continuar o alargamento da produção de séries cronológicas para os indicadores mais relevantes	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA20. Prosseguir com o aumento da desagregação geográfica para indicadores relevantes, assegurando o equilíbrio utilidade/custo	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.

Objetivo 2

Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando

a comunicação e promovendo a literacia estatística

LA1. Aumentar e aperfeiçoar a informação disponibilizada assegurando o cumprimento dos princípios, políticas e critérios de qualidade que enformam as estatísticas oficiais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos prazos (pontualidade), à manutenção de séries longas e à acessibilidade aos dados e respetiva metainformação (continuação do esforço de harmonização dos conteúdos) e à publicitação da revisão dos dados	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Acompanhamento trimestral pela Secção especializada do cumprimento de prazos previsto nos Planos de Atividade anuais. **2013** Foi apreciada favoravelmente pelo CSE a política de revisões das estatísticas do Banco de Portugal.
LA2. Aprofundar instrumentos e agilizar mecanismos que permitam antecipar novas necessidades de produção estatística e propiciar uma resposta atempada às mesmas	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Acompanhamento ao nível do CSE e dos Grupos de Trabalho do CSE que têm como objetivo antecipar necessidades dos utilizadores, nas seguintes áreas estatísticas – Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas, saúde, mobilidade territorial. E também recomendações da Secção especializada que acompanhou os Censos 2011. **2014** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Acompanhamento ao nível do CSE e dos Grupos de Trabalho do CSE que têm como objetivo antecipar necessidades dos utilizadores, nas seguintes áreas estatísticas – Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas, saúde, educação e formação (em atraso) e mercado de trabalho (em atraso). Inicio dos trabalhos de criação (pelo Secretariado do CSE) de uma plataforma eletrónica para acompanhamento de deliberações e recomendações do CSE que pode de algum modo despoletar a ativação de algumas recomendações anteriormente produzidas. Esta

	plataforma entrará em vigor em 2015. O acompanhamento das recomendações envolverá o conjunto das entidades às quais são direcionadas. **2015** Em março foi constituído um GT um Grupo de Trabalho para a criação de um Sistema de Indicadores de Contexto/Resultado do Portugal 2020. O processo de monitorização das recomendações foi preparado em 2014 e implementado em 2015, contando com um vasto conjunto de entidades. Foram consideradas as recomendações e deliberações aprovadas pelo Conselho desde 2008; as conclusões começaram a ser analisadas sectorialmente pelas Secções especializadas (em 2015, na SPCE e SPEE).
LA3. Adotar estratégias de comunicação diferenciadas que permitam ir ao encontro das necessidades dos vários segmentos de utilizadores e procurar responder com eficácia às alterações no modo como as estatísticas são atualmente procuradas e acedidas	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA4. Aperfeiçoar os canais de comunicação e difusão estatística, reforçando a utilização daqueles que facilitem a interação com os utilizadores	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Realizaram-se três eventos no âmbito do CSE: – O Seminário "Para que servem as ESTATÍSTICAS? Que uso diário lhes damos?", em consonância com o objetivo estratégico para o Sistema Estatístico Nacional (SEN), para o quinquénio 2013-2017: "Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística". – "Encontro sobre Estatísticas da Saúde". – Workshop sobre a "A utilização do SICAE pelas entidades da Administração Pública" As conclusões e apresentações destes eventos ficaram disponíveis http://cse.ine.pt e foram amplamente divulgadas. Continuaram a ser divulgadas Notas de Informação à Comunicação Social em particular quando da aprovação da Síntese anual da Atividade Estatística do SEN e dos Planos de Atividades anuais. **2014** O *site* do CSE procura dar a conhecer de um modo fácil os trabalhos, deliberações e recomendações do CSE e através da divulgação no

	capítulo "reflexões" de textos pedagógicos sobre matérias relacionadas com a estatística. A Direção Regional de Estatísticas da Madeira fez uma apresentação do seu novo portal de estatísticas, o qual foi considerado facilitador da interação com os utilizadores. **2015** Em maio realizou-se uma Sessão de Reflexão sobre " Portugal 2020 | Políticas Públicas e Informação Estatística", em que se procurou alargar o espaço de debate a outras entidades exteriores ao Sistema Estatístico Nacional, em particular da Administração Pública. Informações sobre o evento no website do CSE. No Website do CSE tem vindo a ser divulgados textos de reflexão da autoria de membros do Conselho. O Ministério da Agricultura e do Mar/GPP fez uma apresentação sobre a "Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas". Na reunião de maio da SPEE, o MF/DGO apresentou a metodologia de "apuramento da Conta das Administrações Públicas".
LA5. Melhorar a capacidade de resposta das Autoridades Estatísticas às necessidades crescentes e diferenciadas de utilizadores de informação estatística, em termos de rapidez, eficiência e qualidade, respeitando em simultâneo as regras da confidencialidade vigentes a nível nacional e europeu	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA6. Promover de forma articulada, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, o aumento da literacia estatística e a eliminação de barreiras que dificultem a utilização das estatísticas oficiais, no que se inclui os cidadãos com necessidades especiais	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. As notas de Informação à Comunicação Social divulgadas pelo CSE tem como objetivo facilitar a divulgação de informações relevantes. O Seminário "Para que servem as ESTATÍSTICAS? Que uso diário lhes damos?" foi realizado em consonância com o objetivo estratégico para o Sistema Estatístico Nacional (SEN), para o quinquénio 2013-2017: "Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística".

	2014 Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. As notas de Informação à Comunicação Social divulgadas pelo CSE têm como objetivo facilitar a divulgação de informações relevantes. Também a Website do CSE divulga documentos de reflexão, apresentados por membros do CSE, os quais procuram selecionar temas que facilitem a interação com os cidadãos. **2015** Como já anteriormente foi referido os eventos realizados no âmbito do CSE têm como objetivo também ajudar a ultrapassar barreiras que dificultem a utilização das estatísticas oficiais. Continuaram as ações referidas em 2013 e 2014.
LA7. Avaliar regularmente os níveis de satisfação dos utilizadores da informação estatística oficial, assim como a utilização e a procura dirigida aos diferentes produtos estatísticos	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Neste âmbito, em particular o INE tem vindo a invocar a carência de recursos humanos para justificar a impossibilidade em acolher as sugestões dos utilizadores da informação estatística presentes no CSE em particular no que se refere a estatísticas nacionais e em áreas consideradas relevantes pelos utilizadores.
LA8. Apoiar proactivamente a investigação e a realização de estudos baseados em estatísticas oficiais	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. No âmbito dos Planos de Ação das Secções sectoriais do CSE é promovida a apresentação de estudos e trabalhos apresentados por utilizadores da informação estatística e que são membros do CSE. Estas apresentações são divulgadas na Website do CSE. **2013** Apresentados os seguintes estudos/análises: - Escolarização na região do Norte. Evolução das disparidades territoriais 1991-2011 (CCDR Norte);

	- Envelhecimento e natalidade nos Açores - ventilação espacial por ilha e município (SREA) **2014** Apresentados os seguintes estudos/análises: - Estratégias e sistema de monitorização no Centro de Portugal (CCDR Centro); - Retrato das escolas por região em termos de contexto e de resultados escolares (DGEEC/MEC); - Atividade empresarial local (DG Autarquias Locais); - Estatísticas da Justiça - indicadores trimestrais sobre processos de insolvência e processos especiais de revitalização (DG Política da Justiça). - Evolução dos edifícios por ilha e município nos Açores. Análise aos dados do recenseamento geral da habitação 1981, 1991, 2001 e 2011 (SREA) - O retrato dos municípios da Região Autónoma da Madeira com base nos Censos 2011 (DREM) **2015** Apresentados os seguintes estudos/análises: - As estatísticas da saúde e o planeamento em saúde a nível regional (Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP RAM)

Objetivo 3

Otimizar o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, reforçando e consolidando os mecanismos de coordenação e de cooperação interinstitucional, nos planos nacional e internacional

LA1. Promover iniciativas que reforcem a cooperação institucional no seio do Sistema Estatístico Nacional, favorecendo uma resposta eficiente e eficaz a novas exigências e desafios da Sociedade, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. No âmbito dos Planos de Ação das Secções sectoriais do CSE é promovida a apresentação de metodologias e projetos apresentados por produtores de estatísticas oficiais e apresentação de estudos e trabalhos por utilizadores da informação estatística e que são membros do CSE. Os eventos realizados também proporcionam uma partilha de informação de espetro mais alargado. A Website do CSE é utilizada para partilha de informação (divulgação publica de apresentações no âmbito das Secções), divulgação dos

eventos e respetivas conclusões e ainda conteúdos de reflexão apresentados por membros do CSE.

Recomendação às entidades gestoras do SICAE (Instituto Nacional de Estatística, Instituto dos Registos e do Notariado e Autoridade Tributária e Aduaneira), com vista ao reforço da cooperação institucional, o estabelecimento de um protocolo que institucionalize formas de articulação regulares e que preveja mecanismos de consulta dos principais utilizadores. O protocolo deverá prever a elaboração de um Plano de Trabalhos, identificar os representantes das entidades em causa e definir o formato de articulação institucional a implementar.
Recomendações do CSE às Autoridades Estatísticas: (i) sobre a importância de aprofundar a cooperação interinstitucional, nomeadamente através do desenvolvimento de operações estatísticas conjuntas, da partilha de ficheiros de unidades estatísticas, do controlo de qualidade da informação de base e da eliminação de redundâncias nos vários níveis da produção estatística, estabelecendo para o efeito os mecanismos de colaboração adequados ao desempenho das suas atribuições no âmbito do SEN; (ii) que a cooperação entre as Autoridades Estatísticas contribua para uma identificação dos domínios de complementaridade, com base nas respetivas competências legais, visando a racionalização dos recursos e a satisfação plena das necessidades de informação estatística da sociedade, tendo presente os objetivos traçados nas LGAEO 2013-2017 e um dos princípios consagrados na Lei do SEN que determina que "as estatísticas oficiais são consideradas um bem público, devendo satisfazer as necessidades dos utilizadores de forma eficiente".

2014

Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.

No âmbito dos Planos de Ação das Secções sectoriais do CSE é promovida a apresentação de metodologias e projetos apresentados por produtores de estatísticas oficiais e apresentação de estudos e trabalhos por utilizadores da informação estatística e que são membros do CSE.

Os eventos realizados também proporcionam uma partilha de informação de espetro mais alargado.

A *Website* do CSE é utilizada para partilha de informação (divulgação publica de apresentações no âmbito das Secções), divulgação dos eventos e respetivas conclusões e ainda conteúdos de reflexão apresentados por membros do CSE.

Recomendações do CSE às Autoridades Estatísticas: (i) sobre a importância de aprofundar a cooperação interinstitucional, nomeadamente através do desenvolvimento de operações estatísticas conjuntas, da partilha de ficheiros de unidades estatísticas, do controlo de qualidade da informação de base e da eliminação de redundâncias nos vários níveis da produção estatística, estabelecendo para o efeito os mecanismos de colaboração adequados ao desempenho das suas atribuições no âmbito do SEN; (ii) que a cooperação entre as Autoridades Estatísticas contribua para uma identificação dos domínios de complementaridade, com base nas respetivas competências legais, visando a racionalização dos recursos e a satisfação plena das necessidades de informação estatística da sociedade, tendo presente os objetivos traçados nas LGAEO 2013-2017 e um dos princípios consagrados na Lei do SEN que determina que "as estatísticas oficiais são consideradas um bem público, devendo

	satisfazer as necessidades dos utilizadores de forma eficiente". No âmbito da revisão da Lei do SEN as matérias relacionadas com a cooperação ao nível europeu e ao nível nacional têm sido particularmente debatidas. **2015** Na sequência da aprovação do Relatório de Atividades do GT para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas relativo a 2014, foram aprovadas recomendações ao INE e BdP com o objetivo de uma profunda articulação entre estas duas entidades enquanto responsáveis, designadamente, pela divulgação das Contas Nacionais Portuguesas e pela divulgação das estatísticas da Balança de Pagamentos, em consequência do novo conjunto de operações inerentes ao novo sistema de compilação da balança de pagamentos e da sua complexa integração no sistema de compilação de contas nacionais; e ainda recomendações no sentido do cumprimento dos calendários acordados entre as duas entidades para que os utilizadores possam beneficiar das estatísticas em tempo útil e com a elevada qualidade a que as duas instituições estão associadas.
LA2. Estimular e coordenar ações no domínio da produção e da difusão estatística, tendo como princípio orientador a partilha e a reutilização de funcionalidades e experiências já disponíveis no seio das autoridades estatísticas nacionais e internacionais	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA3. Conceber e implementar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística, nos termos das suas competências, assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do Sistema Estatístico Nacional (Autoridade estatística, Independência técnica, Segredo estatístico, Qualidade, Acessibilidade estatística e Cooperação entre autoridades estatísticas) e proceder ao respetivo acompanhamento junto das Autoridades Estatísticas	**2013** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. No âmbito da avaliação do Grau de Execução das LGAEN 2008-2012 (realizada em junho de 2013) estas matérias foram acompanhadas. Acompanhamento da preparação da *Peer Review* 2014-2015. **2014** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Continuação do acompanhamento da preparação do exercício de *Peer Review* ao INE e EDC 2014/2015. O Secretariado do CSE contribuiu em

	parte na preparação de alguma documentação relevante de articulação com o CSE. No âmbito dos trabalhos da SELSEN foi decidido que as AE deveriam passar a reportar anualmente ao CSE um ponto de situação sobre estas matérias. **2015** Continuação dos trabalhos na SELSEN. Acompanhamento das recomendações constantes do Relatório Peer Review Portugal 2015.
LA4. Criar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística a realização de auditorias e de outras ações junto das entidades às quais é cedida informação estatística confidencial, nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional	**2013** Reforço no âmbito das deliberações da SPSE de mecanismos que assegurem o *follow up* e controlo da concretização de ações constantes dos compromissos de sigilo que as entidades, às quais são cedidos dados estatísticos confidenciais, assinam. Continuação e reforço da implementação de ações de controlo: • Entrega da Declaração de Compromisso de Sigilo assinada; • Obrigatoriedade de entrega de estudos ou trabalhos realizados com base nos dados estatísticos autorizados; • Análise técnica do estudo por parte das Autoridades Estatísticas a quem foi autorizada a cedência de dados; • Em caso de dúvidas as reuniões serão sempre presenciais; • A definição de prazos de destruição da informação limitados exclusivamente à necessidade da sua utilização. **2014** Continuaram a ser aplicadas as medidas de reforço de 2013. No âmbito dos trabalhos da SELSEN as competências no âmbito do segredo estatístico transitam para as AE, procurando assim dar cumprimento a uma das recomendações da *Peer Review 2008*. O CSE acompanhará, no âmbito das suas competências consultivas, os desenvolvimentos anuais das AE fazem nesta matéria, acompanhando assim o princípio do segredo estatístico. **2015** Continuação da aplicação das medidas de reforço relativamente a entidades que solicitam dados estatísticos confidenciais.

LA5. Assegurar e reforçar o envolvimento do Conselho Superior de Estatística no acompanhamento do processo de alterações metodológicas das operações estatísticas de grande impacto económico e social, quando envolvam quebras de série ou descontinuidade de variáveis	**2013** Preparação dos Planos de Ação das Secções de modo a acomodar o reforço no acompanhamento pelo CSE de alterações metodológicas de grande impacto económico e social. Acompanhamento das questões de âmbito metodológico nos GT para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas, sobre estatísticas do Mercado de Trabalho ou outros. **2014** Preparação dos Planos de Ação das Secções de modo a acomodar o reforço no acompanhamento pelo CSE de alterações metodológicas de grande impacto económico e social. Acompanhamento das questões de âmbito metodológico nos GT para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas, sobre estatísticas do Mercado de Trabalho ou outros. No Plano de Atividades do CSE para 2014 foi considerado prioritário o acompanhamento: • da legislação europeia no quadro da "Governação Económica da União Europeia" e o seu impacto no âmbito do Sistema Estatístico Europeu. • das implicações das alterações do SEC2010 para as Contas Nacionais Portuguesas. • das implicações das alterações relacionadas com a adoção da 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da posição de Investimento Internacional do FMI. • da implementação dos MIP – *Macroeconomic Imbalance Procedure*. No âmbito do GTDEM, o BdP apresentou as principais alterações metodológicas decorrentes da implementação do novo BPM6 e do novo sistema de informação. O INE manteve o CSE informado sobre as alterações metodológicas decorrentes do SEC 2010 e dos seus impactos. O INE fez uma apresentação sobre a revisão das estimativas do Inquérito ao Emprego decorrentes da revisão das estimativas da população residente após integração dos resultados definitivos dos Censos 2011. **2015** Em sessão conjunta de Secções alargada a outros utilizadores foi feita uma apresentação pelo INE das estimativas mensais da taxa de desemprego: modelos de referência; principais resultados.

	O INE apresentou na reunião de fevereiro do GT DEM, as principais revisões às Contas Nacionais resultantes da implementação do SEC2010 e da nova base no âmbito da compilação das Contas Nacionais.
LA6. Intensificar o recurso a auditorias estatísticas e a outros mecanismos para atestar a qualidade das estatísticas oficiais, no sentido de assegurar a confiança e credibilidade no SEN	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.
LA7. Alertar o Governo para a importância do cumprimento da disposição de consulta prévia Conselho Superior de Estatística, prevista no artigo 14º da nº 22/2008 de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional), que permitirá a eliminação de eventuais redundâncias na produção estatística e o aumento das oportunidades de apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, reduzindo, assim, o seu custo para a Sociedade	**2013** Em 2013 foi submetido a parecer prévio do CSE um único diploma sobre o projeto de Portaria relativa a "Elementos Estatísticos - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação" A análise deste assunto no sentido de se criarem mecanismos de reforço e obrigatoriedade foi analisada no âmbito da revisão da Lei do SEN. **2014** Análise deste assunto no âmbito da revisão da Lei do SEN com a adoção de medidas de reforço. Continuam anualmente a ser divulgados diplomas que deveriam ser submetidos a consulta prévia do CSE. **2015** Em 2015 foi submetido a parecer prévio do CSE o projeto de Decreto Regulamentar Regional relativo à orgânica da Direção Regional de Estatística da Madeira.
LA8. Prosseguir a construção e atualização de ficheiros únicos no Sistema Estatístico Nacional, ferramentas indispensáveis para a harmonização, a racionalização de meios e a qualidade das estatísticas oficiais	**2013** Em funcionamento um Grupo de trabalho para criação de um Ficheiro Único para o SEN. Os trabalhos deste Grupo mantinham-se em atraso em 2013. O grupo propôs a criação de um ficheiro de estabelecimentos. A Secção especializada, com base nessa proposta, criou um Grupo Técnico para preparação de legislação para o número único de estabelecimento, que iniciou a atividade em 2013. Recomendações do CSE sobre a necessidade de prosseguir a construção e atualização de ficheiros únicos no SEN, ferramentas indispensáveis para a harmonização, a racionalização de meios e a qualidade das estatísticas oficiais, devendo ser dada prioridade à criação do Ficheiro Único de Empresas do SEN, a ser partilhado por todas as Autoridades Estatísticas, conforme o decidido pela Secção Permanente de

	Coordenação Estatística do CSE (cfr. 35.ª deliberação) e o constante das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial (LGAEO) 2013-2017. **2014** Continuaram em atraso os trabalhos do GTFUESEN. Tendo em consideração os atrasos recorrentes e a argumentação apresentada pelo INE na reunião de outubro da SPCE, a Secção decidiu suspender a atividade do Grupo de Trabalho para constituição de um Ficheiro Único para o Sistema Estatístico Nacional até que seja feita uma reavaliação desta matéria, no contexto da avaliação do grau de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 e da preparação das Linhas Gerais para o quinquénio seguinte. O Grupo Técnico criado no âmbito do CSE que tem como objetivo a preparação de uma proposta legislativa que suporte a institucionalização de uma identificação única dos estabelecimentos, com o objetivo de ser criado um ficheiro de estabelecimentos, concluiu os trabalhos. Foram apresentadas recomendações para prossecução dos trabalhos. Esta matéria continuou a ser acompanhada em 2015. **2015** Em abril realizou-se uma reunião da SP de Coordenação Estatística, para a qual forma convidados os dirigentes da Agencia para a Modernização Administrativa, Autoridade Tributaria e Aduaneira e Direção Geral das Atividades Económicas, para sensibilização destas entidades no sentido de através do Programa Simplificar se introduzir a possibilidade de passar a existir informação sobre os estabelecimentos como objetivo de num futuro próximo se poder ter um Ficheiro Único de Estabelecimentos. Em junho realizou-se uma reunião de follow up com a perspetiva de ser apresentada em setembro uma solução que permite a existência de um Ficheiro de Estabelecimentos.
LA9. Assegurar a participação ativa nas instâncias estatísticas internacionais, em particular no que se refere ao desenvolvimento estratégico do Sistema Estatístico Nacional, contribuindo para o reforço da projeção do país, em termos internacionais, na União Europeia e no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade. Semestralmente o CSE divulga na plataforma CIRCA, para conhecimento dos membros do CSE, informação relativa às reuniões internacionais em que participam representantes das AE, em formato uniformizado e aprovado pela Secção.
LA10. Contribuir para o desenvolvimento e capacitação dos sistemas estatísticos de outros países, reforçando as relações bilaterais e multilaterais em particular com os	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.

	países de língua portuguesa, no âmbito das prioridades da política de cooperação nacional	
LA11.	Garantir a formação técnica, a melhoria de competências, a valorização profissional e a criação de condições para a fixação dos trabalhadores do Sistema Estatístico Nacional, promovendo ações de formações em parceria com outras instituições, designadamente do Ensino Superior	**2013 | 2014 | 2015** Acompanhamento no âmbito do CSE através de informações prestadas pelas Autoridades Estatísticas e no âmbito dos seus Planos e Relatórios de Atividade.

ACOMPANHAMENTO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017

ACOMPANHAMENTO NO ÂMBITO DO INE E ENTIDADES COM DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Anexo IV | INE

LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / LINHAS DE ATUAÇÃO (LA)	Instituto Nacional de Estatística 2013, 2014 e 2015

Objetivo 1

Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico

LA1. Implementar o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias e monitorizar o seu cumprimento	**2013** Continuação da implementação das ações de melhoria contempladas no plano de ação do Código de Conduta, na sequência da 1ª ronda do *Peer Review*, salientando-se a concretização de mais 3 ações: reforço da independência profissional, com a formalização da nova portaria do INE; conclusão do *Contact Center* nas suas várias dimensões; e integração da documentação metodológica das Entidades com Delegação de Competências no novo Sistema de Metainformação Estatística. Registados progressos na apropriação de dados administrativos para fins estatísticos e na sensibilização sobre a implementação do Código de Conduta nos outros produtores de estatísticas oficiais. Início da preparação do processo de *Peer Review* 2014/2015. **2014** Preparação da nova ronda de *Peer Review* 2014/2015 envolvendo o INE e as Entidades com Delegação de Competências. **2015** Realização do exercício de Peer Review ao INE sobre a Implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias pelo INE e EDC: Esta visita de avaliação dá sequência a um processo iniciado em 2014, de resposta a questionários de autoavaliação relativos ao cumprimento dos 15 Princípios e respetivos indicadores do Código, mas também relativos a outros aspetos adicionais, como sejam: a função coordenação do

	INE no âmbito do SEN, nomeadamente em relação a outras entidades nacionais responsáveis pela produção de estatísticas europeias e, ainda, sobre questões ligadas à cooperação/integração ao nível do Sistema Estatístico Europeu. A visita dos Peer Reviewers foi marcada por uma abordagem de auditoria a aspetos essenciais relacionados com a implementação do Código de Conduta, tendo como base os questionários de autoavaliação referidos atrás. Elaboração e apresentação ao Eurostat do Plano de Ação decorrente das Recomendações do exercício de Peer review Início da execução do Plano de Ação. Definição de um *template* de relatório de qualidade das operações estatísticas realizadas no âmbito do SEN, à semelhança do já concretizado para o documento metodológico, em consonância com as recomendações do Eurostat, nomeadamente no que respeita às novas orientações no SEE para a implementação em 2016 do SIMS 2.0 (*Single Integrated Metadata Structure*).
LA2. Assegurar a intervenção das Autoridades Estatísticas desde o início dos processos de conceção/revisão de atos administrativos, a fim de garantir a sua utilização para fins estatísticos	
LA3. Alertar as entidades da administração direta e indireta do Estado detentoras de dados administrativos para a importância da sua cedência para a produção das estatísticas oficiais e fomentar, junto daquelas, mecanismos que facilitem e desenvolvam o processo de apropriação dos dados	**2013** Realização de dez sessões de sensibilização à estatística junto de entidades fornecedoras de dados. [DGPJ|MJ]. Realização de contactos diretos com os operadores fornecedores de informação, para sensibilização quanto ao envio da informação dentro do prazo, no contexto da melhoria da qualidade das estatísticas da Energia e dos Recursos Geológicos. [DGEG|MAOTE]. **2014** Desenvolvimento de diligências junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial para a produção de estatísticas sobre marcas e patentes, necessárias, designadamente, para monitorização do QREN. Realização de dez sessões de sensibilização à estatística junto de entidades fornecedoras de dados. (DGPJ/MJ). **2015** **Ver Obj 1 / LA4**
LA4. Inventariar e reforçar a utilização de fontes administrativas na produção das estatísticas oficiais, visando a racionalização dos recursos que lhes estão	**2013** Coordenação do processo de integração de dados administrativos da educação no âmbito do exercício UOE (Unesco/OCDE/Eurostat) 2012 e

afetos e a redução da carga sobre os respondentes	do cumprimento do respetivo regulamento comunitário (INE e DGEEC/MEC). Integração dos dados administrativos do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito, enquanto base para a codificação das estatísticas de mortalidade por causas de morte. Consolidação da informação do Sistema de Identificação e Registo Animal (SNIRA), com alargamento às espécies ovinos, caprinos e suínos. Desenvolvimento de um sistema de consulta *online* para inventariação das fontes administrativas, existente em todos os organismos do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM). Elaboração de um relatório sobre a apropriação de dados administrativos provenientes das Câmaras Municipais para o Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas. Análise da informação do sistema de bilhética sem contacto da Área Metropolitana de Lisboa passível de apuramento estatístico, em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. Compilação de informação sobre o movimento de navios de cruzeiro e passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, para os anos de 2011 e 2012, em colaboração das administrações portuárias nacionais. Análise e utilização das fontes de dados administrativos relativos à situação socio económica do aluno e à nacionalidade. [DGEEC | MEC]. **2014** Acesso e tratamento estatístico exploratório de uma amostra de microdados anonimizados do BDC (dados consulares) do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Apropriação de informação da DGPC (Património Cultural Imóvel), ICA (Cinema -dados trimestrais e anuais) e IPDJ e FPF (Desporto). Consolidação do processo de apropriação dos dados administrativos do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas para atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos. Início do processo de inventariação da informação administrativa disponível no Instituto da Construção e do Imobiliário. Melhoria da qualidade dos ficheiros de veículos, inspeções e registos em geral com recurso à informação administrativa disponível no Instituto da Mobilidade e Transportes. Receção mensal de informação atualizada sobre estabelecimentos de alojamento turístico em funcionamento (Turismo de Portugal, I.P.). Previstos mecanismos adicionais de reporte de atividade que permitirão uma mais adequada atualização de ficheiros no Turismo de Portugal e,

	consequentemente, no INE. Organização, análise e integração dos dados administrativos da educação no âmbito do exercício anual do UOE (UNESCO/OCDE/EUROSTAT) em articulação com a DGEEC. Análise da informação de natureza administrativa disponibilizada, de forma a aumentar o número de indicadores estatísticos disponibilizados. (DGEEC/MEC). Atualização anual da base de dados dos fluxos de doutorados recorrendo à ligação com bases de dados internas e externas. (DGEEC/MEC) Reforço da análise das fontes administrativas de dados na área da Justiça e promoção da sua utilização com recurso aos novos métodos de recolha de dados estatísticos. (DGPJ/MJ). Desenvolvimento, em cooperação com o Gabinete para a Resolução Alternativa de litígios, de uma solução técnica para recolha de dados estatísticos das três áreas da mediação pública (laboral, familiar e penal). (DGPJ/MJ). Celebração de um Protocolo pelo qual se disponibilizam e tornam acessíveis à Procuradoria-Geral da República relatórios de exploração estatística do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. (DGPJ/MJ). **2015** Elaboração de documento de trabalho sobre a "Utilização de Fontes Administrativas para Fins Estatísticos, já em uso e potenciais". Este estudo teve por objetivo: (i) identificar alguns dos constrangimentos na obtenção de dados através de fontes administrativas, apesar do enquadramento legal da atividade do INE; (ii) sintetizar o resultado do exercício de identificação de potenciais fontes administrativas que possam ser utilizadas para fins estatísticos, independentemente do seu tipo de utilização (por exemplo: apropriação de informação com objetivo de eliminação de recolha primária de dados junto de respondentes empresas ou cidadãos; e/ou, apropriação de informação para validação de dados já recolhidos por outras vias); e, de uma forma geral, (iii) informar sobre as fontes administrativas que já estão a ser utilizadas pelo INE, com maior incidência nas estatísticas económicas, salientando-se que para algumas destas ainda não foi esgotado todo o seu potencial de utilização. Em ulteriores versões deste documento ampliar-se-á o âmbito das estatísticas a considerar. Este estudo foi apresentado ao GT para a Simplificação Estatística no âmbito da Rede Interministerial para a Modernização Administrativa (RIMA), do qual o INE faz parte. Continuação da articulação interinstitucional com o MNE/DGACCP para apropriação de informação administrativa para robustecimento da componente emigração da população portuguesa. Integração dos dados administrativos da educação no âmbito do exercício anual do UOE, associado ao Regulamento da UE 452/2008, em articulação com a DGEEC/MEC.

	Continuação da apropriação de informação de dados administrativos para a disponibilização de estatísticas na área do património cultural imóvel (em estreita articulação com a Direção-Geral do Património Cultural), do Cinema (em estreita articulação com o Instituto do Cinema e Audiovisual) e do Desporto (em estreita articulação com o Instituto Português do Desporto e Juventude e com a Federação Portuguesa de Futebol). Criação de um interface de acesso aos dados administrativos dos Orçamentos e Contas das instituições particulares de solidariedade social (OCIP) disponibilizados pelo MSESS/II, para fins estatísticos do SEEPROS e suportado através de um BIS. Consolidação da produção de índices de preço da habitação com recurso a informação de natureza fiscal. Elaboração de estudos para avaliação da possibilidade de extensão da produção de informação na área do património não financeiro a outros indicadores relevantes, como sejam os índices de preços de propriedades comerciais, acompanhando os desenvolvimentos a nível europeu nesta área estatística. Estes estudos beneficiarão de uma exploração mais intensa da informação fiscal e administrativa já disponível, como sejam as bases de dados do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Transações onerosas de imóveis. Consolidação do processo de integração dos dados da importação via eletrónica (STADA-Importação) no contexto do Extrastat. Promoção de iniciativas junto do Ministério da Agricultura e do MAR (MAM), em particular junto do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) para cumprimento do anexo 2 do Regulamento (UE) Nº 1337/2011 (dados estatísticos sobre as vinhas) através do cadastro vitícola. Monitorização do desenvolvimento dos sistemas de informação administrativos do IFAP no âmbito das estatísticas da produção animal (nomeadamente o mel, os suínos e os pequenos ruminantes), tendo em vista a apropriação da informação para o sistema estatístico. Estudo sobre a eventual apropriação de dados sobre obras públicas no âmbito da colaboração com o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI). Realização de estudos e análises complementares com base nas estatísticas oficiais e/ou dados administrativos. (DGEEC/MEC) Recuperação e melhoria da qualidade dos dados administrativos residentes em sistemas informáticos, nomeadamente no sistema de informação dos tribunais administrativos e fiscais (SITAF). (DGPJ/MJ). Reforço da análise das fontes administrativas de dados na área da Justiça e promoção da sua utilização com recurso aos novos métodos de recolha de dados estatísticos. (DGPJ/MJ).
LA5. Prosseguir o desenvolvimento do novo modelo censitário da população e da habitação centrado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos	**2013** Estabelecimento de um programa de trabalhos para adoção de um novo modelo censitário em 2021. Início dos estudos e trabalhos para implementação de um novo modelo Censitário para 2021, baseado na utilização de ficheiros administrativos. **2014** Autorização da CNPD para acesso, em condições de segurança e confidencialidade (encriptação), a ficheiros administrativos, detidos por

	diversos organismos do Estado e indispensáveis para a elaboração do Estudo de Viabilidade de um novo modelo censitário em 2021. Conceção do modelo de encriptação a utilizar pelas entidades detentoras de dados administrativos. **2015** Receção e tratamento de dados administrativos (encriptados) para avaliação da viabilidade da sua aplicação na realização dos Censos 2021 Início da preparação de um Inquérito Teste a realizar em 2016. Elaboração do Estudo de Viabilidade para a adoção de um novo modelo Censitário em 2021, designadamente na vertente que se refere à interligação das diferentes bases de dados encriptados provenientes de fontes administrativas de diversas entidades, designadamente recorrendo a técnicas de *matching*.
LA6. Prosseguir a estratégia de reengenharia dos processos de produção e difusão entre os diferentes domínios estatísticos, promovendo a integração de sistemas de infraestruturas e o desenvolvimento de estatísticas com objetivos múltiplos	**2014** Início da implementação de um sistema de recolha de microdados, via *web*, junto das Famílias. Disponibilização de novas funcionalidades no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ): Gestão de Processos de Recolha por Autopreenchimento. Prossecução dos estudos para exploração de dados *scanner* em diversas vertentes para utilização na produção do Índice de Preços no Consumidor/ Índice Harmonizado de Preços no Consumidor. **2015** Disponibilização de novas funcionalidades no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ), relativos à Gestão de Processos de Recolha por Entrevista. Expansão do papel do Sistema de MetaInformação (SMI) no processo de produção estatística e da integração com os demais sistemas de informação integradores, como o SIGINQ e o SIGUA. Implementação de mecanismos de *Disaster Recovery*, de acordo com os resultados do estudo realizado em 2014. Conclusão da conceção e desenvolvimento do SIGINQ-IE, sendo substituído o subsistema AMAE pelos subsistemas FNA e SIGUA-UA e desenvolvimento de novas funcionalidades na aplicação GPIEREG e da aplicação GEO-IE, cuja integração permite a atualização de moradas do FNA de uma forma mais célere e com maior qualidade. Desenvolvimento da aplicação GEO-DIST para consulta de distâncias entre a

	residência do entrevistador e um edifício selecionado na amostra, para aperfeiçoamento do controlo do pagamento aos entrevistadores. Conclusão da migração de todos os inquéritos às empresas para o subsistema RUEP (ferramenta criada internamente com base em metainformação técnica para criação de formulários eletrónicos de uma forma integrada, mais célere e seguindo as mesmas regras. Atualização e disponibilização de novas funcionalidades no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ) abrangendo diversos domínios, designadamente Gestão de Processos de Recolha por Autopreenchimento (GPap) e de Processos de Recolha por Entrevista (GPie). Potenciação da utilização de *scanner data* no domínio do *Multipurpose Price Statistics*, como fonte privilegiada na obtenção de comparações espaciais e temporais de preços, melhorando desenhos de amostra e ponderadores, incluindo métodos para integrar o scanner data com preços recolhidos de outras fontes. Desenvolvimento do Sistema de Comércio Internacional (SCI), no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos (SIGINQ), com a implementação de alguns módulos, nomeadamente dos relativos a estimativas de não resposta e à análise das discrepâncias em relação ao IVA. Consolidação de procedimentos mensais de análise e tratamento de discrepâncias com o IVA, fundamentais no processo de monitorização e redução das revisões. Consolidação dos procedimentos de recolha via SIGINQ no Inquérito às Reparações do Comércio Internacional e início da divulgação dos seus resultados na divulgação do Comércio Internacional.
LA7. Fomentar o desenvolvimento e inovação dos sistemas de informação que suportam a produção das estatísticas oficiais	**2013** Implementação da aplicação de suporte à gestão da base de explorações agrícolas (BEA), baseada nos dados do momento censitário – RA09. Implementação de alterações na aplicação sobre Grupos de Empresas no âmbito do EGR Grant, por forma a integrar com a informação do FUE. Prosseguimento da articulação com a DGAEP no âmbito do desenvolvimento de um sistema de informação sobre o emprego público. Prosseguimento da articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação e o GEP/MSSS para a definição de um sistema de informação na área da deficiência e integração social. Desenvolvimento de trabalhos no âmbito da definição do sistema de informação estatística da proteção social, em articulação com o GEP/MSSS.

Apresentação de revisão da legislação tendo em vista a implementação da participação eletrónica de acidentes. [GEE|ME].

2014

Início de um estudo para implementação de um processo de codificação automática das atividades e profissões (CAE e CPP) nos inquéritos às famílias.

Continuação do projeto da recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (*scanner data*).

2015

Realização de estudos visando o reforço da qualidade das estimativas, designadamente através das revisões metodológicas que se considerarem necessárias, no que se refere ao Inquérito ao Emprego e Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias.

Conceção e desenvolvimento de um sistema de informação de moradas das unidades estatísticas, harmonizadas de acordo com a Diretiva INSPIRE (Base de moradas do INE/BMI), para suporte às operações estatísticas às famílias, empresas e outras entidades.

Continuação da implementação da recolha eletrónica nas operações estatísticas às famílias.

Participação no projeto *europeu "Multipurpose price statistics - The use of eletronic devices for price collection*", através da conceção, desenvolvimento e realização de um inquérito piloto ao IPC, pela primeira vez com recurso a *tablets* para recolha de preços nos estabelecimentos.

Desenvolvimento e teste dos Mapas de Pagamentos no Sistema de Gestão de Entrevistadores (ENTR), nos Inquéritos ao Emprego e às Rendas de Habitação, que permitem o cálculo automatizado e a gestão dos pagamentos de honorários aos entrevistadores e entrarão em utilização corrente no primeiro trimestre de 2016.

Alargamento dos inquéritos de opinião aos entrevistadores de todos os inquéritos às famílias, incluindo aspetos relativos às condições concretas relacionadas com a recolha direta, visando a correção de práticas deficientes e a adoção de melhores práticas.

Aprofundamento do estudo para implementação de um processo de codificação automática das atividades e profissões, nomeadamente a consolidação de dicionários e a preparação para entrada em produção da codificação de variáveis sobre atividades e profissões nos inquéritos às famílias.

Continuação do estudo para a recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (*scanner data*), nomeadamente no que se refere à definição da sua especificidade na componente operacional.

	Avaliação do alargamento da recolha centralizada de preços de âmbito nacional no IPC, quer através do recurso à internet, quer através de recolha presencial numa única loja de "Cadeias Comerciais Nacionais". Implementação de melhorias nas aplicações de recolha do IPC, promovendo a sua integração crescente no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos e reduzindo a lógica regional que a aplicação do IPC ainda apresenta. Início do Estudo de viabilidade sobre a utilização da definição de 'residência habitual' (Usual residence population definition: Feasibility studies) nas estimativas de população residente e estatísticas demográficas. Estudo dos impactos de alteração metodológica de cálculo de indicadores demográficos (e.g. idade média ao nascimento de um filho e idade média ao nascimento do primeiro filho), passando o cálculo a basear-se em taxas (rate based). Início dos trabalhos do projeto de desenvolvimento de novos subsistemas de processamento e de divulgação estatísticas do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. (DGPJ/MJ)
LA8. Proceder à integração das estatísticas económicas, sociais e ambientais, tendo designadamente em conta as recomendações do Relatório *Stiglitz-Sen-Fitoussi*	**2013** Participação e desenvolvimento de trabalhos no *Expert Group on Disparities in a National Accounts framework* (EG DNA) e acompanhamento do desenvolvimento de outros trabalhos decorrentes do Relatório *Stiglitz-Zen-Fitoussi* e "GDP and Beyond". 2015 Acompanhamento dos trabalhos decorrentes do Relatório *Stiglitz-Zen-Fitoussi* e *GDP and Beyond*, nomeadamente participando no *Expert Group on Disparities in a National Accounts framework* (EG DNA), no intuito de produzir indicadores comparáveis de distribuição de rendimento, consumo e riqueza consistentes com o Sistema de Contas Nacionais.
LA9. Prosseguir a redução dos custos associados à produção das estatísticas oficiais (carga estatística sobre os respondentes e custos financeiros), através da adoção de metodologias científica e tecnologicamente inovadoras que garantam a qualidade dos resultados produzidos e de estímulos à resposta de famílias e empresas aos inquéritos do	**2013** Conceção e desenvolvimento da renovação da área *WebInq* no Portal, modernizando as suas funcionalidades e usabilidade, bem como preparando o seu alargamento aos inquéritos a indivíduos e famílias. Disponibilização de toda a documentação no âmbito do *WebInq* em formatos abertos, de acordo com o Plano de Ação do INE estabelecido no âmbito do Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012).

Sistema Estatístico Nacional	Disponibilização de novas funcionalidades no *WebInq*, no âmbito das empresas. Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados. Consolidação da análise dos para dados, que permite conhecer as condições da recolha (presencial e telefónica), bem como os padrões de resposta dos entrevistados. Continuação das ações de consolidação do sistema de gestão de processos de recolha. Continuação do desenvolvimento do sistema SIGINQ – Sistema Global de Gestão de Inquéritos, com integração da maioria das operações dirigidas às empresas e disponibilização de formulários eletrónicos. Disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas. Continuação da conceção e do desenvolvimento da recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (*scanner data*). Início da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), bem como de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias, que resultou em informação de identificação e localização mais atualizada e, consequentemente, melhoria das taxas de resposta. Consolidação do Sistema Integrado de Centro de Contactos (SICC), em especial o controlo de qualidade e atendimento a prestadores de informação assegurada por entrevistadores/as a partir de casa (*HomeCATI*). Consolidação de procedimentos para melhoria das taxas de resposta da recolha telefónica visando a otimização de recursos e redução de custos. Definição de uma nova metodologia de seleção da amostra e estimação de resultados no Inquérito Anual à Produção Industrial, com redução de cerca de 57% da dimensão da amostra. Renovação dos procedimentos de acompanhamento mensal das revisões do Comércio Internacional e de monitorização da eficácia da nova metodologia de estimação; incorporação da informação do Comércio Extracomunitário no Inquérito aos Trabalhos de Reparação do Comércio Internacional. Desenvolvimento de um estudo prévio de viabilidade para a construção de Índices de Preços do Comércio Internacional. Realização de estudo prévio sobre o modo de recolha via web junto das Famílias.

Adoção de variáveis dependentes no Inquérito ao Emprego, com vista à redução da carga sobre os respondentes.

Desenvolvimento e disponibilização de um novo formulário eletrónico do *Sistema Intrastat*.

Desenvolvimento de uma análise concetual do SEEPROS, em comparação com a abordagem das Contas Nacionais, na área da proteção social.

Utilização de aplicações eletrónicas para recolha de todas as operações estatísticas na área da Educação e Ciência. [DGEEC | MEC].

Início do processo de internalização de todas as aplicações de suporte às diferentes atividades estatísticas na área da educação. [DGEEC | MEC]

Análise funcional e desenvolvimento de uma solução técnica para recolha de dados estatísticos das três áreas da mediação pública (laboral, familiar e penal). [DGPJ | MJ].

2014

Renovação da área *WebInq* alargando o âmbito aos inquéritos a indivíduos e famílias.

Integração de todas as operações de recolha às empresas no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos (SIGINQ), com a disponibilização de formulários eletrónicos para a totalidade das operações de recolha por autopreenchimento.

Alargamento da disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas, que permite o envio de dados sem a necessidade do preenchimento de formulários *online*.

Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados durante o processo de recolha, permitindo a adoção de medidas corretivas em tempo útil e a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.

Implementação de nova metodologia de desenho da amostra, tratamento de não respostas e apuramento de resultados no Inquérito Anual à Produção Industrial, reduzindo em cerca de 2/3 a dimensão amostral. Aplicação de metodologias análogas ao Inquérito Anual às Empresas do Comércio e ao Inquérito aos Serviços Prestados às Empresas.

No âmbito do Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos desenvolveram-se projetos relacionados com: as comunicações fixas de voz e de dados, uma nova solução de *backups*, racionalização do Centro de Dados e de medidas de poupança de energia nos equipamentos e utilização VDI *Open Source*.

Alargamento do sistema de inquirição por via eletrónica às operações estatísticas da área do Trabalho e simplificação dos processos de recolha. (GEE/ME).

Desenvolvimento de novas ferramentas para a recolha de dados relativos ao Ensino Superior. (DGEEC/MEC).

Realização do Inquérito aos Doutorados 2012, com taxa de preenchimento *online* de 100%. (DGEEC/MEC).

2015

Alargamento da Transmissão Automática de Dados aos Inquéritos aos Hospitais (IHSP) e aos Trabalhos de Reparação/Comércio Internacional, Importação e Exportação (IREPIMP e REPEXP), a qual passou a abranger 14 operações.

Alteração das estratégias de contacto com os respondentes para a obtenção de respostas, que, em conjugação com a introdução de algumas simplificações do processo de contencioso, conduziu a um aumento das taxas de resposta nos inquéritos por autopreenchimento.

Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados, designadamente o *Business Objects* (BO), bem como dos paradados, durante o processo de recolha – tanto nos inquéritos às empresas e às famílias, como na recolha de preços – que permitirá a adoção, em tempo útil, de medidas para a melhoria/correção da qualidade dos dados recolhidos, bem como a implementação de um *dashboard* de atualização constante, para acompanhamento de desvios face às metas estabelecidas.

Alargamento da análise dos paradados, em especial os referentes aos comportamentos de resposta CAWI no Inquérito Nacional de Saúde 2014, cujos resultados serão tidos em consideração na conceção de outros inquéritos designadamente no Teste a realizar, em 2016, no âmbito do Estudo de Viabilidade para a Adoção de um Novo modelo Censitário em 2021.

Consolidação do modelo de gestão da qualidade na recolha de dados, nomeadamente designadamente através da definição, documentada de compromissos de níveis de serviço e de procedimentos de recolha e da elaboração de relatórios anuais de recolha por operação. Em 2015 foram acordados Níveis de Serviço para todas as operações de recolha por autopreenchimento.

Início da implementação de um Processo Integrado de Análise de Coerência, através da comparação da informação reportada pelas empresas aos diversos inquéritos do INE, bem como à Informação Empresarial Simplificada (IES).

Consolidação dos procedimentos de controlo de qualidade da informação recolhida, especialmente da monitorização das entrevistas e do acompanhamento do trabalho de campo realizado pelos entrevistadores.

Disponibilização regular de indicadores sobre honorários de entrevistadores.

No âmbito da monitorização da recolha telefónica, foi definido um sistema de alertas para sinalização de incumprimento dos procedimentos definidos com vista à melhoria da qualidade da informação recolhida.

LA10. Promover a implementação de sistemas de produção estatística flexíveis que permitam uma adaptação célere e eficaz a alterações nas necessidades dos utilizadores e minimizem os custos	**2014** Definição de um plano de *Disaster Recovery* para salvaguarda do Centro de Dados, em situações de falhas catastróficas na infraestrutura tecnológica. Elaboração das especificações e requisitos funcionais para a adaptação da aplicação de recolha do IPC a equipamentos móveis (*Grant* IPCED). Lançamento de um concurso público comunitário para desenvolvimento de novos subsistemas de processamento e de divulgação estatísticas do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. (DGPJ/MJ). **2015** Realizou-se o primeiro piloto experimental e preparou-se a realização de um segundo piloto a decorrer no início de 2016, no âmbito do projeto de adaptação da aplicação de recolha do IPC a equipamentos móveis (Grant IPCED). Aumento da dimensão da amostra do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), para permitir a apresentação de resultados a nível de NUTS II em 2018, e consolidação do processo de validação da recolha e de ampliação do plano de indicadores de validação interna.
LA11. Intensificar a dimensão espacial das estatísticas oficiais através de uma crescente integração da Infraestrutura Estatística de Referenciação Geográfica nas atividades de produção e divulgação	**2013** Desenvolvimento e consolidação da infraestrutura de dados espaciais (IDE). Aplicação das disposições de execução ao Conjunto de Dados Geográficos correspondente à Base Geográfica de Edifícios e Toponímia de Lugares Censitários, no âmbito da implementação da Diretiva Inspire. Início do processo de delimitação das Cidades Estatísticas. Preparação do processo de revisão das NUTS III portuguesas. Disponibilização de uma ferramenta de georreferenciação dos edifícios para planeamento do trabalho dos entrevistadores. Alargamento dos indicadores estatísticos ambientais georreferenciados. Desenvolvimento dos trabalhos no contexto do projeto LUCAS para definição de nova metodologia para estimação do uso e ocupação do solo ao nível das NUTS II e III apoiada em sistemas de informação geográfica e início da colaboração entre o INE e a DGEG/MAOTE no âmbito do estudo piloto.

	Desenvolvimento de trabalhos tendo em vista a georreferenciação das instituições do ensino superior. [DGEEC | MEC]. **2014** Atualizados os Metadados dos Conjuntos de Dados Geográficos dos temas da responsabilidade do INE, em conformidade com as disposições do INSPIRE. Aumento do nível de cobertura e qualidade da Base de Segmentos e Arruamentos e da Base Geográfica de Edifícios. Conclusão do processo de delimitação das Cidades Estatísticas e disponibilização de indicadores para a caracterização socio territorial das Cidades. Georreferenciação dos equipamentos de utilização coletiva, que constituem universo de referência para a difusão de resultados das operações estatísticas da área social. Conclusão do estudo piloto sobre estatísticas harmonizadas do uso e ocupação do solo a nível europeu, através da integração de dados nacionais com base em Tecnologias de Informação Geográfica, contendo a avaliação de fontes, sistematização de metodologias, resultados e metainformação associada, e avaliação de viabilidade de ciclos de atualização. Preparação da implementação das novas NUTS portuguesas. Início de trabalhos conducentes à georreferenciação de estabelecimentos de comércio a retalho - unidades de dimensão relevante. **2015** Georreferenciação do FUE e integração deste com a BGE (Base Geográfica de Edifícios). Adoção, a partir de 1 de janeiro de 2015, das NUTS 2013. Continuação da georreferenciação dos estabelecimentos de comércio de perfil Unidades Comerciais de Dimensão Relevante.
LA12. Dinamizar parcerias, nomeadamente com a comunidade científica, para o desenvolvimento da investigação em diferentes domínios das estatísticas oficiais	

LA13. Implementar novas metodologias estabelecidas no Manual do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC2010) e na 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI (BPM6), entre outras	**2013** Integração da informação de caráter estrutural na nova base de Contas nacionais (base 2011). Estimação de forma autónoma das operações e contas associadas a cada categoria de fundo de pensões, bem como os valores das contribuições sociais por setor institucional de contrapartida. Avaliação das Instituições Privadas Sem Fim Lucrativo (ISFLSF), consequente identificação de unidades de natureza mercantil e reclassificação destas no setor institucional das sociedades não financeiras. Integração da informação proveniente do OCIP no processo de cálculo das operações das Contas Nacionais para o setor institucional das ISFLSF. Revisão da metodologia passando a utilizar-se a informação proveniente da Informação Empresarial Simplificada sobre os Trabalhos para a própria empresa. Melhoria da metodologia de estimação das rendas imputadas com base nos Censos 2011, cujos resultados foram incorporados na mudança de base em curso. Estudo de reavaliação e enquadramento metodológico sobre as *Special Purpose Entities* (SPE) no contexto da avaliação do impacto da alteração do tratamento das SPE no PIB da Região Autónoma da Madeira. Elaboração de um relatório preliminar sobre os setores S11 e S12 e concretizada uma primeira estimativa para o património habitacional das famílias, no âmbito das contas de património não financeiro por setor institucional. Atualização do documento metodológico das contas nacionais trimestrais na base 2006. Conclusão do relatório de progresso relativo ao estudo de viabilidade das Contas Nacionais Trimestrais a 60 dias. **2014** Conclusão e apresentação das Contas Nacionais Portuguesas (na base 2011), decorrente da implementação do SEC 2010. Elaboração da retropolação das Contas Nacionais para os anos 1995 a 2009. Conclusão do estudo de viabilidade da produção de Contas Nacionais Trimestrais para o conjunto da economia até 60 dias após o final do trimestre de referência.

	Compilação de resultados ajustados de efeitos de calendário para o PIB e componentes. Realização de um estudo de viabilidade sobre estimativas rápidas do PIB a 30 dias. Elaboração de estudo sobre a correção de sazonalidade nas contas trimestrais por setor institucional. Elaboração de estudo sobre estimativas preliminares do VAB e do emprego por NUTS. **2015** Recuperação do calendário de produção das Contas Nacionais Anuais, apresentando resultados relativos aos anos 2012 (em março) e 2013 (em setembro), após a implementação da mudança de base e do SEC 2010, alinhando novamente o calendário de produção com as melhores práticas a nível europeu. Elaboração do inventário de fontes e métodos das contas nacionais, obrigatório por regulamentação da União Europeia. Continuação do estudo para compilação de estimativas rápidas 30 dias para as Contas Nacionais Trimestrais, após o final de trimestre de referência, ao abrigo de uma subvenção do Eurostat. Início dos trabalhos de elaboração do Sistema de Matrizes Input/Output para o ano de 2013 (conclusão e divulgação em 2016). Aumento progressivo do número de variáveis trimestrais corrigidas de sazonalidade, e de efeitos de calendário no domínio das Contas de Setores Institucionais, antecedendo, se possível, os compromissos estabelecidos no programa de transmissão SEC 2010. Promoção da melhoria de qualidade da informação, no âmbito das contas das Administrações Públicas, sobre a Administração Local, em articulação com a Direção-Geral do Orçamento e através do aprofundamento da colaboração com a Direção-Geral das Autarquias Locais ou, caso não seja possível, através de mecanismos autónomos de recolha de informação pelo INE.
LA14. Assegurar uma resposta do Sistema Estatístico Nacional à nova legislação da União Europeia sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente na área das finanças públicas	**2014** Compilação das Contas Anuais das Administrações Públicas 1995-2013 de acordo com o SEC 2010 e tendo 2011 como ano base. Compilação das contas trimestrais desde o primeiro trimestre de 1999, coerentes com a nova série de contas anuais. Implementação de todas as recomendações e orientações, quer do SEC 2010 quer do Manual do Défice e da Dívida, de modo a garantir total coerência do sistema global.

	2015 Reformulação do inventário do PDE, adaptando-o às alterações decorrentes da mudança de base das contas nacionais e da implementação do SEC2010.
LA15. Prosseguir o desenvolvimento das Contas Nacionais Portuguesas, nomeadamente com a produção das contas do património dos setores institucionais (em linha com o enquadramento conceptual ao Sistema Europeu de Contas SEC 2010) e aumentar a informação a disponibilizar	**2013** Divulgação de Contas Regionais provisórias de 2011 e preliminares de 2012 e preparação da informação de caráter regional, em linha com os trabalhos de mudança de base das Contas Nacionais. Início da compilação de Contas da Energia. Preparação da mudança de base (base 2011) das Contas Económicas da Agricultura, Contas Económicas da Agricultura Regionais, Contas Económicas da Silvicultura e Conta Satélite da Saúde. Início da compilação de Contas de bens e serviços ambientais e Despesas de proteção ambiental, no âmbito dos estudos-piloto sobre os novos módulos do Regulamento das Contas Económicas do Ambiente. Início do estudo de viabilidade da Conta Satélite da Cultura, Conta Satélite do Desporto, Conta Satélite do Mar e Conta Satélite da Energia (esta última em colaboração com a DGEG|MAOTE). **2014** Disponibilização das Contas Satélite de produção regular, de acordo com o SEC 2010. Início da compilação de Contas da Energia, Conta de Bens e Serviços Ambientais e Despesas de Proteção Ambiental. Desenvolvimento de estudos de viabilidade para novas Contas Satélite (Cultura, Desporto, Mar). Colaboração no Projeto de "Monitorização e Indicadores" da Estratégia Nacional para o Mar (SEAMind), por solicitação da Direção Geral da Política do Mar. **2015** Implementação da NUTS 2013 nas Contas Regionais, início da elaboração de séries retrospetivas desde 2000 e consolidação da compilação particularmente para os anos em que não existem ainda contas nacionais anuais finais Continuação do desenvolvimento de novas contas satélite como a cultura, mar e desporto; início da atualização, de acordo com a base 2011

	das contas nacionais, das contas satélite da economia social e da conta satélite do turismo; e compilação de contas da energia, conta de bens e serviços ambientais e despesas de proteção ambiental. Implementação do novo manual metodológico e do futuro Regulamento da Conta Satélite da Saúde. Compilação das rendas e preços de terrenos agrícolas relativos a 2010-2014, no âmbito do *Grant* do Eurostat (*Data collection system for agricultural land prices and rents following the common target methodology* e elaboração do relatório final. Participação nos trabalhos de revisão das propostas de indicadores para os objetivos de desenvolvimento sustentável (IAEG-SDG) e preparação da apresentação do INE sobre IDS no Dia da estatística. Divulgação das estimativas regionais preliminares de emprego total (indivíduos) para 2014, em cumprimento das obrigações de reporte estabelecidas no programa de transmissão SEC 2010. Disponibilização de indicadores preliminares das Contas Regionais em NUTS 2013. Início da elaboração do relatório metodológico das contas anuais dos setores institucionais (*Grant* do Eurostat). Disponibilização da seguinte informação: Contas Satélite de produção regular (Saúde e Silvicultura) Conta Satélite da Cultura (1ª edição) Contas Nacionais Anuais 2012/2013 Contas Nacionais por Setor Institucional 2012/2013 Contas Nacionais Anuais Preliminares 2014 Estatísticas das Receitas Fiscais 2014 Contas Preliminar e Provisória das Administrações Públicas 2014 Notificações do Procedimentos de Défices Excessivos 2015 Contas Nacionais Trimestrais 2015

	Contas Trimestrais dos Setores Institucionais 2015 Índices Trimestrais dos preços da Habitação.
LA16. Promover os estudos necessários à minimização da dimensão e frequência das revisões da informação difundida	**2014** Implementação de melhorias nas metodologias e procedimentos de estimação do Comércio Internacional, que implicaram a redução das revisões regulares. Definição de uma nova metodologia de revisões para o Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas.
LA17. Consolidar a produção das estatísticas da área económica e ambiental e aperfeiçoar os mecanismos de monitorização dos compromissos assumidos pelo País a nível nacional e internacional	**2013** Divulgação da nova série do Índice de Custo de Trabalho (base 2008). Divulgação do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (10ª edição). Mudança de base da generalidade dos Indicadores de curto prazo, tendo como referência o ano de 2010 (Regulamento CE 1165/98 do Conselho de 19 de maio, artigo 11º, ponto 2). Harmonização e divulgação das séries do Índice de Preços no Consumidor, por NUTS II. Implementação da COICOP a 5 dígitos ao nível do IPC e do IHPC e cálculo de índices retrospetivos desde dezembro de 2008. Divulgação dos principais resultados obtidos no âmbito do estudo sobre as Cadeias de Valor Globais através do destaque "A globalização e as empresas portuguesas". Melhoria da cobertura do universo das Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS) e divulgação dos principais resultados da estrutura da atividade das filiais estrangeiras no ano de 2011. Divulgação, pela primeira vez, de resultados de Custos das Mercadorias Vendidas das empresas de Comércio, discriminados por tipo de produtos, abrangendo os setores automóvel, grossista e retalhista. Desenvolvimento dos indicadores de *Decoupling*, correspondentes à desmaterialização de materiais, descarbonização e desnitrificação. Alargamento da informação estatística relativa ao mercado de carbono (Comércio Europeu de Licenças de Emissão).

	Desenvolvimento das estatísticas das patentes, informação sobre o número de praias com bandeira azul, informação sistematizada para o ambiente relativa ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e informação sobre Instrumentos de Gestão Ambiental. Disponibilização dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável relativos a 2012. Participação nos trabalhos do Projeto *SEAMind* para a "Monitorização e indicadores de apoio à Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 numa lógica de desenvolvimento sustentável". Consolidação da produção de índices de preço da habitação com recurso a informação de natureza fiscal. Início de elaboração de um estudo de viabilidade para a produção de estatísticas de preços e de rendas de terras agrícolas. Disponibilização, pela primeira vez, de dados sobre os Estabelecimentos em Portugal no âmbito do Sistema de Contas Integrados das Empresas, relativos aos anos 2008 a 2011. Divulgação de informação sobre as principais características das sociedades e sua evolução, com indicadores de avaliação do grau de concentração setorial e comparação entre as características e desempenho entre sociedades para as quais o mercado externo de bens é relevante e as restantes. Participação na reformulação/simplificação do Sistema *Intrastat* (SIMSTAT), em curso ao nível da União Europeia. Alargamento da informação disponibilizada sobre as Unidades Comerciais de Dimensão Relevante, em particular no que se refere a produtos vendidos, meios de pagamentos e marca própria. Ajustamentos das nomenclaturas: Nomenclatura Combinada e Nomenclaturas Económicas para suporte à produção de resultados, decorrentes das alterações implementadas no Sistema Harmonizado. Preparação e início da recolha do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013. Realização e disponibilização de resultados do Inquérito à Horticultura (2ª edição). Divulgação de informação sobre o setor da floricultura. Divulgação do estudo sobre o "Autoabastecimento alimentar". Recolha da informação de base para elaboração de uma nova edição da Balança Alimentar 2008/2012. Divulgação dos resultados do Inquérito ao Transporte Rodoviário de Passageiros 2012.

	Alargamento do número de indicadores divulgados sobre Comunicações, em particular sobre Telecomunicações e disponibilização de novos indicadores sobre Serviços Postais. Divulgação, pela primeira vez, de resultados anuais das atividades de Alojamento Local e Turismo no Espaço Rural. Realização do Inquérito ao Movimento de Pessoas e Gastos Turísticos, que envolveu significativos meios logísticos na recolha. Início da produção de estimativas de dormidas em estabelecimentos de alojamento com menos de 10 camas. Inclusão de novas variáveis no Inquérito à Permanência nos Parques de Campismo. Realização do Inquérito às Rendas de Habitação, com adoção do modo misto de recolha (presencial e telefónico). Início da recolha do inquérito ao custo da mão-de-obra. [GEE | ME] Preparação da revisão do Inquérito Europeu à Formação Profissional Contínua (CVTS). [GEE | ME] Início do tratamento da informação relativa à ocorrência de Acidentes de Trabalho no sector público. [GEE | ME] Disponibilização do Balanço Energético Sintético 2012 e das Estatísticas das Minas (dados provisórios referentes a 2012. [DGEG | MAOTE] **2014** Realização dos inquéritos: Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas, Inquérito sobre Perspetivas de Exportação de Bens e Inquérito à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Hospitais. Preparação do Inquérito ao Turismo Internacional, a realizar em 2015. Reformulação do Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos. Compilação e análise da informação recolhida no âmbito dos inquéritos agrícolas (setoriais e estruturais) relativa aos usos de pesticidas. Atualização da estrutura de ponderação anual do IPC e IHPC, com base em informação das Contas Nacionais, bem como de fontes complementares. Implementação da COICOP a 5 dígitos ao nível do IPC e do IHPC. Compilação em curso do Inventário de fontes e métodos e do relatório de qualidade do IHPC para reporte ao Eurostat.

Conclusão de um índice de preços administrados no consumidor e sua compilação regular.

Elaboração de estudo de viabilidade para a produção de Índices de Preços do Comércio Internacional.

Consolidação da produção de índices de preço da habitação com recurso a informação de natureza fiscal.

Início dos trabalhos para a implementação de um sistema de recolha de preços e rendas de terrenos agrícolas.

Divulgação de dados sobre a transação de habitações. Desenvolvimento do trabalho de apropriação dos microdados (fiscais) e construção da respetiva base de dados de suporte ao projeto de cálculo do índice de preços de propriedades comerciais.

Participação no projeto europeu para simplificação do Comércio Internacional (SIMSTAT – Single Market Statistics).

Participação no projeto europeu Micro data *linking of Structural Business Statistics and other business statistics* para criação de um painel de empresas relativo a diferentes fontes de informação, para o período 2008 a 2012.

Revisão dos formulários da Informação Empresarial Simplificada 2014, com particular incidência nos quadros que fornecem informação para os projetos Filiais de Empresas Estrangeiras, Grupos de Empresas e Contas Nacionais.

Preparação do Inquérito aos Custos de Contexto.

Divulgação da "Balança alimentar" para o período 2008-2012.

2015

Realização dos seguintes inquéritos:

Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Investimento

Inquérito sobre as Perspetivas de Exportação de bens

Inquérito aos Custos de Contexto das Empresas.

Inquérito ao Turismo Internacional 2015/2016: início da recolha em fronteiras dos modos terrestre, aéreo e marítimo.

Divulgação de mais indicadores estatísticos, preferencialmente georreferenciados, e continuação do trabalho relativo à economia verde e indicadores de crescimento verde, com particular incidência nas áreas dos recursos naturais e da conservação da natureza, da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

	Produção de informação relativa aos usos dos pesticidas no âmbito do Regulamento (CE) nº 1185/2009, em articulação com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). Início da preparação da mudança de base dos indicadores de curto prazo (base 2015), avaliando e implementando com suficiente antecedência o reforço das amostras que permita garantir a recolha atempada da informação, evitando situações de inquirição retrospetiva que sobrecarregam os respondentes. Divulgação de dados do Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores (IQCC) com base numa nova amostra, apresentando dados retrospetivos consistentes. Preparação da mudança das amostras dos Inquéritos Qualitativos às Empresas, tendo em vista o início da inquirição simultânea em maio de 2015. Implementação faseada do projeto de produção de Índice de Preços nos Serviços, em linha com as exigências comunitárias. Lançamento da operação de recolha de preços da indústria por mercado, de modo a produzir índices de preços na indústria para o mercado externo (zona Euro e não Euro). Desenvolvimento e finalização dos trabalhos da base 2010 dos preços e índices de preços dos produtos agrícolas e dos meios de produção na agricultura (PRAG output e input); retropolação ao ano 2000 dos índices anuais e trimestrais; entrada em rotina da informação mensal, trimestral e anual. Atualização da estrutura de ponderação anual do IPC e IHPC, com base em informação das Contas Nacionais, bem como de fontes complementares. Introdução de melhorias de qualidade em algumas áreas do IPC/IHPC, como sejam os pacotes turísticos e cinema, concertos e teatro. Compilação do Inventário de fontes e métodos e do relatório de qualidade do IHPC para reporte ao Eurostat. Consolidação do inquérito mensal às rendas de habitação, dando continuidade aos trabalhos de identificação de formas de atualização regular da base de amostragem, de modo a captar novos fluxos de arrendamento. Produção de indicadores da taxa de juro por NUTSI, cuja divulgação se iniciará no início de 2016. Adaptação da metainformação dos indicadores de curto prazo de acordo com os padrões do Eurostat. Atualização da série cronológica do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), de acordo com a Nova Base das Contas Nacionais.

	Continuação da reformulação metodológica do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Realização do Inquérito aos Custos de Contexto das Empresas, para caracterização dos custos referentes ao enquadramento da atividade empresarial em Portugal, nomeadamente os de natureza administrativa Reformulação dos impressos relativos ao Anexo R – Informação sobre estabelecimentos das sociedades não financeiras, no contexto da Informação Empresarial Simplificada (tendo em conta as necessidades da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia). Divulgação, pela primeira vez, de dados preliminares relativos às estatísticas das Filiais das Empresas Estrangeiras para o ano 2014. Início dos testes para a troca mensal de microdados entre os Estados-membros, a realizar durante o 2º e 3º trimestres de 2015 no contexto do SIMSTAT. Continuação da produção dos Índices de Valor Unitário do Comércio Internacional para disponibilização às Contas Nacionais. Divulgação dos resultados do "Inquérito às Perspetivas de Exportação de Bens – 2015". Preparação do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016. Estudo sobre a divulgação de dados sobre marcas e patentes em colaboração com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, informação importante também no âmbito da criação e atualização de indicadores de monitorização do QREN. Preparação do Inquérito à Caracterização da Habitação Social, em colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) a realizar em 2016. Especificação das alterações a implementar no SIOU, a partir de janeiro de 2016, para a sua adaptação à legislação nacional (nomeadamente ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), para harmonização de conceitos e definições e para a adaptação às novas necessidade da Estratégia Nacional para a Habitação. Introdução de melhorias na publicação "Estatísticas de Comércio". Reformulação do Inquérito ao transporte rodoviário de mercadorias, para implementação em 2016. Análise da produção de estatísticas de transporte de passageiros nas Regiões Autónomas, tendo em vista a harmonização de metodologias e produção de resultados a nível nacional. Desenvolvimento do primeiro estudo exploratório sobre a viabilidade de produção futura de estatísticas intermodais.

	Introdução de melhorias nas estatísticas de transporte aéreo, anuais e trimestrais. Adoção dos sistemas de bilhética para efeitos de estatísticas de transporte ferroviário e fluvial, sempre que aplicável. Produção de resultados sobre o Sistema do Metro Sul do Tejo. Realização do Inquérito ao Turismo Internacional, de periodicidade irregular, com dados de referência relativos a 2015/2016. Início da recolha de informação sobre acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida no setor do alojamento. Racionalização do número de inquéritos por via de fusão de operações estatísticas dentro do mesmo tema, no setor da hotelaria, colónias de férias e pousadas da juventude. Reporte, pela primeira vez, ao Eurostat, de variáveis de excursionismo, entre outras, apuradas através do Inquérito às Deslocações dos Residentes (IDR), dando cumprimento ao Regulamento Nº 692/2011 sobre Estatísticas de Turismo. Continuação da expansão da cobertura dos inquéritos à hotelaria e similares aos novos estabelecimentos de alojamento local, de acordo com a metodologia dos inquéritos aplicáveis. Divulgação dos resultados do Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias e nas Empresas – 2015.
LA18. Produzir e disponibilizar informação em novas áreas, ou em áreas com insuficiente cobertura estatística, nomeadamente na área social possibilitando o acompanhamento de questões emergentes nos domínios das condições de vida das famílias, das desigualdades e dos indicadores de bem-estar	**2013** Conclusão dos trabalhos dos Censos 2011. Realização do módulo ad hoc de 2013 do Inquérito ao Emprego sobre "Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho". Preparação do módulo ad hoc 2014 do Inquérito ao Emprego sobre "Migrantes e seus descendentes no mercado de trabalho". Divulgação dos resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2010 e índices parciais de Competitividade, Coesão e Qualidade ambiental. Disponibilização da informação do Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2012. Disponibilização dos primeiros resultados do Inquérito à Fecundidade 2013 (em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos). Divulgação de indicadores de resposta aos fenómenos emergentes de emigração temporária e envelhecimento demográfico.

	Disponibilização do indicador "Esperança Média de Vida" numa base definitiva para 2012 e numa base provisória para 2013. Realização do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias 2013, antecipando-se o processo de recolha de dados, com integração de um módulo de variáveis relativas ao Bem-estar. Divulgação do Índice de Bem-estar para Portugal. Realização da 2ª edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em parceria com o Banco de Portugal. Disponibilização de informação sobre os impactos dos incêndios de grande dimensão, dando cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2012. Disponibilização dos resultados da 2ª edição do Inquérito à Educação e Formação de Adultos. Preparação de uma publicação sobre o "Risco de morrer em Portugal", em parceria com a Direção-Geral da Saúde. Preparação do Inquérito Europeu de Saúde, em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e com a Direção-Geral da Saúde. Continuação da compilação de informação para o universo de cidades portuguesas considerado no âmbito do projeto europeu Auditoria Urbana V. Preparação de um estudo para a construção de uma Tipologia socioeconómica para a análise das dinâmicas territoriais nas Áreas Metropolitanas e no País. Disponibilização de indicadores censitários de 2011 associados ao sistema de indicadores de caracterização socioeconómica de microterritórios. Divulgação dos estudos "Reabilitação do parque habitacional: evolução e situação atual" e "Onde e como vivem os portugueses: caracterização do parque habitacional em 2011", com base em informação dos Censos 2011. Reformulação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU). Disponibilização, pela primeira vez, de informação estatística oficial relativa a alunos com necessidades educativas especiais. [DGEEC | MEC] Realização dos seguintes estudos: "Modelo de previsão do número de alunos em Portugal – impacto do alargamento da escolaridade obrigatória"; "Modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo"; Estudos sobre a mobilidade de estudantes do ensino superior provenientes da CPLP com recurso às bases de dados do RAIDES; "O perfil dos doutorados em Portugal"; "A empregabilidade no ensino superior". [DGEEC | MEC]

	Introdução de novas variáveis nas operações estatísticas da área da educação, nomeadamente relacionadas com o regime de frequência dos alunos e regime de exercício de funções dos docentes (tempo completo/tempo parcial). [DGEEC | MEC] Realização do Inquérito aos Doutorados 2012, que foi pela primeira vez uma operação estatística censitária. [DGEEC | MEC] Realização do Inquérito Comunitário à Inovação CIS 2012. [DGEEC | MEC] Produção e divulgação das Estatísticas dos processos executivos cíveis nos tribunais judiciais de 1ª instância. [DGPJ | MJ] **2014** Realização do Inquérito Nacional de Saúde, em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Divulgação dos resultados do Inquérito à Fecundidade no âmbito do protocolo celebrado com a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Produção e divulgação de um Índice de Bem-estar para Portugal, relativo ao período 2004-2013. Realização do Inquérito à Situação dos Migrantes e Seus Descendentes no Mercado de Trabalho e preparação do Inquérito à organização do trabalho e do tempo de trabalho (módulos ad hoc do Inquérito ao Emprego). Implementação da classificação ISCED 2011 nos inquéritos às famílias, de forma a assegurar a harmonização de procedimentos a nível nacional e internacional, conforme regulamentado a nível europeu. Realização do Inquérito piloto à Mobilidade na Aprendizagem. Preparação do Inquérito às Despesas das Famílias. Realização do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) e do módulo ad hoc sobre privação material. Análise exploratória de informação produzida no âmbito do *Labour Force Survey* dos restantes países comunitários, com o objetivo de analisar perfis por sexo e idade da emigração portuguesa. Tratamento dos resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em articulação com o Banco de Portugal. Divulgação dos resultados sobre receitas e despesas de proteção social e sobre beneficiários de pensões (SEEPROS) e sobre prestações líquidas de proteção social. Divulgação dos resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e índices parciais de Competitividade, Coesão e Qualidade

ambiental.

Disponibilização do estudo Tipologia socioeconómica das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Disponibilização de informação para o projeto europeu Auditoria Urbana de caraterização das condições de vida nas cidades de grande e média dimensão da União Europeia.

Operacionalização da Tipologia de áreas urbanas (TIPAU 2014) para as freguesias de acordo com a geografia de difusão dos Censos 2011 e de acordo com a CAOP 2013 (reforma administrativa do território das freguesias).

Divulgação do Inquérito aos Municípios sobre o Impacto dos Incêndios de Grande Dimensão.

Realização de um inquérito-piloto à mobilidade de estudantes no contexto europeu.

Desenvolvimento do modelo de previsão do número de alunos do ensino básico e secundário em Portugal por regiões, para os anos de 2012/18 e 2013/19. (DGEEC/MEC)

Realização de estudo sobre a estimação das entradas da matriz de probabilidades de transição a um passo nas categorias das carreiras docentes (nas universidades e nos politécnicos). (DGEEC/MEC)

Constituição de base de dados que permite a elaboração de rankings das escolas que ministram os ensinos básico e/ou secundário. (DGEEC/MEC)

Disponibilização de quadros estatísticos no âmbito do RAIDES. (DGEEC/MEC)

Publicação dos principais indicadores sobre a utilização das TIC pela Administração Pública Central e Regional e pelas Câmaras Municipais. (DGEEC/MEC)

Divulgação da publicação "Sociedade de Informação em Portugal 2013". (DGEEC/MEC)

Divulgação, a nível nacional dos resultados definitivos do IPCTN12, nomeadamente os Sumários estatísticos e uma série temporal (de 1982 a 2012) com os principais indicadores de I&D (DGEEC/MEC)

Desenvolvimento do estudo sobre o perfil dos doutorados em Portugal com base nos resultados do Inquérito aos Doutorados. (DGEEC/MEC)

2015

Estudo para a implementação da recolha eletrónica em operações estatísticas às famílias (CAWI), cujas amostras se baseiam em esquemas de

	rotação, designadamente o Inquérito ao Emprego. Preparação do Inquérito às Despesas das Famílias 2016. Realização do módulo *ad hoc* do IE de 2015, sobre Organização do trabalho e do tempo de trabalho. Preparação do módulo *ad hoc* do IE de 2016, sobre Os jovens no mercado de trabalho. Realização do Inquérito às Despesas das Famílias, de periodicidade quinquenal, com dados de referência relativos a 2015. Recolha, apuramento e análise dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2015, com incremento da dimensão da nova rotação da amostra no quadro do processo de regionalização NUTS II. Recolha, apuramento e análise dos dados do módulo *ad hoc* EU-SILC 2015 sobre participação social e cultural e privação material, necessários à monitorização e revisão dos indicadores de *privação material no âmbito programa Europe 2020 – A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Realização da análise de coerência dos resultados de um projeto piloto do Eurostat, sobre mobilidade de estudantes, conduzido no 4º trimestre de 2014 conjuntamente com o IE. Preparação do Inquérito à Educação e Formação de Adultos de 2016. Apuramento e análise dos indicadores relativos à publicação "Risco de morrer 2013", em colaboração com a Direção-Geral da Saúde. Apuramento e análise dos indicadores relativos à publicação "Estatísticas da Saúde 2013", a publicar por ocasião do Dia Mundial da Saúde. Divulgação dos resultados sobre receitas e despesas de proteção social (SEEPROS) e sobre beneficiários de pensões (SEEPROS), relativos a 2013; e sobre prestações líquidas de proteção social relativos a 2012. Recolha da informação necessária aos exercícios SEEPROS 2014 junto dos prestadores de ação social. Estruturação do Sistema de Informação de suporte à monitorização de contexto e de resultados do 'Portugal 2020', tendo em consideração os objetivos associados a cada um dos respetivos domínios, os conteúdos já disponibilizados no sistema de Indicadores de Contexto do QREN, o quadro regular de produção do Sistema Estatístico Nacional e a implementação das NUTS 2013. Continuação do processo de integração de informação para a construção de indicadores de caracterização das cidades, aglomerações urbanas e áreas urbanas funcionais, enquanto unidades espaciais associadas ao universo de cidades portuguesas consideradas no âmbito do

	projeto europeu Auditoria Urbana, e de caracterização das NUTS 3 como base de suporte à política regional e urbana da Comissão Europeia. Preparação da informação de base para apuramento de novos indicadores decorrentes das estimativas de população residente, estruturados de acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas até ao nível das NUTS III, para alargar a informação estatística disponibilizada para avaliação das assimetrias territoriais de desenvolvimento. Estudo da viabilidade do Inquérito à Empregabilidade dos diplomados do ensino superior no quadro da importância que este tema tem vindo a assumir nos contextos nacional e da UE. (DGEEC/MEC) Continuação da implementação da classificação ISCED 2011. (DGEEC/MEC) Continuação da implementação da nova CNAEF - Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação. (DGEEC/MEC) Implementação dos novos conceitos na área da Educação. (DGEEC/MEC) Desenvolvimento de indicadores e calibração das escalas das grelhas de avaliação das candidaturas ao POCH, no âmbito do Portugal 2020. (DGEEC/MEC) Preparação do inquérito do Mar, e recolha dos dados, para as instituições do ensino superior (por solicitação do INE no quadro do Portugal 2020). (DGEEC/MEC) Alargamento do âmbito de difusão de estatísticas da Justiça a novas áreas de interesse para a sociedade. (DGPJ/MJ) Melhoria da qualidade das estatísticas da Energia e dos Recursos Geológicos, com especial incidência no cumprimento dos prazos de disponibilidade da informação. (DGEG/ME) Divulgação, no site da DGEG, de informação estatística relativa à Energia e Recursos Geológicos em áreas de especial interesse e relevância para o conhecimento dos respetivos setores de atividade, com disponibilização dos respetivos documentos metodológicos. (DGEG/ME) "Energia em Portugal – Principais números" (2005-2013) - publicação gráfica da evolução dos principais indicadores energéticos. (DGEG/ME) "Energia em Portugal, 2013" – publicação elaborada pela DGEG tendo por base a informação estatística produzida relativa à Energia. (DGEG/ME) Recolha, tratamento e validação de dados estatísticos atualizados sobre a Sociedade de Informação em Portugal; apuramentos; início da preparação da publicação "Sociedade de Informação em Portugal 2014". (DGEEC/MEC)

	Preparação do Inquérito Comunitário à Inovação 2012-2014, em colaboração técnica com o INE. (DGEEC/MEC) Participação na Reunião do Comité Técnico da RICYT (Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia). (DGEEC/MEC) Participação na Mesa Redonda dedicada à Perceção Pública sobre Ciência - Manual de Antiqua. (DGEEC/MEC) Disponibilização de Estatísticas dos tribunais judiciais de 1ª instância: Processos de insolvência e falência, Processos executivos cíveis e de Estatísticas sobre processos de insolvência, de falência e de recuperação de empresas com visto em correição. (DGPJ/MJ) Definição de indicadores e disponibilização de dados para os Programas Operacionais. (DGEEC/MEC) Antecipação na disponibilização das seguintes ocorrências, não prevista inicialmente para 2015, mas permitida pela qualidade da informação enviada pelos operadores: Estatísticas do carvão; Estatísticas do crude e dos produtos de petróleo; Estatísticas do gás natural; Estatísticas dos preços de venda ao público dos combustíveis líquidos e gasosos; Estatísticas dos preços de importação e exportação dos produtos energéticos. (DGEG/ME) Disponibilização da seguinte informação: Estatísticas Demográficas Anuais 2013/2014 Estimativas da População 2014 Indicadores Demográficos 2014 Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2014 (resultados provisórios) SEEPROS 2012 Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2012-2013 Tábuas completas de mortalidade 2012 2014 Índices trimestrais de custo do trabalho Informação mensal e trimestral do inquérito ao emprego Retrato territorial de Portugal 2013.

LA19. Continuar o alargamento da produção de séries cronológicas para os indicadores mais relevantes	**2013** Revisão e disponibilização de um conjunto de séries na área demográfica, com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, nomeadamente: Estimativas anuais da População Residente 2001-2010 (série definitiva), Estimativas de População Residente 1991-2000 (série definitiva-revista), Estimativas provisórias da População Residente 2011 e 2012, Indicadores demográficos 1991-2011 (série revista), Estimativas mensais de População Residente 2001-2010 para regiões NUTS III, Estimativas da Imigração e da Emigração 2008-2011 (série revista). Revisão das metodologias de cálculo das Estimativas Provisórias da População Residente, para o período pós censitário (Censos 2011), com divulgação de indicadores revistos. Definição da metodologia do novo exercício de Projeções de População Residente 2010-2060 para Portugal e Regiões. Revisão das tábuas de mortalidade regionais para NUTS II e NUTS III e divulgação dos respetivos indicadores para os períodos 1999-2001 a 2009-2011 e 2004-2006 a 2009-2011, respetivamente. Conclusão da construção de séries longas do Índice de Preços no Consumidor. **2014** Disponibilização das Estimativas Provisórias da População Residente em 31 de dezembro de 2013, por sexo, idade e municípios (série pós censitária – Censos 2011) e das Estimativas Provisórias de População Residente em Portugal em 31 de dezembro de 2013, por nacionalidade e naturalidade. Disponibilização das Estimativas da Imigração e da Emigração, por sexo, idade, nacionalidade e país (grupos) de destino, em 2013. Disponibilização das Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal e Regiões e disponibilização das respetivas funções relativas ao triénio 2011-2013, e divulgação do indicador "Esperança de Vida aos 65 anos" para o triénio 2012-2014 (dado provisório antecipado). Estudo sobre a viabilidade de produção das Tábuas Completas de Mortalidade Prospetivas para Portugal e respetivas funções (e.g., esperanças médias de vida). Divulgação de um novo exercício de Projeções Demográficas relativo à População Residente, por idades e sexos, 2011-2060, para Portugal e Regiões NUTS II. Disponibilização no Portal da DGRM das edições das Estatísticas das Pescas desde 1969. (DGRM/MAM) **2015**

	Disponibilização das Estimativas Provisórias da População Residente relativas a 31 de dezembro de 2014, por sexo, idade e municípios (série pós censitária – Censos 2011) na geografia CAOP 2013, nas versões NUTS 2002 e NUTS 2013. Disponibilização das Estimativas Provisórias da População Residente relativas a 31 de dezembro de 2014 para Portugal, por sexo, idade, nacionalidade e naturalidade; das Estimativas da Imigração por sexo, idade, nacionalidade, naturalidade e país (grupos) de origem; das Estimativas da Emigração, por sexo, idade, nacionalidade e país (grupos) de destino, incluindo a disponibilização de informação estatística relativa a emigração permanente e temporária; e das estatísticas relativas à Aquisição da nacionalidade portuguesa (exercícios subordinados ao Regulamento (CE) Nº 862/2007 sobre Estatísticas das Migrações e Proteção Internacional). Divulgação de indicadores demográficos por NUTS III, na versão NUTS 2013, numa série retrospetiva com início em 2011. Divulgação dos resultados do inquérito à "Situação dos Migrantes e seus Descendentes no Mercado de Trabalho" - módulo ad-hoc de 2014 do Inquérito ao Emprego. Cálculo das Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal e Regiões (nas versões NUTS 2002 e NUTS 2013) e disponibilização das respetivas funções, designadamente o indicador "Esperança de Vida aos 65 anos" para 2014 e, numa base provisória, para 2015. Cálculo e disponibilização de Tábuas Completas de Mortalidade Prospetivas para Portugal.
LA20. Prosseguir com o aumento da desagregação geográfica para indicadores relevantes, assegurando o equilíbrio utilidade/custo	

Objetivo 2

Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística

LA1. Aumentar e aperfeiçoar a informação disponibilizada assegurando o cumprimento dos princípios, políticas e critérios de qualidade que enformam as estatísticas oficiais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos prazos	**2013** Disponibilização dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE) num padrão de 38 dias após o final do período de referência dos dados (antecipação em 7 dias face ao anterior padrão). Redução do padrão de disponibilização dos resultados trimestrais Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias (antecipação em 35 dias

(pontualidade), à manutenção de séries longas e à acessibilidade aos dados e respetiva metainformação (continuação do esforço de harmonização dos conteúdos) e à publicitação da revisão dos dados	face ao anterior padrão). Divulgação, com a antecipação em 15 dias, dos dados provisórios do Sistema de Contas Integradas das Empresas. Disponibilização antecipada dos resultados do módulo ad hoc do IE de 2012 "Transição para a reforma". Consolidação do processo de transmissão eletrónica de dados ao INE, relativos às estatísticas vitais, permitindo a disponibilização de três novos indicadores, numa base mensal, relativos à natalidade, mortalidade e nupcialidade. Realização de estudos e preparação das rotinas de cálculo para a produção e divulgação nacional, em 2014, de estimativas mensais da taxa de desemprego. Divulgação de um destaque com indicadores sobre a mulher perante o trabalho e a atividade profissional, no contexto do Dia Internacional da Mulher. Divulgação de uma publicação subordinada ao tema dos "20 anos do Sistema Intrastat". Divulgação de um destaque sobre a Influência do Mar na atividade económica, no contexto do Dia Nacional do Mar. Aumento do número de indicadores disponíveis no Portal de Estatísticas Oficiais. Início da divulgação mensal de resultados sobre as atividades de Campismo e de Colónias de férias. Divulgação de três publicações com a globalidade dos dados da educação (educação pré-escolar, ensinos básico, secundário e pós-secundário não superior, e ensino superior). [DGEEC | MEC] Divulgação de novos indicadores estatísticos trimestrais referentes ao Processo Especial de Revitalização e de indicadores estatísticos sobre a atividade económica das pessoas coletivas em causa. [DGPJ | MJ] Divulgação de indicadores estatísticos com cadência trimestral, sobre o movimento, a taxa de resolução processual e o saldo processual de processos executivos cíveis, bem como sobre a duração média desses processos findos. [DGPJ | MJ] Divulgação de 15 destaques no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) sobre: Crimes registados pelas autoridades policiais (2012), Movimento processual nos tribunais judiciais de 1ª instância (1996-2011), Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas, Estatísticas trimestrais sobre ações executivas cíveis; Publicação "Os números da Justiça 2012". [DGPJ | MJ] Divulgação dos sumários estatísticos referentes ao Inquérito aos Doutorados 2009 (CDH09). [DGEEC | MEC]

Disponibilização das publicações: Sumários Estatísticos IPCTN11; Lista de empresas e unidades hospitalares com mais despesa em I&D em 2011; resultados provisórios do IPCTN12; Sociedade da Informação em Portugal 2012; Produção Científica: Séries Estatísticas 2012; Produção Científica: Indicadores Bibliométricos 2012. [DGEEC | MEC]

O INE e as EDC disponibilizaram 93,0% das ocorrências de informação estatística no prazo previsto no plano de atividades.

2014

Aumento do número de indicadores disponibilizados na Base de Dados do Portal.

Revisão e divulgação das séries trimestrais e anuais de estimativas do Inquérito ao Emprego, decorrente da revisão da série de estimativas mensais da população residente (com base nos resultados dos Censos 2011).

Início da divulgação de estimativas mensais da taxa de desemprego (em articulação com o Eurostat).

Divulgação de conteúdos analíticos associados a temáticas específicas do mercado de trabalho com interesse público.

Divulgação das estatísticas anuais e infra-anuais de Nados-vivos, Óbitos, Casamentos e Divórcios de 2013 e 2014, com a redução dos prazos de disponibilização da informação infra-anual relativa à natalidade, mortalidade e nupcialidade.

Divulgação, com base nos Censos de 2001 e 2011, de resultados detalhados sobre a evolução dos movimentos pendulares da população residente.

Preparação dos conteúdos estatísticos a incorporar Portal da Transparência Autárquica.

Divulgação, pela primeira vez, de informação do Inquérito aos Meios de Alojamento, recorrendo a nomenclaturas relativas a densidade populacional e a zonas costeiras.

Alargamento dos indicadores disponíveis através da cobertura de novas áreas e maior desagregação geográfica, tendo por base a informação proveniente da DGEG.

Melhoria da qualidade das estatísticas da Energia e dos Recursos Geológicos, com especial incidência no cumprimento dos prazos e reformulação das operações estatísticas. (DGEG/MAOTE)

Divulgação de 18 destaques estatísticos na área da Justiça. (DGPJ/MJ)

Publicação "Os números da Justiça 2013". (DGPJ/MJ)

	Revisão parcial de dados definitivos dos IPCTN09, IPCTN10 e IPCTN11. (DGEEC/MEC) Disponibilização da publicação Produção Científica em Portugal, 1990-2012: Impacto. (DGEEC/MEC) Divulgação de novas publicações dos Sumários Estatísticos dos anos 2009, 2010 e 2011, bem como reportados dados revistos às entidades internacionais e nacionais. (DGEEC/MEC) Publicação dos Sumários Estatísticos do Inquérito aos Doutorados 2012 (CDH12) em suporte eletrónico com antecipação. (DGEEC/MEC) Nova forma de apresentação de um conjunto de indicadores gerais de educação por nível de ensino e ciclos de estudo. (DGEEC/MEC) Atualização do estudo realizado pela DGEEC em 2013 relativo ao valor esperado dos resultados escolares. (DGEEC/MEC) Disponibilização do Portal "Dados e estatísticas de cursos do ensino superior", utilizando várias fontes de informação. (DGEEC/MEC) Disponibilização no *site* dos documentos metodológicos e das Políticas de Difusão e Revisão. (GEE/ME) O INE e as EDC disponibilizaram 95,7% das ocorrências de informação estatística no prazo previsto no plano de atividades. **2015** Divulgação do primeiro destaque relativo à nova coleção "Estatísticas Vitais" (Estatísticas Vitais 2014), a 30 de abril. Divulgação de indicadores adicionais relativos ao exercício Projeções de população residente 2012-2060, em resposta a necessidades de informação para utilizações mais especializadas. Consolidação da produção e divulgação trimestral dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE) e a divulgação, numa base mensal, de estimativas de emprego e de desemprego. Disponibilização de novos indicadores no Portal, nomeadamente sobre estimativas de fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho e estimativas mensais de emprego e de desemprego. Preparação e disponibilização da série do Índice de Custo do Trabalho (ICT) tendo 2012 como novo ano de referência. *Briefing* com a Comunicação Social sobre "As Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego divulgadas desde Novembro de 2014". Antecipação da divulgação dos resultados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) referentes a 2014 (em janeiro de 2015) e referentes a 2015 (no final do próprio ano).

	Produção e divulgação de resultados da edição de 2015 do Índice de bem-estar para Portugal (IBE). Divulgação dos resultados dos inquéritos anuais aos Museus, aos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários, às Galerias de Arte, aos Espetáculos ao vivo, ao Financiamento das atividades culturais pelas C.M. e às Publicações periódicas Disponibilização da publicação eletrónica Estatísticas da Cultura 2014 de acordo com a abordagem dos domínios culturais e criativos definidos pelo Eurostat. Divulgação dos principais resultados do Inquérito Nacional de Saúde (INS) 2014, realizado em articulação com o Instituto Ricardo Jorge. Disponibilização dos dados agregados de causas de morte 2013 e respetiva meta informação ao Eurostat, Divulgação dos resultados da nova versão do estudo estatístico Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) e respetivos índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental para as NUTS 2013 de nível 3. Divulgação da edição de 2015 dos Anuários Estatísticos Regionais estruturados com base nas NUTS 2013. Divulgação do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (11ª edição). Divulgação da quarta edição do estudo analítico Retrato Territorial de Portugal centrado em três domínios de análise Qualificação territorial, Qualidade de vida e coesão e Crescimento e competitividade. Disponibilização da publicação "NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos". No final de 2015, estavam disponíveis na Base de Dados do Portal 7 893 indicadores, o que representa um acréscimo de 3,7% em relação ao ano anterior. Alargamento do âmbito das estatísticas sobre Acidentes de Trabalho aos acidentes em Serviço. (GEE/ME) Implementação e publicitação da política de revisões e da política de difusão adotada. (GEE/ME) Concretização do desenvolvimento proposto na área das TIC ("Introdução de uma nova funcionalidade na plataforma de resposta ao RU que permitirá uma melhoria na identificação da cobertura de resposta a esta fonte administrativa"). (GEE/ME) Trabalho, em conjunto com a Região Autónoma dos Açores (RAA), no sentido de recuperar a produção de informação estatística dos Quadros de Pessoal a nível nacional, para os anos de 2010 a 2014. (GEE/ME) Continuação do trabalho de integração e divulgação das estatísticas da educação, abrangendo a área da "educação pré-escolar, ensino

	básico e ensino secundário" e área do "ensino superior". (DGEEC/MEC) O INE e as EDC disponibilizaram 96,9% das ocorrências de informação estatística no prazo previsto no plano de atividades.
LA2. Aprofundar instrumentos e agilizar mecanismos que permitam antecipar novas necessidades de produção estatística e propiciar uma resposta atempada às mesmas	
LA3. Adotar estratégias de comunicação diferenciadas que permitam ir ao encontro das necessidades dos vários segmentos de utilizadores e procurar responder com eficácia às alterações no modo como as estatísticas são atualmente procuradas e acedidas	**2014** Preparação e elaboração de uma ficha de "retorno personalizada às empresas", contemplando um conjunto de indicadores-chave que posicionam a empresa no setor de atividade em que se insere. Assinatura de um contrato com o Eurostat para a disponibilização, pelo INE, do Serviço ESDS - *European Statistical Data Support*/Estatísticas Europeias. **2015** Disponibilização no sítio da DGEEC dos ficheiros produzidos no âmbito dos principais pedidos de informação de utilizadores. (DGEEC/MEC)
LA4. Aperfeiçoar os canais de comunicação e difusão estatística, reforçando a utilização daqueles que facilitem a interação com os utilizadores	**2013** Desenvolvimento de um conjunto de funcionalidades para melhoria da usabilidade do Portal de Estatísticas Oficiais. Continuação da integração no Data *Warehouse* do INE dos resultados das operações estatísticas delegadas, assegurando novos indicadores no Base de Dados de Difusão e atualização periódica dos já disponibilizados. Desenvolvimento de uma estrutura de difusão eletrónica de informação. [DGEEC | MEC] Iniciativas para facilitar o acesso às bases de dados da DGEEC. [DGEEC | MEC] Realização de nove sessões de apresentação do sistema de consulta online das estatísticas da Justiça a diferentes entidades, entre as quais diversas delegações internacionais, outros serviços do Ministério da Justiça, representantes de universidades e Comissão Europeia. [DGPJ | MJ] **2014**

	Atualização das funcionalidades do Portal, designadamente através da implementação de novos canais de comunicação e interação com os utilizadores e da implementação de funções integradas de geoportal. Disponibilização de publicações e quadros estatísticos, em formatos que permitem uma fácil exportação e manuseamento. (DGEEC/MEC) Celebração de um protocolo de cooperação com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, relativo à divulgação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça e ao apoio na sua utilização. (DGPJ/MJ). **2015** Introdução de melhorias na navegabilidade, funcionalidades e informação disponível no Portal. Disponibilização da Informação Personalizada à Empresa (nova funcionalidade do WebInq), como instrumento de reconhecimento do seu esforço na resposta aos inquéritos do INE e de melhoria da sua perceção relativamente à utilidade da informação estatística para conhecimento do seu posicionamento relativo no aparelho produtivo nacional. Prevê-se o alargamento desta iniciativa a outros tipos de entidades, como Municípios, bem como a automatização da sua produção. Atualização e aperfeiçoamento da aplicação informática que permita maior versatilidade na consulta da informação por parte dos utilizadores. (DGEEC/MEC) Desenvolvimento de produtos estatísticos em novas áreas e através de novas ferramentas, com novos conteúdos e novas formas de apresentação de dados, tabelas e gráficos. (DGEEC/MEC)
LA5. Melhorar a capacidade de resposta das Autoridades Estatísticas às necessidades crescentes e diferenciadas de utilizadores de informação estatística, em termos de rapidez, eficiência e qualidade, respeitando em simultâneo as regras da confidencialidade vigentes a nível nacional e europeu	**2013** Diminuição do tempo médio de resposta a pedidos de informação estatística. **2014** Estudo de viabilidade da constituição e difusão de Public Use Files (PUF). Início do estudo de viabilidade para a melhoria do modelo de difusão das Estatísticas do Comércio Internacional. Diminuição do tempo médio de resposta a pedidos de informação. **2015**

	Aumento do tempo médio de resposta a pedidos de informação estatística, que se manteve dentro do intervalo definido como meta no QUAR. Disponibilização das primeiras PUF, nas áreas dos Censos, Cultura e Saúde. Disponibilização de um questionário para avaliação da qualidade e pertinência da informação estatística disponibilizada nas sínteses e publicações de resultados. (GEE/ME)
LA6. Promover de forma articulada, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, o aumento da literacia estatística e a eliminação de barreiras que dificultem a utilização das estatísticas oficiais, no que se inclui os cidadãos com necessidades especiais	**2013** Realização de ações de atualização de conteúdos, de apresentação de novos conteúdos e de divulgação específica, no âmbito do Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada. Realização de sessões de formação para professores sobre as potencialidades do Portal e do Projeto ALEA, no âmbito do protocolo entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação. Adesão de novas Instituições à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior. Colaboração com o Serviço Regional de Estatística dos Açores e com a Direção Regional de Estatística da Madeira para o início de ações de formação/promoção da literacia estatística. **2014** Criação na Universidade Aberta de um Ponto de Acesso à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior. Divulgação da Folha Informativa em suporte eletrónico no âmbito da RIIBES. Realização de ações no âmbito do Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada. Realização de sessões de formação para professores sobre as potencialidades do Portal e do Projeto ALEA, no âmbito do protocolo entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. **2015** Criação de um Ponto de Acesso à Rede do INE em Bibliotecas do Ensino Superior, na Universidade Lusíada-Porto, passando a Rede a ser constituída por 35 pontos. Divulgação da Folha Informativa em suporte eletrónico no âmbito da RIIBES.

	Realização de ações de atualização de conteúdos, de apresentação de novos conteúdos e de divulgação específica, no âmbito do Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada. Realização de sessões de formação para professores sobre as potencialidades do Portal e do Projeto ALEA, no âmbito do protocolo entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares.
LA7. Avaliar regularmente os níveis de satisfação dos utilizadores da informação estatística oficial, assim como a utilização e a procura dirigida aos diferentes produtos estatísticos	**2013** Elaboração de um inquérito *ad hoc* às empresas que habitualmente respondem aos questionários do INE. Realização de atividades no âmbito da avaliação da satisfação, nomeadamente através da realização de inquéritos à satisfação dos utilizadores aos produtos e serviços do INE. Resposta às sugestões e reclamações recebidas no INE, no âmbito do Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações. Implementação de um inquérito à satisfação *online* para medição dos níveis de satisfação dos utilizadores da informação estatística oficial na área das Pescas. [DGRM/MAM]. **2014** Realização de inquéritos à satisfação dos utilizadores aos produtos e serviços do INE. Realização de um inquérito à satisfação dos utilizadores do Portal. Resposta às sugestões e reclamações recebidas no INE, no âmbito do Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações. Disponibilização, no *site*, de um inquérito à satisfação dos utilizadores das sínteses/publicações de resultados. (GEE/ME) Realização de um inquérito à satisfação dos utilizadores nos vários domínios de atuação. (DGEEC/MEC) **2015** Realização de inquéritos à satisfação dos utilizadores aos produtos e serviços do INE. Resposta às sugestões e reclamações recebidas no INE, no âmbito do Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações. Disponibilização, no *site*, de um inquérito à satisfação dos utilizadores das sínteses/publicações de resultados. (GEE/ME)

LA8. Apoiar proactivamente a investigação e a realização de estudos baseados em estatísticas oficiais	**2013** Organização do evento internacional "Workshop on Scanner Data", em Lisboa. Organização do *Workshop* "A produção estatística oficial e as empresas", com a divulgação simultânea do destaque "Prestadores de informação para fins estatísticos – Empresas". Organização de um seminário em parceria com o Instituto de Ciências Sociais (ICS/OFAP) subordinado ao tema "Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança" e apresentação das comunicações sobre "Principais tendências demográficas: as últimas décadas" e "Transformações familiares recentes, uma perspetiva territorial". Continuação da disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Realização do *Workshop* "Género e Estatística- Ação de Sensibilização para promover o *Mainstreaming* de género na Estatística", em colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). Participação na Escola de Verão da Sociedade Portuguesa de Matemática 2013 com uma apresentação sobre "Estrutura e dinâmica da população portuguesa". Participação no seminário "Justiça intergeracional", organizado pelo Conselho Nacional da Juventude com a apresentação da comunicação "A pobreza e privação entre os jovens e os idosos". Realização de um seminário conjunto entre o INE e o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil "O parque habitacional e a sua reabilitação: retrato e prospetiva", com uma apresentação sobre "Uma perspetiva territorial da expansão, reabilitação e arrendamento habitacionais". Participação na III Conferência VIH Portugal, com a apresentação da comunicação "Estatísticas das causas de morte – VIH/SIDA". Organização de um *workshop* sobre Estatísticas Europeias. Participação na conferência "A informação estatística: o seu uso multidisciplinar no ensino e investigação", organizada pela Universidade de Aveiro, no âmbito das comemorações do Ano Internacional de Estatística. Participação no XXI Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística. Realização de reuniões de trabalho com diversos investigadores, de forma a dar a conhecer os dados produzidos pela DGEEC e a fomentar

novos projetos. [DGEEC | MEC].

2014

Continuação da disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Participação no Seminário da Rede Inter-universitária em Demografia, com apresentação dos resultados do estudo "Efeitos geracionais e quebras estruturais na mortalidade".

Participação na publicação "Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança" INE, ICS, 2014, com elaboração dos artigos "Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial" e "Principais tendências demográficas: as últimas décadas".

Participação nas VII Jornadas do Observatório da Imigração, com a comunicação "Indicadores comuns de integração de migrantes: orientações europeias e o papel do INE em Portugal".

Participação no 23º Encontro de Prospetiva, com apresentação da comunicação "Evolução demográfica de Portugal- os últimos 50 anos e cenários para os próximos 50 anos e Estatísticas de fluxos migratórios internacionais".

Participação na Conferência Anual da Rede Nacional das Migrações 2014, com a comunicação "Portugal: tendências demográficas recentes".

Participação no 2º Encontro sobre Políticas para a Família: Decisores Políticos, Instituições Públicas e Privadas versus Apoio às Famílias, com apresentação da comunicação "Risco de pobreza e prestações sociais".

Participação na Conferência anual International Marketing and Output Database Conference, organizada pelo INE.

Realização de diversas reuniões de trabalho com investigadores e acolhimento de dois alunos de mestrado. (DGEEC/MEC)

Revisão dos protocolos celebrados com as Universidades e celebração de novos. (GEE/ME)

2015

Organização/realização dos seguintes eventos:

Task Force on Quality Framework for Monthly Unemployment (INE/Eurostat)

"Portugal 2020: Políticas Públicas e Informação Estatística (CSE/INE/ADeC)

	"No Universo INE: como fazer para melhor servir?" (80º aniversário do INE) Lançamento do livro "INE 80 anos UM OUTRO OLHAR" Sessão "Nova Conta satélite da Econoimia Social" (INE/CASES) Apresentação pública da Conta Satélite da Cultura (INE/GEPAC) 101ª Conferência dos DGINS em Lisboa Reunião do Comité Estatístico Europeu Reunião do Forum Estatístico Europeu Reunião do Partnership Group do Sistema Estatístico Europeu. Preparação e apresentação da sessão sobre "Dinâmica demográfica em Portugal", aos alunos do Estágio de Verão na Universidade de Lisboa promovido pelo Instituto de Ciências Sociais. Participação no *workshop* "Um sistema de pensões para o futuro da Cidadania Social", Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)/*Institute of Public Policy* . Participação no Ciclo de Mesas Redondas "Ter Estado" do Instituto de Defesa Nacional, na sessão sobre "Natalidade e Sustentabilidade da Segurança Social",

Objetivo 3

Otimizar o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, reforçando e consolidando os mecanismos de coordenação e de cooperação interinstitucional, nos planos nacional e internacional

LA1.	Promover iniciativas que reforcem a cooperação institucional no seio do Sistema Estatístico Nacional, favorecendo uma resposta eficiente e eficaz a novas exigências e desafios da Sociedade, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos	**2013** Participação nos trabalhos da Equipa Interministerial da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação. Participação no Grupo de Trabalho para Elaboração e Implementação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017.

Coordenação da implementação da ISCED 2011 assegurando a articulação e harmonização de procedimentos a nível interno e internacional.

Participação no Grupo de Trabalho criado por Despacho conjunto do Ministro da Economia e do Emprego e do Ministro da Saúde (n.º 15116/2012) para efeito da revisão do Relatório Único. [GEE|ME].

2014

Continuação da implementação das recomendações do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Saúde do CSE, em articulação com as entidades do Ministério da Saúde.

Preparação do relatório sobre os desenvolvimentos nas estatísticas de mobilidade territorial apresentado ao CSE.

Monitorização da execução das medidas do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017.

Gestão do Dossier de Género.

Elaboração do II Plano de Ação Sectorial para a Igualdade, da Presidência de Conselho de Ministros, 2014-2017.

Conclusão dos trabalhos no seio da Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, coordenada pelo Alto Comissariado para as Migrações.

Criação de uma página específica no Portal para ligação de toda a atividade estatística da DGRM, tendo sido criadas ligações ao Portal do INE para as publicações estatísticas. (DGRM/MAM)

2015

Colaborações com a Presidência de Conselho de Ministros/Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG):

- Monitorização da execução das medidas do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017 (V PNI).
- Participação no grupo de trabalho de apoio à CIG, entidade coordenadora do V PNI.
- Colaboração no Relatório de Execução do V PNI da PCM relativo a 2014 e na calendarização das medidas do V PNI a executar em 2015.
- Gestão do Dossiê de Género: banco de dados, desagregados por sexo, com 408 indicadores repartidos por 10 áreas temáticas.

Reformulação dos indicadores disponíveis no Portal de Estatísticas Oficiais, em articulação com a DGEEC/MEC.

Continuação dos trabalhos de implementação das recomendações do relatório do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Saúde do Conselho Superior de Estatística, nomeadamente a publicação dos indicadores ECHI e a continuação da integração de dados administrativos sobre morbilidade e caraterizadores dos prestadores de serviços de saúde em Portugal e respetiva meta informação.

	Avaliação e concretização da troca de alguma informação com o INE a fim de melhorar a qualidade da informação estatística, reduzir os tempos de validação, correção e divulgação da informação. (GEE/ME) Análise dos resultados da cooperação institucional INE/DGRM relativa à obtenção de informação socioeconómica da aquicultura e da indústria transformadora dos produtos da pesca, (DGRM/MAM)
LA2. Estimular e coordenar ações no domínio da produção e da difusão estatística, tendo como princípio orientador a partilha e a reutilização de funcionalidades e experiências já disponíveis no seio das autoridades estatísticas nacionais e internacionais	**2013** Continuação do acompanhamento regular, por parte do INE, da execução dos protocolos de delegação de competências, designadamente no que se refere às atividades estatísticas delegadas. Articulação, entre o INE e as Entidades com Delegação de Competências, no contexto da preparação das reuniões de Grupos de Trabalho do Eurostat e, em particular, a preparação de pareceres conjuntos, com destaque para os relativos ao desenvolvimento das estatísticas europeias da educação e formação, nas vertentes da racionalização das fontes de informação sobre formação profissional contínua (CVTS) e no âmbito do processo de implementação da ISCED 2011 na UE. Celebração de um Protocolo com o GEPAC da Secretaria de Estado da Cultura para a elaboração da Conta Satélite da Cultura. **2014** Continuação do acompanhamento regular, por parte do INE, da execução dos protocolos de delegação de competências. Realização de trabalho entre a DGEEC, a Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do MEC e diversos departamentos do INE, para dar resposta ao UOE, e cumprir as derrogações previstas para Portugal no âmbito do Regulamento Comunitário do Questionário Internacional UOE. (DGEEC/MEC) Articulação entre o INE, a DGEEC, a Secretaria Regional de Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores e o Observatório do Sistema Educativo da Região Autónoma da Madeira, para enquadramento das operações de produção e difusão das Estatísticas da Educação 2013/2014. (DGEEC/MEC) Articulação com a Direção-Geral de Educação, por forma a melhorar o instrumento de notação associado ao Questionário Necessidades Especiais de Educação. (DGEEC/MEC). **2015** Atividades desenvolvidas no seio da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH) do MNE:

	- Participação nas 15ªe 16ª reuniões plenárias da CNDH e nos Grupos de Trabalho criados para elaborar indicadores setoriais nacionais de direitos humanos, assentes nas matrizes desenhadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Continuação da articulação com a DGAEP no âmbito do desenvolvimento do sistema de informação sobre o emprego público. Participação nas XII Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD) 2015, com a apresentação do trabalho "O cálculo das estimativas mensais de emprego e desemprego em 2014" Participação nas Jornadas de Classificação e Análise de Dados JOCLAD 2015 com duas apresentações na Sessão INE – Desafios nas Estatísticas Oficiais: "A riqueza e o rendimento das famílias em Portugal" e "Taxas de pobreza ancoradas no tempo" Estabelecimento de parcerias estratégicas, tendo em consideração, nomeadamente, as orientações estabelecidas no Comité Regional para a Europa da iniciativa das Nações Unidas sobre Gestão Global de Informação Geoespacial (UN-GGIM: Europa). Aprofundamento do estudo para produção de estatísticas do uso e ocupação do solo harmonizadas com as nomenclaturas definidas ao nível europeu (LUCAS), através da integração de dados com base em Tecnologias de Informação Geográfica, beneficiando do acesso a nova informação de entidades externas e fomentando um quadro de cooperação interinstitucional neste domínio. Participação no GT criado para a preparação do relatório nacional de base à III Conferência Mundial Habitat das Nações Unidas (sob coordenação da DGT). Participação na Comissão Técnica sobre Desenvolvimento Sustentável de Comunidades para a adoção da norma ISO 37120 "Desenvolvimento sustentável de comunidades – indicadores para os serviços urbanos e a qualidade de vida" (presidência assegurada pela DGT). Realização do *workshop* "Políticas Públicas e Informação Estatística, no âmbito do processo de implementação das novas NUTS e dos indicadores estatísticos para o Portugal 2020. Colaboração, por solicitação da Direção-Geral da Política do Mar, no Projeto de "Monitorização e Indicadores" da Estratégia Nacional para o Mar (SEAMind). Reforço dos trabalhos com a AT, para garantir que as medidas de aplicação do novo Código Aduaneiro, em discussão ao nível da Comissão Europeia, darão resposta às necessidades estatísticas neste âmbito. Realização de Sessões de apresentação e exploração sobre temas específicos das estatísticas da Justiça, organizadas junto de instituições de ensino. (DGPJ/MJ)

LA3. Conceber e implementar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística, nos termos das suas competências, assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do Sistema Estatístico Nacional (Autoridade estatística, Independência técnica, Segredo estatístico, Qualidade, Acessibilidade estatística e Cooperação entre autoridades estatísticas) e proceder ao respetivo acompanhamento junto das Autoridades Estatísticas	
LA4. Criar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística a realização de auditorias e de outras ações junto das entidades às quais é cedida informação estatística confidencial, nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional	
LA5. Assegurar e reforçar o envolvimento do Conselho Superior de Estatística no acompanhamento do processo de alterações metodológicas das operações estatísticas de grande impacto económico e social, quando envolvam quebras de série ou descontinuidade de variáveis	
LA6. Intensificar o recurso a auditorias estatísticas e a outros mecanismos para atestar a qualidade das estatísticas oficiais, no sentido de assegurar a confiança e credibilidade no SEN	**2014** Transmissão ao Eurostat dos indicadores de qualidade dos Censos 2011, nos termos definidos pelo Regulamento comunitário. Elaboração do relatório de qualidade da operação estatística Inquérito Comunitário à Inovação. (DGEEC/MEC) Conclusão do processo de certificação da gestão de qualidade da área das Estatísticas da Educação, no âmbito do Sistema de Gestão da

	Qualidade certificado pela norma ISO 9001. (DGEEC/MEC).
LA7. Alertar o Governo para a importância do cumprimento da disposição de consulta prévia Conselho Superior de Estatística, prevista no artigo 14º da nº 22/2008 de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional), que permitirá a eliminação de eventuais redundâncias na produção estatística e o aumento das oportunidades de apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, reduzindo, assim, o seu custo para a Sociedade	
LA8. Prosseguir a construção e atualização de ficheiros únicos no Sistema Estatístico Nacional, ferramentas indispensáveis para a harmonização, a racionalização de meios e a qualidade das estatísticas oficiais	**2013** Definição e implementação do modelo de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) com base em fontes administrativas. **2014** Alargamento da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos, com criação de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias e sistematização de indicadores de aferição da qualidade. **2015** Melhoria da qualidade das moradas do Ficheiro Nacional de Alojamentos, decorrente do trabalho desenvolvido por um Grupo de Trabalho Interno. Teste e análise do impacto da aplicação do novo conceito de Unidade Estatística (empresa) no FUE, e em outros sistemas relacionados, com base nas mais recentes recomendações metodológicas do Eurostat. Continuação do alargamento da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), com criação de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias. Alargamento dos indicadores de aferição da qualidade do FNA, designadamente através do registo de devoluções de circulares dirigidas aos

	alojamentos no lançamento dos inquéritos e das atualizações de moradas em resultado dos contactos para entrevistas, bem como a alteração de moradas de alojamentos não selecionados nas amostras, mas identificadas no processo de recolha e caracterização dos alvos de inquirição. Elaboração de relatório sobre a utilização da informação do SIOU para a atualização do FNA.
LA9. Assegurar a participação ativa nas instâncias estatísticas internacionais, em particular no que se refere ao desenvolvimento estratégico do Sistema Estatístico Nacional, contribuindo para o reforço da projeção do país, em termos internacionais, na União Europeia e no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)	**2013** Participação em reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu, nos grupos de trabalho do Eurostat, em *task forces* e *ESSnets*, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu. Participação em sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas e em reuniões da OCDE. Participação na Joint Eurostat/UNECE *Work Session on Demographic Projections*, com apresentação do paper "Cohort effects and structural changes in the mortality trend". Participação no seminário *The way forward in poverty measurement*, organizado pela UNECE, com o artigo "How clear are relative poverty measures to the common public?". Participação no *ESSnet Global Value Chains*, no âmbito da qual foi definida uma estrutura de 19 indicadores chave para a medição da globalização económica. Realização em Portugal do *workshop ESSnet Administrative Data for Structural Business Statistics*. Participação no *workshop Improving Access to European Microdata*, organizado pelo *Data Without Boundaries* (DwB). Participação no fórum IMAODBC sobre atividades de marketing e bases de dados de difusão estatística. Participação na formação (como co-formador) *Dissemination & communication*, no âmbito do programa *European Statistical Trainig Programme* (ESTP). Liderança do projeto Paridades de Poder de Compra, no Grupo dos Países do Sul da Europa e participação em projetos a nível europeu promovidos pelo *European Institute for Gender Equality*, na área da igualdade de género. Participação na 19ª Conferência Internacional de Estaticistas do Trabalho. [GEE|ME] Apresentação de comunicações em conferências nacionais e internacionais, com análises efetuadas a partir dos dados estatísticos, entre as

quais quatro comunicações em conferências internacionais sobre doutorados e os trajetos dos estudantes no ensino secundário. [DGEEC | MEC].

Organização da 4.ª edição do *workshop* internacional *Sharing Best Practices in R&D and Education Statistics*; o tema desta edição foi "Open data and Public Information". [DGEEC | MEC].

2014

Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu e do respetivo *Partnership Group*, bem como dos diversos grupos de diretores e dos grupos de trabalho do Eurostat, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu.

Participação em *Task forces* relevantes a nível europeu, designadamente no âmbito dos seguintes projetos, iniciativas e matérias: "Ronda de Peer Reviews" ao SEE; "Visão 2020" para o SEE; *Single Market Statistics* (SIMSTAT), questões metodológicas relacionadas com o PDE, estatísticas das Finanças Públicas, Contas nacionais trimestrais, Índice harmonizado de preços no consumidor.

Participação em ESSnets de grande relevância na UE.

Participação na discussão de propostas de atos legislativos no âmbito das reuniões do Grupo "Estatísticas" do Conselho da União Europeia.

Participação em reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia.

Participação nas Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas e reuniões da OCDE.

Liderança do projeto Paridades de Poder de Compra, no Grupo dos Países do Sul da Europa.

Participação no *3rd Demographics Workshop* no âmbito da *3rd Stochastic Modeling Techniques and Data Analysis International Conference*, com apresentação do paper *Cohort effects and structural changes in the mortality trend*.

Participação no projeto *Dedicated Electronic Group on HHINCOME*.

Participação na *Task Force on Pilot project on estimation of CVs*.

Participação na preparação da 2014 *Internacional Conference on EU Statistics on Income and Living Conditions*.

Participação no *Workshop on best practices for EU-SILC revision*.

Participação no *Workshop Role of VET in Reducing Early Leaving from Education and Training*.

Participação em projetos europeus promovidos pelo EIGE *European Institute for Gender Equality*.

Participação no projeto *Data without Boundaries*.

Participação no *Workshop on Accreditation Standards & Procedures, no 2nd Regional Workshop on Microdata Access in European Countries e Visit to research Data Centres: Centre d'accès sécurisé distant aux données (CASD), organizados pelo projeto Data Without Boundaries*.

Participação na *Work Session on the Communication of Statistics*, organizado pela UNECE.

Participação na Conferência Europeia da Qualidade - Q2014.

Realização de curso "Quality in Oficial Statistics – a culture of assessment", em colaboração com perito do ISTAT.

Continuação da participação no programa de formação do ESTP – *European Statistics Training Programme*.

Participação na reunião anual do Comité Técnico da RICYT e na 1.ª Sessão Plenária dos correspondentes estatísticos do *She Figures 2015* (Comissão Europeia). (DGEEC/MEC)

Organização, em cooperação com a OCDE, do workshop sobre a revisão do Manual do Frascati, do *Working Party of National Experts on Science And Technology Indicators* (NESTI). (DGEEC/MEC).

2015

Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu e do respetivo *Partnership Group*, bem como dos diversos grupos de diretores e dos grupos de trabalho do Eurostat, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu.

Participação em *Task forces* relevantes a nível europeu, designadamente no âmbito dos seguintes projetos, iniciativas e matérias: Implementação das alterações ao Regulamento sobre Estatísticas Europeias; "Ronda de Peer Reviews" ao SEE; "Visão 2020" para o SEE; *Single Market Statistics* (SIMSTAT), questões metodológicas relacionadas com o PDE, estatísticas das Finanças Públicas, Contas nacionais trimestrais, Índice harmonizado de preços no consumidor.

Liderança do projeto Paridades de Poder de Compra, no Grupo dos Países do Sul da Europa.

Participação em ESSnets de grande relevância na UE, nomeadamente SIMSTAT 2, ESBR, GEOSTAT 2 e ESS Centre of Excellence on DataWarehousing.

	Participação em projetos europeus promovidos pelo EIGE (European Institute for Gender Equality, na área da igualdade de género. Participação na discussão de propostas de atos legislativos no âmbito das reuniões do Grupo "Estatísticas" do Conselho da União Europeia. Participação em reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia. Participação nas Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas e reuniões da OCDE. Organização, em parceria com o Eurostat, da 101ª Conferência dos Presidentes e Diretores-Gerais dos INE (DGINS) da União Europeia e Espaço Económico Europeu/EFTA, realizada em Lisboa. Acolhimento da 3ª Reunião do Fórum Estatístico Europeu, que congregou representantes do Sistema Esttaístico Europeu e do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Organização da 27ª Reunião do Comité do Sistema Estatístico Europeu e da 58ª Reunião do Partnership Group. Participação na realização de ações de formação em diversos domínios, sobretudo em países da UE. Participação ativa nas estruturas europeias relacionadas com a Qualidade, designadamente nos Grupos de Trabalho da Qualidade do Eurostat, (metodologia estatística, gestão da qualidade e processo do *Peer Review)*. Elaboração do paper "Personalized feedback to increase the cooperation of survey respondents: the experience of Statistics Portugal" para a Conference of Statisticians (UNECE). *Apresentação da candidatura (aprovada) ao projeto europeu "Price statistics - methodological and practical improvements and developments* que abrange o estudo da utilização da técnica de *Web Scraping* para a recolha automática de preços para o IPC nos *sites* das empresas de comércio a retalho. Participação na "*New Techniques and Technologies for Statistics (NTTS) Conference* 2015" e apresentação interna dos principais tópicos apresentados. Apresentação da comunicação "*Cohort effects and structural changes in mortality*", no *workshop* da *EAPS Health, Morbidity and Mortality Working Group*. Participação na *Task Force on Population Projections* da UNECE (*Statistical Division, Geneve* 2015/2016.

Participação em duas reuniões internacionais na área da Igualdade de Género, organizadas pelo Instituto Europeu para a Igualdade de: "*Consultation Meeting on EIGE´s Gender data base*", na qual foi feita a apresentação "*INE´s Gender Database: Genesis, updating and challenges*"; e "*EU Conference: Launch of the Gender Equality Index 2015*".

Participação na 2.ª reunião da *Task Force on Monthly Unemployment* do Eurostat.

Participação no 10th Workshop on Labour Force Survey Metholodogy (Praga, 29 e 30 de abril).

*Participação no Workshop on Labour Costs (*Roma, 5 e 6 de maio).

Participação na 3ª reunião da *Task Force on Flows statistics* do Eurostat.

Participação nos trabalhos da *Task Force on Pilot project on estimation of CVs* do Eurostat, com vista a estudar nova metodologia de cálculo dos coeficientes de variação das estimativas por país, do *Labour Force Survey*.

Participação no Seminário da UNECE *Seminar on the Role of National Statistics Offices in the Production of Leading, Composite and Sentiment Indicators,* com uma apresentação relativa à experiência do Índice de Bem-estar para Portugal e sob o tema "*The Well-being Index: the weights of different components: How to limit side-effects of acceptable perceptions*".

Participação no *Workshop on best practices for EU-SILC revision*" (Londres), com a apresentação "*Improving the Portuguese EU-SILC survey: the regionalisation target*".

Participação na conferência DGINS 2015, realizada em Lisboa, com a apresentação do artigo "*Using microsimulation in EU-SILC for early estimates of income: limitations and strengths*".

– Realização de apresentações em fóruns internacionais:

- *The role of Open Data to monitor territorial development - 28th Session of OECD Working Party on Territorial Indicators*, Paris.
- *Management of NUTS change in Portugal - Eurostat – Working Group on Regional, Urban and Rural Development Statistics* – Luxemburgo.
- *Bridging geographical and statistical information: a focus on inter-organizational cooperation in Portugal between INE and DGT – European Forum for Geography and Statistics Conference*, Viena.
- *Composite indicators for monitoring regional development – seven years of Portuguese experience – UNECE Seminar on the Role of National Statistical Offices in the Production of Leading, Composite and Sentiment Indicators*, Genebra.

Apresentações da Conta Satélite da Economia Social: i) no STATEC (Luxemburgo), ii) na DG *Research & Inovation* (Bruxelas) e iii) no CIRIEC (Lisboa).

	Participação no grupo de trabalho do Eurostat para alteração do sistema de transmissão de dados para SDMX, estando prevista a migração até final de 2016. Participação em grupos de trabalho, com vista à implementação dos "grupos de empresas", no contexto do FRIBS. Participação como membro efetivo no grupo de *experts* sobre JDEMETRA *plus*. Participação na visita de trabalho de seis representantes dos Departamentos de Investigação Económica e Social, de Estatísticas e de Finanças de *Hangzhou*, com uma apresentação sobre "*Statistics on e-commerce by Statistics Portugal*". Promoção da participação ativa em eventos internacionais, designadamente no 5.º *Workshop Internacional Sharing Best Practices in R&D and Education Statistics*. (DGEEC/MEC) Realização de Sessões de divulgação do sistema de informação das Estatísticas da Justiça e do respetivo sistema de consulta *on line*, para técnicos de Angola e de Moçambique. (DGPJ/MJ)
LA10. Contribuir para o desenvolvimento e capacitação dos sistemas estatísticos de outros países, reforçando as relações bilaterais e multilaterais em particular com os países de língua portuguesa, no âmbito das prioridades da política de cooperação nacional	**2013** Implementação do Programa da CPLP de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, na sua fase 2 e na adenda à fase 1. Elaboração de estudo metodológico sobre as estatísticas das migrações nos países da CPLP. Edição das Estatísticas da CPLP 2012 e divulgação do destaque "Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico", disponibilizados nos *website*s da CPLP e dos INEs dos países membros; publicação semestral de *newsletter* bilingue sobre as atividades de cooperação internacional. Apoio ao INE de Angola, Moçambique e Cabo Verde e cooperação com outros países, nomeadamente através do acolhimento de um estágio de longa duração (Albânia) e de uma visita de trabalho (Shanghai) e cooperação com países do sul da Política Europeia de Vizinhança. Formação a delegações de Angola e de Cabo Verde sobre as estatísticas da Justiça portuguesas. [DGPJ|MJ] **2014** Implementação do Programa da CPLP para Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste. Celebração de Protocolo de Cooperação entre o INE de Moçambique e o INE de Portugal.

Apoio bilateral ao INE de Moçambique, de Cabo Verde e do Brasil.

Participação na Conferência Internacional sobre Contas Nacionais organizada pelo INE de Angola.

Publicação de Newsletter semestral bilingue sobre as atividades de cooperação.

Cooperação com países candidatos e potenciais candidatos ao abrigo do "Instrumento de Assistência de Pré-Adesão" à UE.

Cooperação com países da UE, designadamente no acolhimento de visitas de trabalho do INE da Croácia e da Lituânia.

Acolhimento de visitas de trabalho da China e do Japão, bem como de uma delegação no âmbito do programa da UE EUROsociAL.

Acolhimento de um colaborador da República Democrática de São Tomé e Príncipe para um estágio. (DGEEC/MEC).

2015

Implementação da Fase 3 do Programa da CPLP para Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste.

Apoio bilateral ao INE de Moçambique, de Angola e de Cabo Verde.

Participação na VI Conferência estatística da CPLP, realizada em Díli, Timor-Leste.

Edição das Classificações de Atividades Económicas (CAE) e de Consumo Individual por Objetivos (CCIO) de Timor-Leste.

Coordenação e publicação da brochura "CPLP em Números 2015", em colaboração com as restantes autoridades estatísticas da CPLP.

Publicação de Newsletter semestral bilingue sobre as atividades de cooperação do INE.

Cooperação com países candidatos e potenciais candidatos ao abrigo do "Instrumento de Assistência de Pré-Adesão" à EU (Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Macedónia, Albânia, Montenegro e Kosovo).

Cooperação com países da UE, designadamente no acolhimento de visita de trabalho do INE da Croácia.

Cooperação com países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança (*European Neighbourhood Policy*).

Cooperação com a China e Cuba, através do acolhimento de visitas de trabalho visando a troca de práticas e experiências sobre a produção estatística oficial.

Ações de cooperação com a República Popular de Angola, com as seguintes finalidades: a perceção dos objetivos, formas de organização de

	trabalho, publicações, recursos tecnológicos e aplicações de recolha e armazenamento de dados, e produção e análise de informação estatística, na área da Educação, (DGEEC/MEC) Visita de uma delegação do Ministério do Interior da República de Moçambique, tendo sido efetuada uma apresentação prática do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. (DGPJ/MJ) Visita de estudo de uma delegação do INE e do Ministério da Justiça e Direitos Humanos de Angola às estatísticas da Justiça, organizada pela Direção de Serviços de Estatísticas da Justiça e Informática da DGPJ com a colaboração do INE e do Gabinete de Relações Internacionais da DGPJ. (DGPJ/MJ)
LA11. Garantir a formação técnica, a melhoria de competências, a valorização profissional e a criação de condições para a fixação dos trabalhadores do Sistema Estatístico Nacional, promovendo ações de formações em parceria com outras instituições, designadamente do Ensino Superior	**2014** Cumprimento do plano de formação do INE estabelecido para 2014. Participação em ações de formação nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE. **2015** Realização e promoção de ações de formação nas áreas da análise de dados e software de produção de informação estatística, bem como o apoio e incentivo à frequência de formação complementar, nomeadamente mestrados e doutoramentos. (DGEEC/MEC)

ACOMPANHAMENTO DO GRAU DE EXECUÇÃO DAS LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017

ACOMPANHAMENTO NO ÂMBITO DO BANCO DE PORTUGAL

Anexo IV | BdP

LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / LINHAS DE ATUAÇÃO (LA)	Banco de Portugal 2013, 2014 e 2015

Objetivo 1

Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico

LA1. Implementar o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias e monitorizar o seu cumprimento	**2013 | 2014 | 2015** O Banco de Portugal (BdP) tem participado na implementação do Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) ao nível do Eurosistema, nomeadamente no âmbito dos Relatórios de Qualidade anuais e da realização de ações de auditoria estatística a todas as atividades de produção estatística do BdP, em ambos os casos incluindo uma avaliação dos princípios consagrados no Compromisso Público do SEBC **2015** Questionário de autoavaliação a todos os Bancos Centrais Nacionais do SEBC sobre a implementação dos princípios associados ao Enquadramento Institucional do Compromisso Público, incluindo indicadores relativos à observação de cada princípio.
LA2. Assegurar a intervenção das Autoridades Estatísticas desde o início dos processos de conceção/revisão de atos administrativos, a fim de garantir a sua utilização para fins estatísticos	**2013 | 2014 | 2015** Participação nas iniciativas do CSE relacionadas com o aproveitamento de atos administrativos para fins estatísticos. Participação nas atividades do Grupo de Trabalho (GT) da Informação Empresarial Simplificada (IES).
LA3. Alertar as entidades da administração direta e indireta do Estado detentoras de dados administrativos para a	**2013 | 2014 | 2015**

importância da sua cedência para a produção das estatísticas oficiais e fomentar, junto daquelas, mecanismos que facilitem e desenvolvam o processo de apropriação dos dados	O BdP propôs ao Instituto de Registos e Notariado (IRN) e ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) a revisão do protocolo atualmente existente entre as três instituições visando o acesso automático aos dados dos atos societários e das declarações de insolvência. O BdP está a trabalhar com aquelas duas instituições com vista ao estabelecimento de uma *Local Operating Unit* (LOU) nacional, no âmbito do desenvolvimento do projeto da *Legal Entity Identifier* (LEI). O BdP solicitou à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e foi aceite como observador nas reuniões da CNC, dada a crescente importância dos conceitos e informação contabilística na produção estatística.
LA4. Inventariar e reforçar a utilização de fontes administrativas na produção das estatísticas oficiais, visando a racionalização dos recursos que lhes estão afetos e a redução da carga sobre os respondentes	**2014 | 2015** Integração dos questionários anuais sobre Investimento Internacional da responsabilidade do BdP na IES, simplificando a recolha de informação sobre os ativos e passivos das entidades residentes face ao exterior, necessária à elaboração das estatísticas de balança de pagamentos e de posição de investimento internacional.
LA5. Prosseguir o desenvolvimento do novo modelo censitário da população e da habitação centrado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos	
LA6. Prosseguir a estratégia de reengenharia dos processos de produção e difusão entre os diferentes domínios estatísticos, promovendo a integração de sistemas de infraestruturas e o desenvolvimento de estatísticas com objetivos múltiplos	**2013 | 2014 | 2015** Desenvolvimento de novas formas de produção e exploração estatística, recorrendo às bases de microdados do BdP, nomeadamente da Central de Balanços (CB), da central de responsabilidades de crédito (CRC), do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET) e da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (BOP/PII). Utilização dos modelos de exploração integrada da informação para resposta aos pedidos de informação no âmbito do Programa de Ajuda Económica e Financeira (PAEF) e de produção de novas estatísticas, como por exemplo as relativas ao endividamento do setor não financeiro e ao financiamento do setor exportador. Desenvolvimento de novas formas de exploração estatística dos dados trimestrais da CB possibilitando a publicação, a partir de 2013, de estatísticas anuais e trimestrais extrapoladas para o universo das sociedades não financeiras em Portugal e, desde de 2014, da Série Longa dos Quadros do Setor.
LA7. Fomentar o desenvolvimento e inovação dos sistemas	**2013 | 2014 | 2015**

de informação que suportam a produção das estatísticas oficiais	Desenvolvimento evolutivo e aperfeiçoamento dos principais sistemas de informação que suportam a aquisição e a compilação da informação estatística da responsabilidade do BdP. Neste contexto, o BdP adotou uma estratégia de gestão integrada da informação quantitativa que recolhe junto de entidades externas, o qual se baseia numa arquitetura de *Business Intelligence* (BI).
LA8. Proceder à integração das estatísticas económicas, sociais e ambientais, tendo designadamente em conta as recomendações do Relatório *Stiglitz-Sen-Fitoussi*	
LA9. Prosseguir a redução dos custos associados à produção das estatísticas oficiais (carga estatística sobre os respondentes e custos financeiros), através da adoção de metodologias científica e tecnologicamente inovadoras que garantam a qualidade dos resultados produzidos e de estímulos à resposta de famílias e empresas aos inquéritos do Sistema Estatístico Nacional	**2013 | 2014 | 2015** Implementação da Área da Empresa no sítio do Banco de Portugal para facilitar a transmissão de informação ao BdP para efeitos estatísticos, nomeadamente no domínio da balança de pagamentos. Integração dos questionários anuais sobre Investimento Internacional da responsabilidade do BdP na IES.
LA10. Promover a implementação de sistemas de produção estatística flexíveis que permitam uma adaptação célere e eficaz a alterações nas necessidades dos utilizadores e minimizem os custos	**2013 | 2014 | 2015** Adoção de uma estratégia de gestão e exploração integrada da informação quantitativa (sobretudo em formato de microdados) que o BdP recolhe junto de entidades externas baseada numa arquitetura de *Business Intelligence* (BI). Vidé informação complementar nas LA6 e LA7.
LA11. Intensificar a dimensão espacial das estatísticas oficiais através de uma crescente integração da Infraestrutura Estatística de Referenciação Geográfica nas atividades de produção e divulgação	
LA12. Dinamizar parcerias, nomeadamente com a comunidade científica, para o desenvolvimento da investigação em diferentes domínios das estatísticas	**2013 | 2014 | 2015** O BdP e a CLAD-Associação Portuguesa de Classificação e Análise de Dados celebraram um protocolo de cooperação ao nível da promoção da utilização dos dados estatísticos publicados pelo BdP para fins de investigação.

oficiais	Patrocínio e participação em conferências e outros eventos no domínio estatístico organizados pela comunidade científica.
LA13. Implementar novas metodologias estabelecidas no Manual do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC2010) e na 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI (BPM6), entre outras	**2013 | 2014 | 2015** Foram assegurados os trabalhos de implementação dos novos referenciais metodológicos internacionais no domínio das contas nacionais (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia – SEC2010) e da balança de pagamentos e posição de investimento internacional (6ª edição do Manual da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional do FMI – BPM6), no âmbito das estatísticas da responsabilidade do BdP, quer ao nível da discussão metodológica, quer ao nível da alteração dos sistemas de informação e implementação dos novos procedimentos nos vários domínios de compilação e difusão estatística. Os novos requisitos metodológicos foram refletidos nas estatísticas divulgadas pelo BdP a partir de outubro de 2014. O BdP efetuou uma apresentação ao CSE das principais alterações nas estatísticas da sua responsabilidade decorrentes da implementação dos novos manuais metodológicos.
LA14. Assegurar uma resposta do Sistema Estatístico Nacional à nova legislação da União Europeia sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente na área das finanças públicas	**2013 | 2014 | 2015** O BdP tem participado nos trabalhos do Comité das Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos (CMFB) no âmbito dos indicadores de qualidade das estatísticas subjacentes ao MIP (*Macroeconomic Imbalances Procedure*). O BdP participa no grupo técnico responsável pelo desenvolvimento do *template* nacional para o relatório de qualidade no domínio das contas financeiras.
LA15. Prosseguir o desenvolvimento das Contas Nacionais Portuguesas, nomeadamente com a produção das contas do património dos setores institucionais (em linha com o enquadramento conceptual ao Sistema Europeu de Contas SEC 2010) e aumentar a informação a disponibilizar	**2014| 2015** O BdP fez uma apresentação ao CSE sobre as principais alterações nas estatísticas da sua responsabilidade decorrentes da implementação dos requisitos metodológicos dos novos manuais internacionais. Em SEC2010, tal como anteriormente em SEC95, o BdP compila e publica informação detalhada sobre os patrimónios de todos os setores institucionais no âmbito das Contas Financeiras do País.
LA16. Promover os estudos necessários à minimização da dimensão e frequência das revisões da informação difundida	**2013 | 2014 | 2015** Definição e implementação de uma Política de Revisões das estatísticas do BdP em total articulação com a política europeia de revisões de caráter regular. Essa política respeita os princípios, âmbitos, amplitude e frequência de incidência definidos pelo Comité das Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos (CMFB).

LA17. Consolidar a produção das estatísticas da área económica e ambiental e aperfeiçoar os mecanismos de monitorização dos compromissos assumidos pelo País a nível nacional e internacional	**2013 | 2014 | 2015** Produção regular de novas estatísticas relativas ao endividamento do setor não financeiro e ao financiamento do setor exportador. Publicação de estatísticas anuais e trimestrais extrapoladas para o universo das sociedades não financeiras em Portugal.
LA18. Produzir e disponibilizar informação em novas áreas, ou em áreas com insuficiente cobertura estatística, nomeadamente na área social possibilitando o acompanhamento de questões emergentes nos domínios das condições de vida das famílias, das desigualdades e dos indicadores de bem-estar	**2013 | 2014 | 2015** O BdP passou a publicar novos indicadores sobre o endividamento das famílias, no âmbito das estatísticas do endividamento do setor não financeiro.
LA19. Continuar o alargamento da produção de séries cronológicas para os indicadores mais relevantes	**2014** O BdP deu início à publicação da Série Longa dos Quadros do Setor elaborada com base na informação estatística da Central de Balanços.
LA20. Prosseguir com o aumento da desagregação geográfica para indicadores relevantes, assegurando o equilíbrio utilidade/custo	

Objetivo 2

Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística

LA1. Aumentar e aperfeiçoar a informação disponibilizada assegurando o cumprimento dos princípios, políticas e critérios de qualidade que enformam as estatísticas oficiais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos prazos (pontualidade), à manutenção de séries longas e à acessibilidade aos dados e respetiva	**2013 | 2014 | 2015** Observância na íntegra dos objetivos relativos à qualidade e ao cumprimento dos prazos de compilação e divulgação das estatísticas que se encontravam definidos nos Planos da Atividade Estatística do Banco de Portugal. Enquanto autoridade estatística o BdP desenvolveu uma política de comunicação proactiva, visando contribuir para um melhor conhecimento, confiança e utilização das estatísticas da sua responsabilidade Implementação da Política de Revisões das estatísticas do BdP em total articulação com a política europeia de revisões de caráter regular,

metainformação (continuação do esforço de harmonização dos conteúdos) e à publicitação da revisão dos dados	acordada no âmbito do CMFB.
LA2. Aprofundar instrumentos e agilizar mecanismos que permitam antecipar novas necessidades de produção estatística e propiciar uma resposta atempada às mesmas	**2013 | 2014 | 2015** A estratégia prosseguida pelo Banco de Portugal de gestão e exploração integrada da informação quantitativa a partir de bases de microdados e com recurso a soluções de Business Intelligence (BI), tem possibilitado uma resposta eficiente, nomeadamente em termos de celeridade e de qualidade, a novas necessidades de informação estatística, como foi comprovado durante o recente Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.
LA3. Adotar estratégias de comunicação diferenciadas que permitam ir ao encontro das necessidades dos vários segmentos de utilizadores e procurar responder com eficácia às alterações no modo como as estatísticas são atualmente procuradas e acedidas	**2013 | 2014 | 2015** Desenvolvimento de soluções específicas para diversos segmentos de utilizadores, como por exemplo (i) a criação de um canal de comunicação entre o Banco de Portugal e as empresas, denominado Área de Empresa acessível através do sítio do BdP na internet, que disponibiliza informação relevante para a atividade das empresas; (ii) a realização de apresentações regulares das Estatísticas do Banco de Portugal nas Universidades; (iii) a criação de um produto de informação específico para as representações diplomáticas de Portugal.
LA4. Aperfeiçoar os canais de comunicação e difusão estatística, reforçando a utilização daqueles que facilitem a interação com os utilizadores	**2013 | 2014 | 2015** Evolução dos sistemas de acesso *online* à base de dados estatística do BdP, o *BPstat* e o *BPstat mobile* (dirigido aos dispositivos móveis), através do desenvolvimento de novas versões online destes sistemas de informação, alargando as condições de acessibilidade à informação estatística para os utilizadores em geral. Desenvolvimento de um capítulo específico de Principais Indicadores no Boletim Estatístico do BdP.
LA5. Melhorar a capacidade de resposta das Autoridades Estatísticas às necessidades crescentes e diferenciadas de utilizadores de informação estatística, em termos de rapidez, eficiência e qualidade, respeitando em simultâneo as regras da confidencialidade vigentes a nível nacional e europeu	**2013 | 2014 | 2015** O BdP tem privilegiado os sistemas de acesso *online* à informação estatística com a disponibilização de soluções específicas para os vários segmentos de utilizadores, incluindo a divulgação de um maior detalhe informativo e de novas facilidades de exploração da informação. *Vidé* informação complementar na LA3 e 4.
LA6. Promover de forma articulada, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, o aumento da literacia estatística	**2013 | 2014 | 2015** Publicação de Notas de informação Estatística, de Suplementos ao Boletim Estatístico e de Estudos da Central de Balanços, visando uma leitura

e a eliminação de barreiras que dificultem a utilização das estatísticas oficiais, no que se inclui os cidadãos com necessidades especiais	mais fácil e compreensível das estatísticas. Organização de sessões de apresentação das Estatísticas do BdP junto das Universidades e das Associações Empresariais. Realização de Conferências da Central de Balanços numa base anual. Em 2015, o BdP publicou também novas versões reformuladas dos Cadernos n.º 5 e n.º 7 do Banco de Portugal, relativos, respetivamente, à Central de Responsabilidades de Crédito e à Central de Balanços.
LA7. Avaliar regularmente os níveis de satisfação dos utilizadores da informação estatística oficial, assim como a utilização e a procura dirigida aos diferentes produtos estatísticos	**2013 | 2014 | 2015** Portugal aderiu formalmente em 18 de novembro de 2014 ao novo sistema de comunicação estatística do FMI, o SDDS (*Special Data Dissemination Standard*) Plus, integrando o grupo restrito de países pioneiros (além de Portugal, integraram este grupo Alemanha, Espanha, EUA, Filipinas, França, Itália, Países Baixos e Suécia). Este sistema de comunicação permite disseminar, a nível internacional, informação estatística de alta qualidade, mais detalhada e mais comparável. A participação no *SDDS Plus* reforça a credibilidade das estatísticas portuguesas e resultou do trabalho conjunto do Banco de Portugal, do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério das Finanças, que permitiu cumprir todas as exigências do FMI. Cumprindo o calendário previsto com o FMI, em 11 de fevereiro de 2015, Portugal concretizou uma plena adesão à totalidade dos requisitos definidos pelo FMI no âmbito do SDDS Plus, tendo sido o único país que, desde o início, conseguiu satisfazer integralmente as 9 categorias previstas no novo padrão de difusão estatística, embora a respetiva adesão apenas obrigasse ao reporte de um mínimo de 5 categorias.
LA8. Apoiar proactivamente a investigação e a realização de estudos baseados em estatísticas oficiais	**2013 | 2014 | 2015** O BdP tem promovido várias iniciativas com vista à utilização dos dados estatísticos publicados pelo BdP para fins de investigação.

Objetivo 3

Otimizar o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, reforçando e consolidando os mecanismos de coordenação e de cooperação interinstitucional, nos planos nacional e internacional

LA1. Promover iniciativas que reforcem a cooperação institucional no seio do Sistema Estatístico Nacional, favorecendo uma resposta eficiente e eficaz a novas exigências e desafios da Sociedade, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos	**2013 | 2014 | 2015** Participação ativa do BdP no âmbito do CSE, ao nível das Secções Permanentes, dos Grupos de Trabalho e de Workshops específicos, contribuindo para a partilha de boas práticas e para o intercâmbio de conhecimentos. No período em apreço, o Banco de Portugal manteve uma cooperação ativa com as entidades signatárias do Acordo de Cooperação Institucional no domínio das Estatísticas das Administrações Públicas estabelecido em 2006 e desenvolveu ações de colaboração com o INE em vários domínios. Alguns exemplos: i) os trabalhos de articulação no âmbito da implementação do novo SEC (SEC2010); ii) a articulação na

	definição do setor financeiro e respetivos subsetores e a classificação das entidades que os integram à luz das mais recentes recomendações metodológicas internacionais; iii) a colaboração na análise da lista de entidades compreendidas no domínio das *Special Purposes Entities* (SPE), no apuramento e disponibilização dos SIFIM e no âmbito das estatísticas externas; iv) a colaboração na segunda edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias; e, v) a colaboração na definição das amostras do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Cooperação estreita com os serviços regionais de estatística dos Açores e da Madeira, destacando-se a participação em vários eventos organizados por essas duas entidades.
LA2. Estimular e coordenar ações no domínio da produção e da difusão estatística, tendo como princípio orientador a partilha e a reutilização de funcionalidades e experiências já disponíveis no seio das autoridades estatísticas nacionais e internacionais	**2013 | 2014 | 2015** Neste domínio importa destacar as iniciativas de partilha de informação no âmbito da IES e do SICAE, a realização de operações estatísticas conjuntas (como é exemplo o Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras) e soluções de intercâmbio de informação e de metodologias.
LA3. Conceber e implementar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística, nos termos das suas competências, assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do Sistema Estatístico Nacional (Autoridade estatística, Independência técnica, Segredo estatístico, Qualidade, Acessibilidade estatística e Cooperação entre autoridades estatísticas) e proceder ao respetivo acompanhamento junto das Autoridades Estatísticas	
LA4. Criar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística a realização de auditorias e de outras ações junto das entidades às quais é cedida informação estatística confidencial, nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional	
LA5. Assegurar e reforçar o envolvimento do Conselho Superior de Estatística no acompanhamento do	**2013 | 2014 | 2015** Participação ativa do BdP ao nível das Secções Permanentes e Grupos de Trabalho do CSE, contribuindo com apresentações regulares sobre os

processo de alterações metodológicas das operações estatísticas de grande impacto económico e social, quando envolvam quebras de série ou descontinuidade de variáveis	principais resultados estatísticos, desenvolvimentos metodológicos e evolução dos sistemas de informação que asseguram a compilação das suas estatísticas.
LA6. Intensificar o recurso a auditorias estatísticas e a outros mecanismos para atestar a qualidade das estatísticas oficiais, no sentido de assegurar a confiança e credibilidade no SEN	**2013 | 2014 | 2015** Realização de operações regulares de auditoria às funções de compilação e difusão estatística do BdP, de acordo com o planeamento anual no âmbito das ações de auditoria estatística e de ações de auditoria interna do BdP e do ESCB.
LA7. Alertar o Governo para a importância do cumprimento da disposição de consulta prévia Conselho Superior de Estatística, prevista no artigo 14º da nº 22/2008 de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional), que permitirá a eliminação de eventuais redundâncias na produção estatística e o aumento das oportunidades de apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, reduzindo, assim, o seu custo para a Sociedade	
LA8. Prosseguir a construção e atualização de ficheiros únicos no Sistema Estatístico Nacional, ferramentas indispensáveis para a harmonização, a racionalização de meios e a qualidade das estatísticas oficiais	**2013 | 2014 | 2015** O BdP considera que a construção de um ficheiro único representa um passo muito importante para a melhoria do funcionamento do Sistema Estatístico Nacional e tem procurado contribuir para a concretização desse objetivo.
LA9. Assegurar a participação ativa nas instâncias estatísticas internacionais, em particular no que se refere ao desenvolvimento estratégico do Sistema Estatístico Nacional, contribuindo para o reforço da projeção do país, em termos internacionais, na União	**2013 | 2014 | 2015** O Banco de Portugal assegurou uma participação plena nos diversos comités e grupos de trabalho internacionais em que se encontra representado, no domínio da função estatística, merecendo referência as diversas ações de cooperação e assistência técnica e a realização de apresentações em seminários e conferências internacionais. Merece saliência a organização pelo Banco de Portugal, em junho de 2013, na cidade do Porto, de um Workshop subordinado ao tema

Europeia e no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)	"Integrated Management of Micro-databases – Deepening business intelligence within Central Banks' Statistical Systems", que contou com o alto patrocínio do BCE e do *Irving Fisher Committee on Central Bank Statistics* (IFC. Nesta iniciativa estiveram envolvidos 150 participantes, distribuídos por 44 países e três organizações internacionais. No quadro da representação institucional nos diversos comités e grupos de trabalho internacionais, no SEBC e demais instâncias, destaca-se a eleição em 2013 do diretor do Departamento de Estatística do Banco de Portugal como presidente do Comité Europeu das Centrais de Balanços (ECCBSO - *European Committee of Central Balance-Sheet Data Offices*), para um mandato de três anos.
LA10. Contribuir para o desenvolvimento e capacitação dos sistemas estatísticos de outros países, reforçando as relações bilaterais e multilaterais em particular com os países de língua portuguesa, no âmbito das prioridades da política de cooperação nacional	**2013 | 2014 | 2015** No contexto da cooperação institucional e divulgação da experiência portuguesa na compilação de estatísticas destaca-se a realização de missões de cooperação e/ou assistência técnica aos Bancos Centrais da Rússia, China, Turquia, Argélia, Macedónia e Timor Leste e as visitas de vários Bancos Centrais, designadamente, da Alemanha, Argélia, Itália, Inglaterra, Japão, Chile, Sérvia, Eslováquia, África do Sul, Islândia, Albânia, Azerbaijão, Nova Zelândia, Tailândia, República da Coreia, Gana, Finlândia, Dinamarca, Federação Russa, Indonésia e Letónia, incidindo sobre diversos domínios estatísticos. Ainda no âmbito da cooperação, uma referência particular para as inúmeras iniciativas envolvendo os Países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) com destaque para a participação nos Encontros de Estatísticas dos Bancos Centrais de Língua Portuguesa, com realização de dois em dois anos, e as visitas dos Bancos Centrais de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Moçambique e Timor Leste, no período em referência.
LA11. Garantir a formação técnica, a melhoria de competências, a valorização profissional e a criação de condições para a fixação dos trabalhadores do Sistema Estatístico Nacional, promovendo ações de formações em parceria com outras instituições, designadamente do Ensino Superior	**2013 | 2014 | 2015** Criação e lançamento no ano letivo 2013/2014 de um curso de Pós-Graduação em Sistemas Estatísticos, com especialização em Estatísticas de Bancos Centrais, tendo registado no primeiro ano letivo cerca de 30 alunos inscritos. Este curso resulta de um protocolo de colaboração entre a NOVA IMS – *Information Management School* e o Banco de Portugal com o objetivo de dotar os técnicos e gestores que exercem funções no âmbito das estatísticas de bancos centrais, quer como produtores, quer como analistas ou utilizadores de informação estatística, com os conhecimentos e aptidões fundamentais ao exercício da sua atividade. O curso de Pós-Graduação em Sistemas Estatísticos, com especialização em Estatísticas de Bancos Centrais, teve a sua 2ª edição no ano letivo 2014/2015 e a sua 3.ª edição no ano letivo 2015/2016. Os alunos, provenientes, na sua maioria, de Bancos Centrais, têm a possibilidade de assistir às aulas presencialmente ou por videoconferência, tendo o Curso registado, desde o seu lançamento, mais de 90 alunos inscritos, incluindo alunos de nacionalidade portuguesa e de 17 outras nacionalidades repartidas por 4 continentes (Europa, África, América e Ásia). O curso conta com o apoio do Banco Central Europeu e do Comité Irving Fisher sobre Estatísticas de Bancos Centrais e recebeu a acreditação EMOS (*European Master of Official Statistics*) do EUROSTAT.

ACOMPANHAMENTO NO ÂMBITO DO SREA E DREM (NOS CASOS APLICÁVEIS)

Anexo IV | SREA e DREM

LINHAS GERAIS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA OFICIAL 2013-2017 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / LINHAS DE ATUAÇÃO (LA)	SREA e DREM 2013, 2014 e 2015

Objetivo 1

Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico

LA1. Implementar o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias e monitorizar o seu cumprimento	**DREM** **2013 | 2014 | 2015** O DLR n.º16/2004/M que aprovou a orgânica da Direção Regional de Estatística da Madeira foi submetido à apreciação do Conselho Superior de Estatística, que emitiu parecer favorável. O novo enquadramento legislativo do SEN de 2008 determinava a adequação da lei orgânica da DREM, contudo as eleições regionais ocorridas em outubro de 2011 e a implementação do plano de ajustamento económico e financeiro da RAM em janeiro 2012 determinaram uma reestruturação orgânica do XI Governo Regional, numa lógica de racionalização e modernização dos órgãos e serviços da administração regional, com vista à redução da despesa pública. Como tal a DREM viu-se compelida a proceder a uma reorganização da respetiva estrutura interna, mantendo no entanto a sua estrutura orgânica, nomeadamente missão, atribuições, competências do diretor e normais especiais de funcionamento (portaria nº.102/2012 de 6 de agosto e por despacho de 31 de agosto de 2012). Com a constituição do XII Governo Regional e através do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2015/M foi aprovada a nova lei orgânica da DREM, no sentido de acatar as modificações legislativas daí decorrentes e os princípios fundamentais previstos na Lei do Sistema Estatístico Nacional, Lei nº.22/2008, de 13 de maio, adaptando, em consequência, a sua missão, atribuições e competências ao novo enquadramento legal do Sistema Estatístico Nacional, do Sistema Estatístico Europeu e do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias. Foi consultado o Conselho Superior de Estatística, nos termos do previsto no artigo 14º da Lei do Sistema Estatístico Nacional, tendo sido emitido parecer favorável. **SREA**

	2013 | 2014 | 2015 Na sua atividade normal, designadamente quando da implementação de novos projetos, o SREA procura ter presente os princípios do Código de Conduta, nomeadamente a independência profissional, o compromisso com a qualidade, os procedimentos estatísticos adequados, a relevância e a carga não excessiva sobre os respondentes. No final do ano, na elaboração do Relatório de Atividades e no cálculo dos resultados do QUAR, existe uma monitorização dos principais princípios, designadamente da qualidade, da oportunidade e pontaulidade, da Relevância, da eficácia na utilização dos recursos humanos e da utilização de dados administrativos.
LA2. Assegurar a intervenção das Autoridades Estatísticas desde o início dos processos de conceção/revisão de atos administrativos, a fim de garantir a sua utilização para fins estatísticos	**SREA** **2013** Reuniões de técnicos do SREA com as empresas SATA e TAP para tomar conhecimento dos dados administrativos sobre o transporte de peixe fresco por essas empresas. Após esse conhecimento definimos os meios de recolha e transmissão mensal desses dados ao SREA. **2014** Reuniões com a empresa Portos dos Açores no sentido de conhecer os documentos de registo e recolha da carga carregada e descarregada com o objetivo de os utilizar na estimativa da entrada e saída de mercadorias da Região. Ainda não temos desenvolvimentos satisfatórios. **2015** Reuniões com a Secretaria Regional com a tutela da Agricultura, no sentido de conhecer melhor os seus atos administrativos, para verificar da possibilidade de virem a ser utilizados em termos estatísticos. Decorrem contactos e está previsto em 2016, tendo presente esse objetivo, a realização de jornadas estatísticas sobre Agricultura com a participação de técnicos da Secretaria Regional.
LA3. Alertar as entidades da administração direta e indireta do Estado detentoras de dados administrativos para a importância da sua cedência para a produção das estatísticas oficiais e fomentar, junto daquelas, mecanismos que facilitem e desenvolvam o processo de apropriação dos dados	**SREA** **2013** Nesta LA cabe também o referido na LA anterior uma vez que a empresa SATA Internacional e Sata -Air Açores são da Adm. Indireta do Estado (EP)

	2014 Nesta LA cabe também o referido na LA anterior uma vez que a empresa Portos dos Açores é da Adm. Indireta do Estado (EP) **2015** Neste ano há a acrescentar uma reunião com técnicos do Gabinete da Secretaria da Agricultura para os sensibilizar para as possíveis fontes de dados administrativos que eles possuem e verificar da possibilidade da sua utilização para fins estatísticos. Já referido na LA2. **DREM** **2013** Reunião com a Direção Regional de Administração de Justiça (DRAJ) onde foi expressa a importância da Região dispor de informação infra-anual referente a operações de imóveis e registo de vendas de veículos. **2014** Reunião com a Alfândega do Funchal no sentido de definir circuitos e definir prazos no envio de informação administrativa à DREM, relativa à introdução no consumo de combustíveis. **2015** Sensibilização junto da Administração dos Portos da RAM (APRAM, SA) no sentido de a DREM ter acesso à Janela Única Portuária (JUP), o que se veio a concretizar. Reunião com a Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (DRAPMA) para análise da informação administrativa respeitante ao emprego público. Reunião com o representante da ANACOM na RAM, com o objetivo de avaliar da possibilidade de ampliar o leque de informação regional na área das comunicações.
LA4. Inventariar e reforçar a utilização de fontes administrativas na produção das estatísticas oficiais, visando a racionalização dos recursos que lhes estão afetos e a redução da carga sobre os respondentes	**SREA** **2013** O SREA tem no seu QUAR um objetivo e um indicador sobre utilização de fontes administrativas. Assim desde há alguns anos que temos

identificadas muitas fontes e que as utliizamos: EDA, Lotaçor, Cimentaçor, IAMA, etc.

2014

Novas operações estatísticas utilizando dados administrativos:

- Saída de carne de bovino para fora da região utilizando dados do IAMA

- Saída de peixe fresco, via aérea, utilizando dados das empresas de aviação.

2015

O SREA continua a ter no seu QUAR um objetivo e um indicador sobre utilização de fontes administrativas. Há alguns anos que temos identificadas muitas fontes e que as utilizamos: EDA, Lotaçor, Cimentaçor, IAMA, TAP, SATA.

Em 2015, implementamos novas operações estatísticas utilizando dados administrativos:

- Introdução no consumo e vendas de gasóleo e gasolina.

- Estimativa da entrada de bens, na RAA, utilizando dados das contas das empresas.

DREM

2013 | 2014 | 2015

A DREM mantém contactos regulares com certos organismos da administração pública, no sentido de apropriar dados administrativos para fins estatísticos e de divulgação ao público, com base na informação existente nestes serviços, e a saber:

- com a Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR), no âmbito das Estatísticas da Agricultura;
- com a Direção Regional de Pescas (DRP), no âmbito das Estatísticas da Pesca e Aquicultura;
- com a Direção Regional do Ordenamento do Território e do Ambiente (DROTA), no âmbito das Estatísticas do Ambiente e na Conta Satélite do Mar;
- com o Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira, I.P. (IVBAM, I.P.), no âmbito das estatísticas sobre produção e comercialização de bebidas alcoólicas com origem na RAM e ainda sobre a comercialização de bordados, tapeçarias e artigos de guarnição;
- com a Direção Regional de Florestas no âmbito de estatísticas da silvicultura e do ambiente;
- com a Alfândega do Funchal, no âmbito de estatísticas sobre introdução no consumo de combustíveis e entrada de automóveis na RAM;
- com o Comando Regional da Polícia de Segurança Pública, no âmbito de estatísticas sobre acidentes de viação;
- com a Administração Tributária (AT-RAM) para o fornecimento de informação com vista à atualização do Ficheiro de Unidades Estatísticas

	(FUE); • com a Direção Regional do Orçamento e Tesouro (DROT) para o cálculo do défice e dívida da administração pública regional, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), para cumprimento da Lei de Finanças Regionais (Lei Orgânica 2/2013 de 2 de setembro); • com a Direção Regional do Turismo (DRT) no âmbito da Conta Satélite do Mar; • com o Observatório do Sistema Educativo da RAM (OSERAM), no âmbito das estatísticas da educação; • com o IASAÚDE, SESARAM e Serviço Regional de Proteção Civil, com vista à implementação das recomendações do Grupo de trabalho das Estatísticas da Saúde na RAM; • com o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais (IASAUDE), no âmbito das estatísticas das farmácias, postos farmacêuticos moveis, locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, e vacinação; • com o Instituto de Segurança Social da Madeira, no âmbito das estatísticas da proteção social; • com a Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva, no âmbito das estatísticas dos quadros de pessoal; • com o Instituto de Desenvolvimento Regional, no que diz respeito à criação do sistema de indicadores de contexto/resultado do Portugal 2020, tendo em conta as necessidades de informação específicas dos programas operacionais da RAM. • com a DRAJ, para apropriação de dados trimestrais relativos aos registos de venda de automóveis feitos nas Conservatórias da RAM. • com a SIBS, para divulgação de estatísticas relativas a operações da rede MB.
LA5. Prosseguir o desenvolvimento do novo modelo censitário da população e da habitação centrado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos	
LA6. Prosseguir a estratégia de reengenharia dos processos de produção e difusão entre os diferentes domínios estatísticos, promovendo a integração de sistemas de infraestruturas e o desenvolvimento de estatísticas com objetivos múltiplos	
LA7. Fomentar o desenvolvimento e inovação dos sistemas de informação que suportam a produção das estatísticas oficiais	**SREA** **2013** Atualização do portal do SREA. **2014**

	Construção e desenvolvimento duma aplicação WEB para respostas a inquéritos regionais por via eletrónica. **2015** Novos inquéritos com resposta via WEB: Inquérito à venda de automóveis novos e Inquérito à comercialização de produtos lácteos.
LA8. Proceder à integração das estatísticas económicas, sociais e ambientais, tendo designadamente em conta as recomendações do Relatório *Stiglitz-Sen-Fitoussi*	**SREA** **2013|2014| 2015** Desenvolvimento de trabalhos para a construção de um Sistema de Indicadores de coesão intrarregional, (SICIR) integrando indicadores económicos, ambientais e sociais com ventilação por ilha.
LA9. Prosseguir a redução dos custos associados à produção das estatísticas oficiais (carga estatística sobre os respondentes e custos financeiros), através da adoção de metodologias científica e tecnologicamente inovadoras que garantam a qualidade dos resultados produzidos e de estímulos à resposta de famílias e empresas aos inquéritos do Sistema Estatístico Nacional	**SREA** **2015** Estudo sobre a carga estatística nas empresas regionais. Operações com base em fontes administrativas. Novos inquéritos via WEB. **DREM** **2013** Realização de estudo para redução da carga estatística no âmbito do INSTRASTAT que culminou com o estabelecimento de um limiar específico para os operadores sedeados na RAM.
LA10. Promover a implementação de sistemas de produção estatística flexíveis que permitam uma adaptação célere e eficaz a alterações nas necessidades dos utilizadores e minimizem os custos	
LA11. Intensificar a dimensão espacial das estatísticas oficiais através de uma crescente integração da Infraestrutura Estatística de Referenciação Geográfica	**SREA** **2013| 2014 | 2015**

nas atividades de produção e divulgação	Um dos principais objetivos das operações estatísticas regionais é a sua desagregação ou ventilação por ilha ou município.
LA12. Dinamizar parcerias, nomeadamente com a comunidade científica, para o desenvolvimento da investigação em diferentes domínios das estatísticas oficiais	
LA13. Implementar novas metodologias estabelecidas no Manual do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC2010) e na 6ª edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI (BPM6), entre outras	
LA14. Assegurar uma resposta do Sistema Estatístico Nacional à nova legislação da União Europeia sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente na área das finanças públicas	
LA15. Prosseguir o desenvolvimento das Contas Nacionais Portuguesas, nomeadamente com a produção das contas do património dos setores institucionais (em linha com o enquadramento conceptual ao Sistema Europeu de Contas SEC 2010) e aumentar a informação a disponibilizar	
LA16. Promover os estudos necessários à minimização da dimensão e frequência das revisões da informação difundida	
LA17. Consolidar a produção das estatísticas da área económica e ambiental e aperfeiçoar os mecanismos	**SREA**

de monitorização dos compromissos assumidos pelo País a nível nacional e internacional	**2013 | 2014** Novas operações estatísticas na área do Ambiente e estudos para a construção do Indicador de Atividade Económica mensal regional (IAE-Açores) e do Indice de vendas do comércio a retalho - produtos alimentares. **2015** - Inicio de divulgação mensal do IAE-Açores. - Divulgação regular mensal do Indice de vendas do Comércio a retalho – Produtos Alimentares - Divulgação regular da evolução do PIB trimestral regional. - Desagregação do PIB regional por ilha - Divulgação de novos projetos na área do comércio com o exterior da Região: Comercialização dos principais produtos lácteos por destino, Saída de peixe fresco, via aérea, saída de carne de bovino, saída de conservas. **DREM** **2013 | 2014 | 2015** No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) por parte da República Portuguesa à Região Autónoma da Madeira, a DREM passou a partir de 2013, a apoiar e acompanhar a monitorização do programa, não só através do cálculo trimestral do Défice e da Dívida Pública da Região (com a colaboração e validação por parte das autoridades estatísticas nacionais), também noutros trabalhos que se tornaram necessários, mantendo a estreita colaboração com as entidades regionais e nacionais envolvidas, nomeadamente Direção Regional do Orçamento e Tesouro (DROT), Instituto de Gestão Financeira (IGF), Direção Geral de Orçamento (DGO), Gabinete de Planeamento, Estratégia Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI); a apoiar a Comissão de Acompanhamento do Programa de Privatizações e Reestruturações do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira. Salienta-se ainda o apoio na passagem da contabilidade pública para contabilidade nacional na elaboração do Orçamento Regional e no parecer da Conta da Região Autónoma da Madeira. A DREM, neste período, passou a apropriar informação que lhe permitiu divulgar informação de caráter trimestral relativa à produção de energia e introdução de combustíveis no consumo.
LA18. Produzir e disponibilizar informação em novas áreas, ou em áreas com insuficiente cobertura estatística,	**SREA**

nomeadamente na área social possibilitando o acompanhamento de questões emergentes nos domínios das condições de vida das famílias, das desigualdades e dos indicadores de bem-estar	**2013 | 2014** Novas operações estatísticas na área do Ambiente e trabalhos para a construção do Indicador de Atividade Económica regional. Desenvolvimento de trabalhos para a construção de um Sistema de Indicadores de coesão intrarregional, (SICIR) integrando indicadores económicos, ambientais e sociais com ventilação por ilha. **2015** - Construção e divulgação, do Indicador de Atividade Económica regional mensal - Divulgação do Índice de Venda do comércio a retalho, produtos alimentares. - Continuação dos trabalhos para a construção de um Sistema de Indicadores de coesão intrarregional, (SICIR) integrando indicadores económicos, ambientais e sociais com ventilação por ilha. - Divulgação de novos projetos na área do comércio com o exterior da Região: Comercialização dos principais produtos lácteos por destino, Saída de peixe fresco, via aérea, saída de carne de bovino, saída de conservas. - Inicio de divulgação das estatísticas regionais do Cinema. **DREM** **2013 | 2014 | 2015** A DREM tem produzido e divulgado diversos estudos que permitam, monitorizar, em tempo útil a situação económica, financeira, social e ambiental da Região: • Divulgação de estudos realizados na sequência da disponibilização dos Resultados Definitivos dos Censos 2011, nomeadamente, *O Retrato dos Municípios da Região Autónoma da Madeira, O Perfil do Pai que vive com os filhos, Dia da Mãe, Dia da Família e Dia da Criança.* • Divulgação de um estudo com dados do Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais/2012 por altura da Festa da Flor. • Divulgação de um estudo sobre *O Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira 2012.* • Apresentação sobre *A Atividade Económica e o Mar: Alguns dados sobre a R.A. Madeira.* • Apresentação sobre *a Caraterização socioeconómica da Região Autónoma da Madeira.* • Apresentação sobre *o Envelhecimento, Tendências e Evolução Demográfica da Região Autónoma da Madeira.* • Divulgação de uma nova série retrospetiva sobre o índice Sintético de Desenvolvimento Regional, com os principais indicadores da RAM, para o período 2011-2013. • DREM passou a dispor no seu Portal uma nova área temática, designada de Sistema de Indicadores, começando por divulgar uma nova série

	retrospetiva de dados, com 21 indicadores de contexto relativos à RAM, selecionados no sistema de informação estatística do QREN, tendo em conta a respetiva importância no encerramento deste quadro comunitário de apoio. • Divulgação de uma nova série retrospetiva sobre os quadros de pessoal, com informação relativa à RAM.
LA19. Continuar o alargamento da produção de séries cronológicas para os indicadores mais relevantes	**SREA** **2013 | 2014** O SREA tem desde 1980, ano da sua criação, séries estatísticas pelo período de 10 anos. Construiu inúmeras séries infra-anuais para utilização no Indicador mensal de Atividade Económica Regional. **2015** - Desenvolvimento de séries de indicadores com ventilação por ilha. - Inicio de construção de séries longas para o consumo de combustíveis - Série do PIB regional por ilha para os anos de 1980, 1983 e 2006 a 2013 **DREM** **2013 | 2014 | 2015** A partir de 2013 a DREM levou a efeito uma estratégia de aumentar e aperfeiçoar a informação disponibilizada no seu Portal de Estatísticas Oficiais, registando um aumento significativo do volume de informação divulgada, nomeadamente estudos e publicações em diversas áreas temáticas, séries cronológicas, assim como informação estatística mensal e trimestral, sobre o Território, Avaliação Bancária de Habitação, Turismo - Campos de Golfe, Construção, Défice e Dívida Pública, Energia, Setor Monetário e Financeiro, Empresas, Cultura, Emprego, Educação, Sociedades constituídas e dissolvidas, Sociedade de Informação, Saúde, Transportes, Indicadores de Conforto, Demografia, Comércio Retalhista, Construção e da Habitação, Proteção Social, Ganhos e Desenvolvimento Regional.
LA20. Prosseguir com o aumento da desagregação geográfica para indicadores relevantes, assegurando o equilíbrio utilidade/custo	**SREA** **2013 | 2014** Um dos principais objetivos das operações estatísticas regionais é a sua desagregação ou ventilação por ilha ou município. Desagregação do PIB regional por ilha para os anos de 2007 a 2009.

	2015 - Desenvolvimento de séries de indicadores com ventilação por ilha. - Desagregação do PIB regional por ilha de 2010 a 2013.

Objetivo 2

Satisfazer, com qualidade e oportunidade, as necessidades de informação estatística da Sociedade, contribuindo para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e a sua melhor utilização, aperfeiçoando a comunicação e promovendo a literacia estatística

LA1. Aumentar e aperfeiçoar a informação disponibilizada assegurando o cumprimento dos princípios, políticas e critérios de qualidade que enformam as estatísticas oficiais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos prazos (pontualidade), à manutenção de séries longas e à acessibilidade aos dados e respetiva metainformação (continuação do esforço de harmonização dos conteúdos) e à publicitação da revisão dos dados	**SREA** **2013 | 2014 | 2015** Aumento anual do nº de operações estatísticas regionais incluídas nos Planos de Atividade. Cumprimento dos prazos de disponibilização. Aumento da acessibilidade através da melhoria da difusão e da atualização e modernização do portal. **DREM** **2013 | 2014 | 2015** Os Documentos Metodológicos (Dmet) das operações estatísticas registadas na DREM, objeto de produção estatística regular, estão atualizados segundo o novo formato aprovado na 28ª Deliberação da SPCE do CSE. Estes Dmet encontram-se disponíveis no Portal da DREM, em: http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/met-informacao/documentos-metodologicos-da-dre. No que compete à DREM, há assinalar melhorias significativas no cumprimento dos respetivos planos de difusão entre 2013 e os restantes dois anos do período em referência. Em 2013, do total das ocorrências previstas, 96,6% foram efetivamente disponibilizadas, sendo que os incumprimentos registados, relativos à publicação do Comercio Internacional de Bens e ao folheto Madeira em Números, ocorreram devido ao facto destas duas edições terem beneficiado de profundas reformulações, quer em termos de grafismo, quer em termos de conteúdo. Nos anos seguintes, em 2014 e 2015, o nível de execução dos respetivos planos de difusão situou-se já nos 100%.

LA2. Aprofundar instrumentos e agilizar mecanismos que permitam antecipar novas necessidades de produção estatística e propiciar uma resposta atempada às mesmas	**SREA** **2013 | 2014** Participação em diferentes GT do CSE. Inclusão no Portal de um meio para que os utilizadores enviem a sua opinião Realização de Jornadas estatísticas com participação de utilizadores para auscultar necessidades **2015** - Realização de Jornadas estatísticas com participação de utilizadores para auscultar necessidades - Reuniões com entidades para a elaboraçãodo Plano de Atividades - Indicador no QUAR, anual, para medir o tempo de resposta aos pedidos de informação **DREM** **2013 | 2014 | 2015** A DREM implementou mecanismos que permitem avaliar o nível de satisfação da informação estatística oficial e dos formandos participantes nas sessões de literacia estatística. Criou um inquérito de satisfação *online* para medição dos níveis de satisfação dos utilizadores de informação estatística oficial. Os inquéritos permitem a recolha de sugestões cuja viabilidade é depois analisada internamente. Passou a monitorizar e avaliar a utilização do Portal, enquanto meio de excelência para a Difusão das estatísticas oficiais, identificando e operacionalizando ações de melhoria contínua do serviço.
LA3. Adotar estratégias de comunicação diferenciadas que permitam ir ao encontro das necessidades dos vários segmentos de utilizadores e procurar responder com eficácia às alterações no modo como as estatísticas são atualmente procuradas e acedidas	**SREA** **2013 | 2014** Atualização constante do portal com Destaques das principais áreas estatísticas.

	Carregamento do portal do SREA com informação em formato "estático" e "dinâmico". Realização anual de Jornadas de estatísticas regionais. Publicação do Boletim Trimestral com a inclusão de informação mensal das diversas áreas estatísticas. **2015** Atualização constante do portal com a inclusão, ainda em 2015, da possibilidade de difusão através das redes sociais, nomeadamente slideshare, prevendo-se no 1º trimestre de 2016 outras redes sociais. Realização anual de Jornadas de estatísticas regionais. Publicação do Boletim Trimestral com a inclusão de informação mensal das diversas áreas estatísticas. **DREM** **2014 | 2015** Em 2014, o Portal da DREM (http://estatistica.gov-madeira.pt/ ou http://drem.ine.pt/) passou a ter um novo *layout* e a ser bilingue, garantindo uma maior flexibilidade e facilidade no acesso à informação, com uma nova funcionalidade para dispositivos móveis e ligação ao *Facebook* e *Twitter*, para melhor interação com os utilizadores, para além de poderem consultar vídeos "Youtube". Atualmente, a DREM utiliza o seu Portal como canal preferencial na disponibilização da informação estatística oficial, de forma gratuita e de acordo com a sua Política da Difusão, também acessível *online*. Esta Política estabelece os princípios fundamentais de difusão de estatísticas oficiais, produzida direta ou indiretamente sob a sua responsabilidade, tendo como referência os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional aplicáveis - independência técnica, segredo estatístico, imparcialidade e acessibilidade - e os Princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias. Os resultados da atividade estatística são disponibilizados em vários produtos, nomeadamente o "Em Foco" - uma análise estatística dos resultados divulgados, as "Notícias" - sumário dos principais dados divulgados, recebida pelos utilizadores registados no seu e-mail, os "Quadros", as "Publicações", os "Folhetos" e as "Séries retrospetivas".
LA4. Aperfeiçoar os canais de comunicação e difusão estatística, reforçando a utilização daqueles que facilitem a interação com os utilizadores	**SREA** **2013 | 2014** Novos destaques para difusão da informação.

	Novos indicadores no Boletim trimestral. **2015** Atualização constante do portal com a inclusão, ainda em 2015, da possibilidade de difusão através das redes sociais, nomeadamente slideshare, prevendo-se no 1º trimestre de 2016 outras redes sociais. Novos indicadores no Boletim trimestral. **DREM** **2014 | 2015** Remete-se para o referido no ponto anterior, onde é mencionada a presença da DREM nas principais redes sociais.
LA5. Melhorar a capacidade de resposta das Autoridades Estatísticas às necessidades crescentes e diferenciadas de utilizadores de informação estatística, em termos de rapidez, eficiência e qualidade, respeitando em simultâneo as regras da confidencialidade vigentes a nível nacional e europeu	**DREM** **2013 | 2014 | 2015** Com a reformulação do Portal da DREM, foi criado um Menu institucional onde são disponibilizados os diplomas que regem a atividade estatística da DREM enquanto Autoridade Estatística. Passa a estar disponível aos utilizadores o Calendário de Difusão, que dá a conhecer antecipadamente as datas de disponibilização de toda a atividade estatística da DREM. Trimestralmente, a DREM apresenta ao CSE - SPCE o acompanhamento do seu Plano de Atividades Anual.
LA6. Promover de forma articulada, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, o aumento da literacia estatística e a eliminação de barreiras que dificultem a utilização das estatísticas oficiais, no que se inclui os cidadãos com necessidades especiais	**SREA** **2014|2015** Sessões de divulgação da informação estatística para professores em escolas. Receber visitas de estudantes nas instalações do SREA para conhecimento da atividade do SREA. Reuniões com entidades específicas para apresentação do portal do SREA. **DREM** **2013 | 2014 | 2015**

	Desde 2013, a DREM tem levado a cabo várias iniciativas que visam contribuir para o reforço da confiança nas estatísticas oficiais e para a sua melhor utilização por parte da sociedade em geral. No âmbito da Cooperação estatística, foi celebrado um protocolo com a Secretaria Regional da Educação, através da Direção Regional de Educação (DRE) e do Observatório do Sistema Educativo da RAM (OSERAM), para promoção do desenvolvimento da literacia estatística junto da comunidade escolar, nomeadamente junto das escolas do ensino básico do 2º e 3ºs ciclos e secundário. A DREM associou-se à celebração do Ano Internacional da Estatística - " Statistics 2013", promovendo em parceria com a Direção Regional de Educação (DRE) e o Observatório do Sistema Educativo da RAM (OSERAM) um Seminário subordinado ao tema "A Literacia Estatística ao serviço da Cidadania", destinado aos membros dos Conselhos Executivos das Escolas e aos Professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Neste evento foi apresentado o projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada, que visa disponibilizar aos Professores e alunos do 2º e 3º ciclos e secundário, um conjunto de instrumentos de apoio ao ensino da estatística, de forma prática, lúdica e com recurso à utilização das novas tecnologias. Estes instrumentos de apoio estão logicamente concertados com os programas em vigor para os níveis de ensino acima referidos e que abordam a estatística, enquanto ciência. No âmbito da Difusão estatística, a disponibilização de dados estatísticos no Portal da DREM passou a ser acompanhada de uma Notícia, uma breve análise dos dados, acentuando bastante a presença da DREM nos *midia* regionais.
LA7. Avaliar regularmente os níveis de satisfação dos utilizadores da informação estatística oficial, assim como a utilização e a procura dirigida aos diferentes produtos estatísticos	**SREA** **2013 | 2014** Inquérito de satisfação no portal do SREA. Inquérito via *WEB* aos utilizadores que solicitam informação através do telefone ou por email. **2015** Inquérito de satisfação no portal do SREA. Inquérito via *WEB* aos utilizadores que solicitam informação através do telefone ou por email. Relatório trimestral sobre os resultados do inquérito de satisfação dos utilizadores, incluindo a profissão do utilizador e a origem área dos pedidos. **DREM** **2014| 2015**

	Conforme já referido na LA2 do objetivo 2, a DREM desenvolveu inquéritos quer para os formandos das sessões de literacia estatística quer para os utilizadores registados no seu portal de estatísticas oficiais, estando também sempre disponível um inquérito *online*. É também solicitado aos utilizadores que fazem pedidos de informação que preencham um pequeno inquérito que permite avaliar o seu nível de satisfação. Trimestralmente são analisadas as estatísticas do portal de estatísticas oficiais, tendo no Dia Mundial da Estatística de 2015 sido divulgado publicamente um relatório com um conjunto de estatísticas sobre as consultas ao *site*.
LA8. Apoiar proactivamente a investigação e a realização de estudos baseados em estatísticas oficiais	

Objetivo 3

Otimizar o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, reforçando e consolidando os mecanismos de coordenação e de cooperação interinstitucional, nos planos nacional e internacional

LA1. Promover iniciativas que reforcem a cooperação institucional no seio do Sistema Estatístico Nacional, favorecendo uma resposta eficiente e eficaz a novas exigências e desafios da Sociedade, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos	**SREA** **2013 | 2014** O SREA desde 2007 que realiza jornadas estatísticas (seis até agora) com a participação das autoridades estatísticas do SEN e dos institutos de estatística das comunidades autónomas de Espanha. Apresentações nas secções permanentes do CSE e nos GT. **2015** Realização das VII Jornadas de estatística com a participação das autoridades estatísticas do SEN e de outras entidades com fontes administrativos possíveis de ser utilizados em termos estatísticos. **DREM** **2013 | 2014 | 2015** Ao nível da cooperação nacional, há a salientar a ligação institucional da DREM com o Conselho Superior de Estatística (CSE), enquanto órgão de Estado que orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional (SEN) e com as autoridades estatísticas, nomeadamente com o Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Portugal (BdP) e Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA). Desde 2013 a DREM tem participado ativamente nas diversas Secções e Grupos de Trabalho do CSE, assim como tem apresentado estudos e trabalhos em diferentes áreas temáticas nas Seções do CSE.

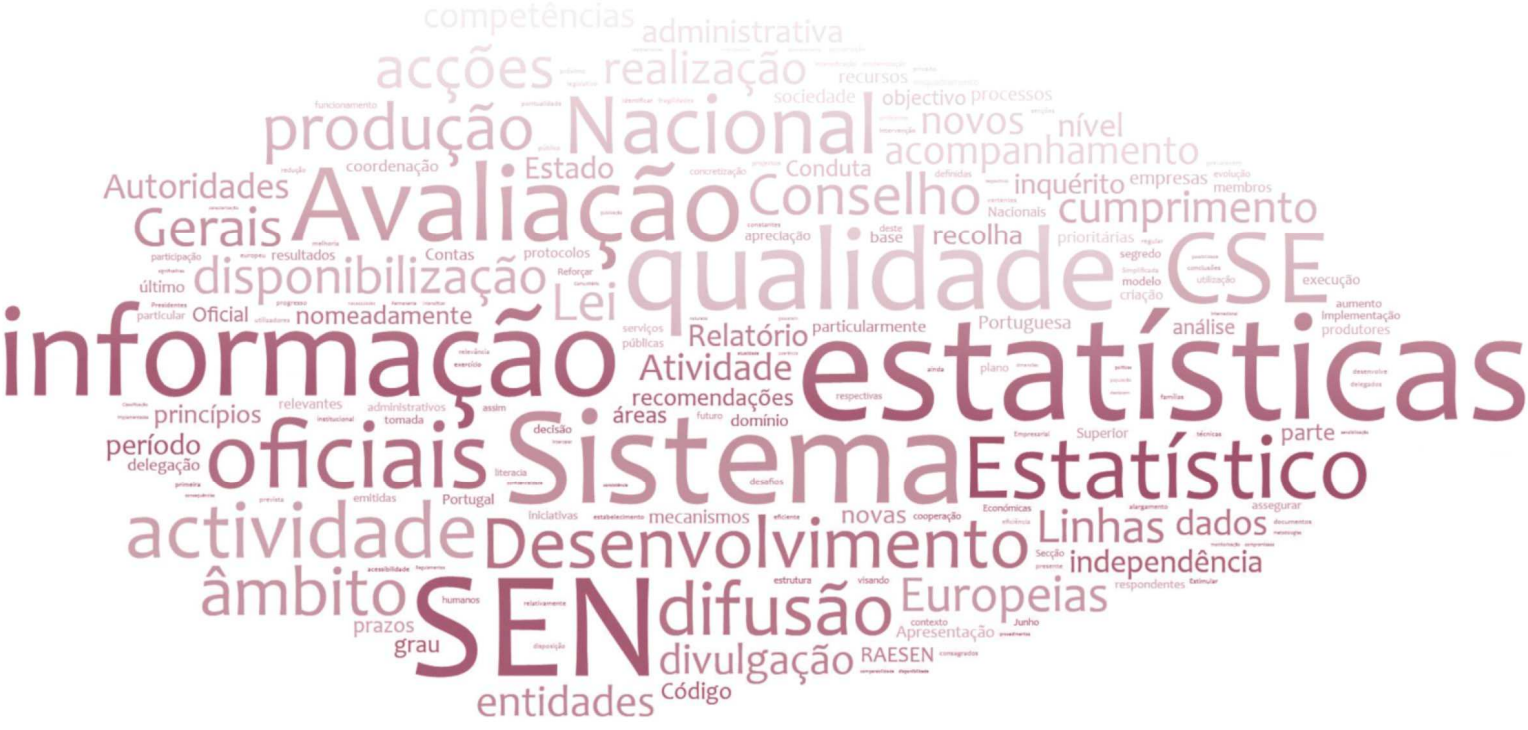
	Com a devida autorização do Banco de Portugal, procedeu-se à divulgação no portal da DREM e no BTE de dados relativos à RAM no âmbito do crédito vencido, empréstimos e depósitos bancários. Desde 2003, a DREM tem participado conjuntamente com os Açores e Canárias, no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III - B e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (PCT MAC 2007-2013), em projetos de grande relevância para a Região por se tratar de projetos inovadores, que têm permitido o aproveitamento dos benefícios decorrentes da promoção pró-ativa deste tipo de cooperação, nomeadamente através da partilha de boas práticas e do intercâmbio de conhecimentos.
LA2. Estimular e coordenar ações no domínio da produção e da difusão estatística, tendo como princípio orientador a partilha e a reutilização de funcionalidades e experiências já disponíveis no seio das autoridades estatísticas nacionais e internacionais	**SREA** **2014** O Índice de venda no comércio a retalho de produtos alimentares é calculado utilizando as respostas regionais ao IVNECR do INE **2015** O SREA realizava há muitos anos um Inquérito qualitativo ao Comércio regional. Este ano o INE decidiu alargar às Regiões Autónomas os seus inquéritos qualitativos: (comércio, construção, serviços e indústria transformadora). Nesse sentido e para não aumentar a carga estatística o SREA vai suspender o seu inquérito e verificar da possibilidade de utilizar as respostas das empresas regionais ao Inquérito ao Comércio do INE. **DREM** **2014 | 2015** Aproveitando a disponibilização dos dados da Avaliação Bancária de Habitação, a DREM ao republicar ao informação do INE acrescenta dados para o município do Funchal, que são enviados pelo DCN propositadamente para este efeito. De referir que a DREM tem sempre a preocupação de junto das autoridades estatísticas nacionais avaliar a existência ou da possibilidade de se publicarem dados com ventilação regional e quando isso se torna viável procede à sua (re)publicação com ganhos para não só para os utilizadores, como para as entidades produtoras e difusoras dos dados. É igualmente preocupação da DREM evitar a produção de estatísticas distintas para medição do mesmo fenómeno.
LA3. Conceber e implementar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística, nos termos das suas competências, assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do Sistema Estatístico	

Nacional (Autoridade estatística, Independência técnica, Segredo estatístico, Qualidade, Acessibilidade estatística e Cooperação entre autoridades estatísticas) e proceder ao respetivo acompanhamento junto das Autoridades Estatísticas	
LA4. Criar mecanismos que permitam ao Conselho Superior de Estatística a realização de auditorias e de outras ações junto das entidades às quais é cedida informação estatística confidencial, nos termos da Lei do Sistema Estatístico Nacional	
LA5. Assegurar e reforçar o envolvimento do Conselho Superior de Estatística no acompanhamento do processo de alterações metodológicas das operações estatísticas de grande impacto económico e social, quando envolvam quebras de série ou descontinuidade de variáveis	
LA6. Intensificar o recurso a auditorias estatísticas e a outros mecanismos para atestar a qualidade das estatísticas oficiais, no sentido de assegurar a confiança e credibilidade no SEN	
LA7. Alertar o Governo para a importância do cumprimento da disposição de consulta prévia Conselho Superior de Estatística, prevista no artigo 14º da nº 22/2008 de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional), que permitirá a eliminação de	

eventuais redundâncias na produção estatística e o aumento das oportunidades de apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, reduzindo, assim, o seu custo para a Sociedade	
LA8. Prosseguir a construção e atualização de ficheiros únicos no Sistema Estatístico Nacional, ferramentas indispensáveis para a harmonização, a racionalização de meios e a qualidade das estatísticas oficiais	
LA9. Assegurar a participação ativa nas instâncias estatísticas internacionais, em particular no que se refere ao desenvolvimento estratégico do Sistema Estatístico Nacional, contribuindo para o reforço da projeção do país, em termos internacionais, na União Europeia e no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)	
LA10. Contribuir para o desenvolvimento e capacitação dos sistemas estatísticos de outros países, reforçando as relações bilaterais e multilaterais em particular com os países de língua portuguesa, no âmbito das prioridades da política de cooperação nacional	
LA11. Garantir a formação técnica, a melhoria de competências, a valorização profissional e a criação de condições para a fixação dos trabalhadores do Sistema Estatístico Nacional, promovendo ações de formações em parceria com outras instituições, designadamente do Ensino Superior	

Anexo V

Principais documentos referenciados



Anexo V

PRINCIPAIS DOCUMENTOS REFERENCIADOS / consultados

1. Lei do Sistema Estatístico Nacional – lei nº22/2008, de 13 de Maio
2. Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional 2008-2011 – 22ª Deliberação do CSE e acompanhamento das respetivas recomendações
3. Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012 – 331ª Deliberação do CSE, de 11 de Julho de 2007
4. Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 – 31ª Deliberação do CSE de 12 outubro 2012
5. Outras Deliberações e Recomendações do Conselho Superior de Estatística e respetivo acompanhamento
6. Planos (2013, 2014, 2015) e Relatórios (2012, 2013, 2014) Anuais do Sistema Estatístico Nacional – principais conclusões
7. Avaliação do grau de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional 2008-2012 | 34ª Deliberação do CSE
8. Acompanhamento do grau de execução das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial 2013-2017 (anos 2013, 2014 e 2015)
9. Código de Conduta para as Estatísticas Europeias – adotado pelo Comité do Sistema Estatístico Europeu em 28 de setembro de 2011
10. Compromisso Público do Sistema Europeu de Bancos Centrais no domínio das estatísticas europeias
11. "Peer Review on the implementation of the European Statistical Code of Practice" Portugal (16-18 january 2008)
12. Peer Review on the implementation of the European Statistical Code of Practice – Portugal (26-30 january 2015)
13. Conclusões resultantes dos eventos organizados no período 2012-2015
    I. Encontro sobre Estatísticas da Saúde
    II. A utilização do SICAE pelas entidades da Administração Pública
    III. Para que servem as Estatísticas? Que uso Diário lhes Damos? (organização conjunta CSE/INE)